

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Práticas de pensões de estudos no Império:  
um olhar sobre os pensionários militares (1821-1831)**

**Maria Cristiane da Costa**

**Niterói  
junho de 2012**

**Maria Cristiane da Costa**

**Práticas de pensões de estudos no império:  
um olhar sobre os pensionários militares (1821-1831)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre de História

**Orientação: Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães**

**Niterói**  
**junho 2012**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

C837 Costa, Maria Cristiane da.

Práticas de pensões de estudos no Império: um olhar sobre os pensionários militares (1821-1831) / Maria Cristiane da Costa. – 2012. 158 f.

Orientador: Carlos Gabriel Guimarães.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 149-157.

1. Brasil. 2. Império, 1822-1889. 3. Militar. 4. Relações exteriores. I. Guimarães, Carlos Gabriel. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.04

**Práticas de pensões de estudos no Império:  
um olhar sobre os pensionários militares (1821-1831)**

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães  
Universidade Federal Fluminense - UFF (orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> . Dr.<sup>a</sup>. Adriana Barreto de Souza  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (arguidor)

---

Prof.<sup>a</sup> . Dr.<sup>a</sup>. Lúcia Maria Paschoal Guimarães  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ (arguidor)

Dedico esta dissertação a Jair P. Labres Filho

## **Agradecimentos**

Devo, inicialmente meus agradecimentos ao meu orientador, Carlos Gabriel Guimarães, por todo apoio, orientação, por sua leitura sempre inteligente, atenta e precisa, apontando novos caminhos, e com quem divido os méritos deste trabalho, minha sincera gratidão.

Às professoras Adriana Barreto de Souza e Lúcia Maria Guimarães, como membros da banca de qualificação e de defesa pelas valiosas sugestões, conselhos e comentários, que em grande medida, nortearam o desenvolvimento deste trabalho.

Devo especiais agradecimentos a Jair Labres que desde o início e conclusão deste trabalho esteve ao meu lado, ajudando-me das mais variadas formas, inclusive no levantamento de dados da pesquisa, minha sincera gratidão. Registro, também, minha gratidão aos meus queridos amigos de trajetória intelectual Rael Fizon dos Santos, Graciela Fabrício, Aline Garcia, Priscilla Gomes, Viviane Alcântara, Guillaume Lampin e Patrícia Grigório.

Às seguintes instituições que possibilitaram a realização da pesquisa: Arquivo do Itamaraty e seus funcionários; Arquivo Histórico do Exército; Arquivo Nacional e Real Gabinete Português de Leitura que me possibilitaram a consulta e fotocópia dos manuscritos.

Por fim, a toda minha família pelo constante incentivo e apoio.

## Resumo

Ao analisar a correspondência recebida e expedida entre o Ministério dos Negócios da Guerra e dos Estrangeiros entre 1822 e 1831, depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty, chamou-nos atenção o número relativamente expressivo de concessão de pensões de estudos no exterior, principalmente, no ano de 1825 aos militares. Após o complexo momento de ruptura política entre Brasil e Portugal, foi possível perceber que a *cultura de pensões* do Estado se manteve no recém fundado Império Brasileiro, embora não se verifique uma regularidade com políticas específicas. Dada a carência de funcionários em diversos ramos da administração do Estado Imperial, houve a necessidade de nomear indivíduos para se instruírem no estrangeiro a fim de que adquirissem conhecimentos e conseqüentemente aplicassem na administração do império. Embora a elite imperial formada nos quadros de Coimbra seja representativa, os pensionistas de d. Pedro I formados na França chamam atenção para se pensar uma outra cultura política presente neste período.

**Palavras-chaves:** pensões de estudos, militares, Estado imperial

## Abstract

By analyzing the correspondence received and sent between the Ministry of War and the Foreign Affairs, between the years of 1822 and 1831, deposited in the Historical Archive of the Itamaraty, called attention to the relatively expressive of retirement to study abroad, mainly in the year from 1825 to the military. After the complex moment of political rupture between Brazil and Portugal, it was revealed that the culture of the state pension remained in the newly established Brazilian Empire, though not a regular check up with specific policies. Given the shortage of employees in various branches of the administration of the Imperial State, there was a need to appoint individuals to be educated abroad so that they acquire knowledge and therefore to apply in the administration of the empire. Although the imperial elite formed in Coimbra are representative, the pensioners that d. Pedro trained in France called attention to think about another political culture at that period.

**KEYWORDS:** studies pension, military, imperial state

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	9
<b>Capítulo 1: Um olhar sobre as práticas de pensões de estudos</b> .....	18
1.1 Pensões de estudos em Ciências Naturais.....	26
1.2 A instrução no Império.....	30
1.2.1 As pensões de estudos em Engenharia.....	32
1.2.2 A luz da engenharia.....	36
1.3 Espaço de formação: Academia Militar.....	41
1.4 Porque a opção pelas Academias francesas?.....	53
1.5 Os pensionários.....	58
1.6 <i>Club</i> em Paris: a pena de aluguel de Joaquim Ferreira Freitas.....	67
<b>Capítulo 2: Em busca de um império civilizado</b> .....	76
2.1 As reformas urbanas e as contribuições dos capitães de engenheiros.....	100
<b>Capítulo 3: Da universidade de Paris ao Brasil imperial: duas trajetórias militares</b> .....	99
3.1 O perfil de dois militares luso-brasileiros.....	109
3.2 Um certo Paulo Barbosa .....	111
3.3 Paulo Barbosa e a facção áulica.....	117
3.4 <i>A verdade</i> , e suas verdades.....	121
3.5 Entre <i>militar</i> e administrador.....	124
3.6 Escrevendo a História do Brasil.....	129
<b>Considerações finais</b> .....	146
<b>Referências</b> .....	148

## Quadros



Quadro 1: Pensionistas 1824-1831.....	38
Quadro 2: Alunos e professores.....	44
Quadro 3: Os pensionistas e as Universidades.....	58
Quadro 4: Os pensionistas e as Universidade (continuação).....	59

## **Introdução**

Esta pesquisa é fruto de minha experiência, ainda como estagiária, no Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), fundação vinculada ao Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro. Durante os dois anos de estágio, pesquisei no Projeto “Inovações Tecnológicas e Transferências Tecnocientíficas: a experiência do Império Brasileiro”<sup>1</sup>, coletando informações que representassem alguma relevância no que tange às transferências e à circulação de ciência e tecnologia durante o Império.

Este Projeto tinha, como pretensão inicial, levantar a documentação sobre ciência e tecnologia produzida, no período compreendido entre 1822 a 1889, atualmente preservada no Arquivo Histórico do Itamaraty. O universo do material consultado constituía-se de avisos, ofícios e bilhetes, trocados entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o da Guerra, da Marinha e do Império, bem como com as legações do Brasil no exterior. Foi exatamente neste contexto que entrei em contato com as pensões de estudos em 1825. Ao folhear um volume de manuscritos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), deparei-me com um documento extremamente rico e inexplorado. Tratava-se de um aviso<sup>2</sup> enviado pelo Ministério dos Negócios da Guerra ao Ministério do Estrangeiro informando sobre um decreto de janeiro de 1825, que determinava o envio de oficiais militares para qualificação na França. Havia uma solicitação do ministro da Guerra para que as cópias deste decreto,<sup>3</sup> datado de 29 de janeiro de 1825, juntamente com a instrução dos oficiais que foram nomeados pelo Ministério da Guerra para estudar nas ditas escolas europeias, fossem transmitidas ao agente diplomático brasileiro em Paris. Assim, imediatamente, a questão das pensões de estudos atraiu minha curiosidade, principalmente pelo número expressivo de oficiais enviados ao exterior naquele ano. E também, porque até então, era lugar comum na historiografia que a elite letrada do Brasil, pelo menos até primeira metade do século XIX, era formada quase

---

1 Inicialmente, o Projeto esteve sob a coordenação de Luciana Villas Bôas e, depois, de Sabrina Parracho, também teve como pesquisador, o historiador Rafael Daltro Bosisio.

2 AHI 299 02 01- Aviso do ministro dos MNG, João Vieira de Carvalho, ao ministro dos MNE, Luís José de Carvalho e Melhor, em 23 de fevereiro de 1825.

3 BRASIL. *Coleção de Leis e Decretos de 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. p.12.

exclusivamente em direito, ciência e cânones, sobretudo em Coimbra, e posteriormente nas Escolas de direito em Recife e São Paulo (1828). Desde então, não havia qualquer menção sobre pensões de estudos no campo militar.

A análise desse material apontava de imediato para algumas questões. Em primeiro lugar, é digna de menção, a preocupação em melhorar a formação militar. Essa questão vai de encontro à segunda. Qual o interesse do monarca, D. Pedro I, em conceder pensões de estudos no estrangeiro? Será que as pensões de estudos não representaram uma necessidade do Estado Imperial que se constituía logo após a independência? Certamente, essa necessidade de organizar e estruturar o exército caminhava de mãos dadas com um projeto de consolidar o Império.

Assim, temos o primeiro movimento visando à qualificação de oficiais luso-brasileiros em 1825, com a concessão de 24 pensões de estudos nas áreas de engenharia, artilharia, estado-maior, tática, estratégia, ciência e mineralogia. Esses são alguns dos campos nos quais foram se instruir os oficiais luso-brasileiros nas instituições militares francesas. Esse intercâmbio não envolveu apenas os alunos da Academia Militar, mas também professores, os quais eram enviados ao exterior em comissão para estudar e trazer ao Império as inovações na ciência militar em voga na Europa. Em verdade, essas comissões beneficiavam tanto o ensino, propriamente dito, quanto o exército como um todo. De acordo Elaine Duarte, foi através desse tipo de intercâmbio, assim como a remessa de livros, jornais e instrumentos científicos, que o Império, em especial, a Academia Militar do Rio de Janeiro manteve-se ligada à Europa e aos progressos da ciência militar.

De fato, o intercâmbio no exterior despertou atenção e no decorrer do Projeto “Inovações Tecnológicas e Transferências Tecnocientíficas” tornou-se meu tema de monografia de graduação em História, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ em 2009.

Para alcançar os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, o aporte teórico-metodológico da micro-história<sup>4</sup> nos ajudou a obtermos respostas para as indagações da pesquisa. De acordo com

---

4 De acordo com Peter Burke, microestudos sobre o poder não apenas na esfera do Estado, foram estimulados por

essa orientação historiográfica, o papel do indivíduo ganha novos contornos analíticos, colocando-o no centro da atuação histórica. Desta maneira, seus pressupostos estão voltados totalmente para a prática, justificando-se a carência de textos teóricos que pudessem embasar a microanálise, o que não significava, no entanto, que não existissem pontos comuns nos diversos tipos de pesquisa.

Em relação às fontes escritas, deve-se considerar a natureza do emissor (quem escreve), do receptor (a quem se destina a fonte) e a significação (proposta textual), pois além do conhecimento do objeto específico de análise, é importante ter informações sobre a época e as discussões ensejadas implícitas no documento. Além disso, toda a fonte é portadora de um discurso, e deve-se considerar que os documentos não falam por si próprios, por isso é necessário refletir sobre seus conteúdos epistemológicos, a fim de não cair numa postura científica positivista<sup>5</sup>.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi analisada, principalmente, a correspondência entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros (MNE) e dos Negócios da Guerra (MNG), nos anos de 1822 a 1831 (embora este recorte temporal tenha se estendido quando da análise das trajetórias dos pensionistas), que estão depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro. O acervo do arquivo do Itamaraty revelou-se profícuo por abrigar séries documentais que abarcam tanto os relatórios de estudos dos pensionistas, emitidos pelo representante brasileiro em Paris ao MNG, quanto os diários de viagem de alguns estudantes.

A partir da análise dos avisos, documentos de natureza administrativa, foi possível perceber o desenvolvimento da cultura de pensões e o acompanhamento da rotina de estudos dos estudantes luso-brasileiros na Europa. Nesse caso específico, a análise dos ofícios e despachos entre a legação imperial na França e o MNE foi de grande importância.

Desta forma, na pesquisa que se apresenta, as fontes principais foram os ofícios, despachos,

---

Foucault. Contudo somente nos anos de 1970 estudos sobre uma abordagem micro-histórica receberam mais atenção cf.: BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 63. Para Roger Chartier, os anos de 1970 foram marcados por dúvidas e interrogações, de perda da confiança na quantificação, de abandono dos recortes clássicos, e de questionamento de noções, categorias e modelos vigentes. cf. CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2002.

5 ROUSSO, Henry. "O arquivo ou o indício de uma falta?" In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

notas, instruções, relatórios, requerimentos, fés-de-ofício e avisos. Os ofícios foram utilizados pelos representantes brasileiros para informar a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros das tratativas com as autoridades dos demais países. Constituem uma forma de comunicação tanto das missões diplomáticas quanto das representações consulares brasileiras com a Secretaria de Estado, ou entre elas.

Os despachos são respostas da Secretária de Estado aos ofícios dos representantes brasileiros acreditados no exterior e cumpriam a função de uniformizar a atuação dos representantes do Império do Brasil. Em linhas gerais, os despachos equivaliam a orientações enviadas para as missões diplomáticas e consulados brasileiros. Entretanto, cumpre observar que, à época, os despachos demoravam, às vezes, de dois a três meses para chegar às mãos dos destinatários, o que se torna relevante na medida em que as grandes distâncias e o tempo de espera pelas respostas possibilitava aos representantes atuarem com certo grau de autonomia, o que em algumas oportunidades deu margem à adoção de posturas distintas das determinações do ministério.

Já as notas são instrumentos de comunicação entre missões diplomáticas e os diferentes ministérios de relações com o exterior.

Paralelamente, foi feito um mapeamento biográfico sobre dos pensionistas, através da análise das fés-de-ofício e dos requerimentos. Documentação esta, localizada no Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro. As fés-de-ofício constituem em um histórico profissional dos militares da Guerra.

Devem-se acrescentar às fontes já citadas, outras preciosas como os dicionários biobibliográficos: o Almanaque Laemmert, o de Argeu Guimarães e o dicionário de Relações diplomáticas do Brasil de Raul Adalberto de Campos.

Dito isto, o primeiro capítulo, intitulado, *Um olhar sobre as práticas de pensões de estudos*, buscou realizar um balanço historiográfico relativo à prática de concessão de pensões de estudos. É

lugar comum nos estudos históricos destacar os viajantes naturalistas dos séculos XVII e XVIII como pioneiros nas viagens de instrução. Ao que tudo indica, nesse período histórico, as viagens de estudos consistiram em estratégia da coroa portuguesa, no sentido de colocar a ciência a serviço do reconhecimento das potencialidades econômicas dos seus territórios ultramarinos. De fato, essa política consciente de Estado perdurou até meados do século XIX, mas a partir de então, procurava-se, ao mesmo tempo, explorar a natureza e lançar as bases da nação. No entanto, é preciso atentar que, no momento que o Estado Imperial se constituía, houve um grande esforço no sentido de desenvolver outras áreas também fundamentais para sua construção: a engenharia militar e estudos sobre organização e administração do Estado. A questão, portanto, que se colocou neste capítulo consiste em identificar e analisar esta cultura de pensão, tendo com foco central as pensões de estudos em engenharia, especialmente em 1825. Exatamente, após três anos de proclamada a independência política do Brasil, foram concedidas 24 pensões de estudos para área da Engenharia e Estado Maior (o número de pensões aumenta se considerarmos outras áreas do conhecimento), e de fato, esse número expressivo nos salta aos olhos. Ora, as pensões de estudos representaram um pontapé inicial na tentativa de promover um “melhoramento” no exército. Fato que será apenas consolidado em final do século XIX.

Para o entendimento dessa cultura, lancei mão de uma breve análise das pensões de estudos, primeiramente, em Ciências Naturais, verificando algumas continuidades e rupturas, como também identificando os interesses de Estado em financiar membros da elite, com vista a sua formação ilustrada, para colaborarem com o serviço do Estado. É digno de nota, que a mentalidade pragmática dos iluministas foi se enraizando entre os luso-brasileiros e para melhor entender esta questão, convém lembrarmos que os brasileiros da geração da independência participaram intensamente de uma política da coroa portuguesa que abrangia todos os domínios ultramarinos.

A partir dessa análise, examinei em que contexto histórico foram concedidas as pensões para

área de engenharia. O que se pretendia com esta ação? Por que a opção pelas Academias francesas? Para responder essas e outras questões que surgiram durante a pesquisa, a análise de um espaço de formação em comum foi de inestimável importância. A Real Academia Militar se apresentou como espaço de saber interessante, e por isso, foi feita uma análise atenciosa desta instituição, que, a partir de 1822, passou a ser denominada Imperial Academia Militar. Paralelamente, foi investigada a vida acadêmica daqueles pensionistas que passaram pelas cadeiras dessa instituição de ensino.

No último item deste capítulo, analisei até que ponto a denúncia publicada no jornal *Padre Amaro*, acusando os pensionistas em Paris de conspiradores, influenciou na suspensão das pensões em 1828.

No segundo capítulo, *Em busca de um império civilizado*, analisei como a política de incentivo do governo imperial de pensões de estudos contribuiu na construção do Estado imperial. Tais ações se cristalizaram nos mais variados serviços prestados à monarquia que abrangem desde atividades propriamente militares, como tarefas na burocracia do Estado, a atividades ligadas a engenharia.

Desse modo, realizei uma rápida análise das trajetórias dos diferentes pensionistas, buscando acompanhar, na medida do possível, informações que abrangessem, principalmente o período de sua qualificação no exterior. Entretanto, a análise não se limitou a isso, mas alcançou suas experiências após as viagens de instrução, demonstrando as contribuições desse grupo na construção do Estado que se pretendia civilizado.

No terceiro capítulo, *Da universidade de Pontes e Calçadas em Paris ao Brasil imperial: duas trajetórias militares*, realizei um estudo de trajetórias de duas figuras militares que se destacaram após a sua qualificação na Europa: Henrique Luís Niemeyer Bellegarde e Paulo Barbosa da Silva. Para tanto, deve-se ressaltar que o termo *militar*, à época não denotava necessariamente uma identidade profissional. Portanto, é imprescindível entender o que representava ser militar no

século XIX. Como se construía uma carreira militar dentro de uma sociedade de corte? Essa questão foi tratada com devido cuidado no início deste capítulo.

Para compreender este aspecto, foi trabalhada a ideia de *tradição portuguesa de Antigo Regime* no Exército brasileiro, visto que os militares brasileiros da primeira metade do século XIX ainda representavam uma força desse Antigo Regime, constituindo-se na expressão de Adriana Barreto, como um bem da coroa. Não se trata aqui de buscar uma história de bons e maus homens, mas de compreender os homens e sua história. Suas vidas e escritos nos sugerem possibilidades de entendimento das transformações políticas do mundo luso-brasileiro. Com atenta análise das trajetórias, percebemos como esses atores estavam inseridos em um contexto histórico ainda influenciado por valores do Antigo Regime. As redes de sociabilidades balizavam a inserção no mundo do governo naquele momento. Neste sentido, foi indispensável entender as redes de sociabilidades das quais eles faziam parte. Essa relação se mostrou fundamental para a concessão da viagem de estudo.

Sem dúvida, os capitães de engenheiros retornaram do estrangeiro em 1828, com capitais cultural e simbólico importantes e conhecimentos específicos de sua área de atuação. Além disso, eles necessariamente partiam de uma bagagem cultural diferente daquela da elite formada em Coimbra. Nesta perspectiva, os militares devem ser entendidos no seu contexto cultural e na sua complexidade, levando em consideração as relações de poder envolvidas na sua própria esfera social. Além disto, estes atores sociais estão sempre posicionados e a própria visão que possuem destas relações de poder deve ser levada em consideração.

Dediquei atenção especial às memórias, publicações e livros produzidos por Paulo Barbosa e Henrique Bellegarde. A primeira obra que me chamou a atenção foi *O Resumo da História do Brasil*, de Bellegarde, cuja narrativa estava completamente comprometida com a exaltação da monarquia. Esta obra refletiu os anseios de um grupo ligado aos interesses do Estado, que



buscavam forjar o imaginário social de um império civilizado nos trópicos. Neste sentido, era necessário construir um saber sobre o passado, pois naquele momento este era considerado um dos caminhos mais acertados para que o Brasil se reconhecesse em sua unidade. Ao expor a razão da tarefa que empreendera, o autor expressou a esperança de ver sua obra colocada a serviço da formação dos estudantes brasileiros: “fico feliz se nossos jovens compatriotas acharem neste livro auxílio a seus primários estudos, único incentivo que a tal publicação nos animou”.

Destaquei também o suposto envolvimento de Paulo Barbosa com a facção áulica. Na linguagem política da época, a expressão assumiu uma conotação negativa, pois, áulico seria um súdito singular que vivia sob a proteção e o patrocínio do monarca. A partir das publicações no jornal *A Verdade*, percebemos claramente a influente atuação política de Barbosa. É verdade que este jornal teve duração efêmera, no entanto, teve decisiva atuação na divulgação de suas ideias, refletindo uma cultura política áulica que se buscava sobrepôr sobre as outras. Dito isto, não podemos perder de vista outras funções desempenhadas por Barbosa no contexto de disputas de vários projetos de Estado em voga para o recém-fundado Império. Destacamos assim, sua atuação também como político (deputado) e administrador (mordomo de D. Pedro II), além, é claro, de engenheiro.

Assim, o principal objetivo desse capítulo consistiu em compreender a relação entre a concessão de pensões de estudos no estrangeiro aos militares no contexto da formação do Estado brasileiro, no período compreendido entre 1825 a 1831. Trata-se, antes de tudo, de apreender as estratégias de atuação do Estado na dinâmica das pensões de estudos, como também analisar o papel político-social dos estudantes após sua qualificação nas academias europeias.

Para concluir, nossas hipóteses foram confirmadas: A política de incentivo do governo imperial de concessão de pensões de estudos contribuiu diretamente para a construção do Estado com o fim prático de formar e qualificar militares e civis para atuarem em diferentes atividades

burocratas ou de governo.

Localizamos três grupos distintos, que exerceram funções diferenciadas após o regresso da Europa. Entretanto, deve-se destacar, que os cargos e funções não seguiam uma linearidade, ou seja, era frequente o militar, estar “ativo” na força armada e, assumir um cargo político, ou ligado à diplomacia, exercendo, desta forma, duas ou mais funções.

Assim, destaquei o primeiro grupo, constituído por militares burocratas, caracterizados pela atuação em serviços meramente administrativos, como os chefes de seções ou de obras públicas e diretores de repartições públicas e, até mesmo, aqueles que exerceram o magistério.

Dentro do segundo grupo, destacaram-se os militares de “carreira” que mantiveram-se atuantes no exército, prestando serviços à coroa, defendendo-a militarmente e reprimindo os movimentos separatistas que surgiram no império. Verificou-se que, logo após a participação em algum conflito, o oficial era premiado com uma promoção.

No terceiro grupo, destacaram-se os engenheiros militares e os “militares políticos”. Estes últimos desempenharam importantes “atividades de governo” dentre as quais podemos citar: conselheiros de Estados (2), mordomo (1), diplomatas (5), presidentes de províncias (3), deputados (5) e senadores (1). Neste último grupo, nos debruçamos em exemplos máximos, do que José Murilo chamou de topo da burocracia Imperial que necessariamente se fundia como da elite política.

## **Capítulo 1**

### **Um olhar sobre as práticas de pensões de estudos**

Pede-se a qualquer um que achar esse papel o publique em o Rio de Janeiro por meio da Gazeta para o consolo de nossas famílias. Até o dia de hoje vão em perfeita saúde e boa harmonia os oficiais que, por ordem de S.M. o imperador do Brasil vão estudar na França e que são os seguintes: Tenente-coronel João Antônio Pereira da Cunha e seu irmão menor, o capitão Henrique Luís Bellegarde, o capitão Ernesto Frederico de Verna Magalhães, o capitão Paulo Barbosa da Silva, o capitão João Reinaldo Verna Bilstein, o tenente Manuel Peixoto de Azevedo e dois paisanos à sua direção, o tenente João Nepomuceno da Mota, o cirurgião-mor Joaquim Cândido de Meireles, o alferes Ernesto Augusto César Eduardo de Miranda, o alferes José Xavier Calmon da Silva Cabral. Bordo do brigue francês L' Emile que segue viagem do Rio para Nantes, 6 de abril de 1825, Lat. 17S, Long. 30° Oeste de Paris<sup>6</sup>.

A carta acima foi publicada em 31 de agosto de 1825 pelo *Diário Fluminense*<sup>7</sup>, transcrita do jornal baiano *Independente Constitucional*<sup>8</sup>. Segundo esses periódicos, a carta foi encontrada dentro de uma garrafa, próximo a Porto Seguro, na Bahia, contendo uma mensagem escrita em francês dos oficiais brasileiros em viagem para Europa. Esses oficiais foram nomeados pelo governo imperial para estudar nas Academias europeias. A maioria dos estudantes eram “marinheiro de primeira viagem”, conheciam a Europa apenas através de livros. Daí a grande euforia e empolgação em enviar uma mensagem dentro de uma garrafa como nos romances. Ao chegar a Paris, os membros da missão passaram a seguir diversos cursos aos quais se destinavam, pois havia uma grande diversidade de estudos entre os oficiais. Em Paris se encontravam, ainda, outros pensionários do governo imperial, entre eles Cândido Batista de Oliveira do Imperial Corpo de engenheiros, já bacharelado em Filosofia e Matemática em Coimbra e aperfeiçoando-se na Escola Politécnica<sup>9</sup>. No decorrer dos anos 20, o governo imperial concedeu outras pensões de estudos, ampliando para outras áreas do conhecimento, tais como Mineralogia, Medicina e Marinha<sup>10</sup>. Na mesma proporção

6 LACOMBE, Américo Jacobina. *O mordomo do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

7 O *Diário Fluminense* foi, na visão de Nelson Werneck Sodré, um jornal pró-governo de D. Pedro I, em oposição ao *Aurora Fluminense* dos liberais. Foi editado no período de 21/05/1824 até 24/04/831, e teve como editor Manuel Ferreira de Araújo Guimarães de 1824 a 1830. Manuel Ferreira foi, também, o redator do jornal *O Patriota: jornal Litterario, politico e mercantil*, editado na Bahia em 1813. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª edição e 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 258.

8 Periódico Baiano fundado na vila de Cachoeira no Recôncavo Baiano em de 1º de março de 1823. A partir de 1825 foi acrescentado ao título o termo Diário. Cf. SODRÉ, op. cit, p. 53; DINIZ, J. Pérciles. O Independente Constitucional: instrumento de Guerra nos primórdios da imprensa brasileira.

[http://www.ufrb.edu.br/publica/components/com\\_mtree/attachment.php?link\\_id=19&cf\\_id=31](http://www.ufrb.edu.br/publica/components/com_mtree/attachment.php?link_id=19&cf_id=31) p. 7

9 LACOMBE, Lourenço Luiz. *Os Chefes do Executivo Fluminense*. Petrópolis: Ministério da Educação e Cultura Departamento de Assuntos Culturais Museu Imperial, 1973. p.19-20.

10 SANT'ANNA, Sabrina Marques Parracho; BOSSIPIO, Rafael de Almeida Daltro. *Inovações tecnológicas e transferências tecnocientíficas: a experiência do império brasileiro*. RJ: CHDD; FUNAG, 2010.

que as pensões de estudos na ciência militar entra num período de declínio, às relativas à Marinha ganham destaque, aumentando crescentemente o número de pensões nesta área, principalmente a partir da década de 1840.

Embora pouco estudadas, não foram raras no império as práticas de envio de estudantes e profissionais brasileiros para qualificação no estrangeiro. A prática, em verdade, remonta mesmo *aos tempos do rei*, e tais iniciativas não diferem muito dos procedimentos adotados nas monarquias do Antigo Regime<sup>11</sup>, que financiavam estudiosos por meio de pensões, mesadas ou cargos.

Já final do século XVIII, a coroa portuguesa se empenhou em reunir, à sua volta, um círculo de letrados nascidos no Brasil, cuja presença nas funções do Estado português, nos últimos anos do século XVIII, tornara-se cada vez mais evidente, associando-os tanto através de comissões de que eram encarregados, quanto através de memórias que redigiam.<sup>12</sup> José Bonifácio de Andrada e Manuel Ferreira da Câmara compunham este núcleo de letrados que moldava uma nova cultura política. Essa elite intelectual luso-brasileira, inserida no mundo do Antigo Regime era composta de homens esclarecidos que partilharam da renovação cultural e mental do Estado português.<sup>13</sup> Em 31 de maio de 1790, esses dois jovens (nascidos no Brasil) foram enviados em um *tour* de instrução pela Europa, às custas do governo. Ambos receberam instrução de seguir para Paris e, lá tomar aula de física e mineralogia. Dois anos deveriam passar em Freiburg, adquirindo todos os conhecimentos práticos. Posteriormente, os jovens estudantes deveriam visitar as minas da Saxônia, da Boêmia e da Hungria e retornar a Portugal via Escandinava e Inglaterra<sup>14</sup>.

---

11 A respeito da crítica ao conceito de monarquia absolutista e a especificidade político-institucional da Europa moderna cf. HESPANHA, António Manuel. **Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982.

12 MAXWELL, Kenneth. A Geração 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: Idem. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Tradução de Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira (et. al.). São Paulo: Paz e Terra, 1999. pp. 157-208;

13 NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

14 MAXWELL, Kenneth, op.cit. p.179

Quando ministro de Portugal em 1797, D. Rodrigo de Sousa Coutinho mobilizou ainda uma “força tarefa” de brasileiros eruditos residentes na América, cujo objetivo seria fornecer informações práticas. Dentre eles, destacaram-se José Vieira Couto e José Teixeira da Fonseca Vasconcelos que receberam a incumbência de coletar informações sobre o depósito de sal no vale de São Francisco. Enquanto o brasileiro João Manso Pereira deveria conduzir investigações e experimentos mineralógicos e metalúrgicos em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Já Joaquim Veloso de Miranda recebeu instruções para prosseguir seus estudos sobre os recursos naturais de Minas, em especial os depósitos de salitres. Da mesma forma, José de Sá Betencourt recebeu a incumbência de investigar os depósitos de cobre e salitre em Jacobina<sup>15</sup>.

Com essa política de incentivo governamental ao desenvolvimento da “ciência”, observamos que o governo português havia empregado muitos estudiosos nascidos no Brasil no processo decisório. Ele havia incentivado outros brasileiros a realizar expedições científicas patrocinadas pelo Estado no Brasil. Tratava-se, antes de tudo da cooptação dos letrados para tarefas científicas.

Durante o período joanino, visando à capacitação de profissionais para exploração da colônia americana<sup>16</sup>, seja do Estado do Brasil, seja do Estado do Grão Pará e Maranhão<sup>17</sup>, o governo português selecionou entre os estudantes nas Universidades de Coimbra e aqueles mais qualificados para adquirirem conhecimentos e aplicá-los em proveito do reino. Dentre esses estudantes, destacaram-se alguns naturais do Brasil, citados anteriormente.

Ao estabelecer um plano detalhado de viagem explicitando os lugares a serem visitados e os cursos a serem frequentados, o [do ministro português] buscava racionalizar a viagem,

---

15 Idem, p. 184.

16 A respeito do termo colônia Cf. BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 3ª ed e 1ª reimp.. São Paulo: Cia das Letras, 1996. (cap. 1, Colônia, culto e cultura).

17 No último quarto do século XVIII, após a assinatura dos tratados com a Espanha (Madri-1750- e Santo Idelfonso-1777), uma série de naturalistas e viajantes percorreram o Estado do Brasil e o Estado do Grão Pará e Maranhão para não só descrever os espaços e seus limites, como também as potencialidades econômicas. Cf. DOMINGUES, Angela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 823-838, 2001; RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização\_ Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Tempo, Revista do Departamento de História da UFF, vol. 3, nº 6, dez. 1998, pp. 157-182. [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg6-10.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg6-10.pdf)

e evitar o imprevisto e o desperdício de tempo, de forma a que os estudos e as atividades práticas atualizassem José Bonifácio nos assuntos de sua especificidade.<sup>18</sup>

Enquanto que o jovem brasileiro Hipólito José da Costa, redator do *Correio Braziliense*, foi em comissão aos Estados Unidos para adquirir conhecimento sobre “o aperfeiçoamento de culturas já existentes e a introdução de novos produtos provenientes de outros países” para melhoramentos agrícolas no reino.<sup>19</sup>

Com a transferência da família real portuguesa para o Brasil em 1808, essa prática de pensões de instrução permaneceu. Em 1810, temos três estudantes de medicina que foram enviados, pela Ordem Régia de 5 de dezembro, a Edimburgo<sup>20</sup>. Em outro momento, D. João VI concedeu uma pensão ao professor João Batista de Queiroz, visando sua qualificação em novos métodos educacionais existentes na Inglaterra (Lancaster)<sup>21</sup>. Em geral, as pensões de estudos refletem a preocupação da coroa em qualificar indivíduos para atuarem no corpo de funcionários do Estado. Nas primeiras décadas do século XIX, as pensões de estudos estão inseridas no contexto de “ilustrar” e “civilizar” o Brasil.<sup>22</sup>

A presença de D. João no Brasil proporcionou o desenvolvimento das atividades científicas no país. Logo após seu estabelecimento na corte, o monarca fundou várias instituições “científicas”, como a Academia Real Militar (1810), a Academia de Guardas da Marinha (1808)<sup>23</sup>, Museu Real (1818), o Jardim Botânico 1808 (Real Horto em 11/10/1808), além da Academia Medico Cirúrgica (Rio de Janeiro e Bahia)<sup>24</sup>. Desta maneira, o governo incentivou e, ao mesmo tempo, interferiu

18 CAVALCANTE, Berenice. *José Bonifácio razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. RJ: FGV, 2001.

19 FERNANDES, Tânia Maria Dias. “A escrita diária de uma ‘viagem de instrução’”. *Escritos*, Rio de Janeiro, n.º. 1, pp. 17-42, 2007.

20 MOACYER, Primitivo. *A instrução e o império (subsídios para a história da educação no Brasil)*. vol. 1. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936-1938. pp. 37-38.

21 BRASIL. *Coleção de Leis e Decretos de 1825*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885. p. 46.

22 Nesse contexto de ilustrar e civilizar inseri-se a criação do periódico *O Patriota*, que para Lorelai Kury, constituiu-se no primeiro periódico científico. Cf. KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007.

23 A Academia Real dos Guarda-Marinhas foi criada por Carta de Lei de em 1 de abril de 1796. Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, a Academia instalou-se no Mosteiro de São Bento.

24 A Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro foi criada em 1808, e funcionou inicialmente nas

decididamente em quase todas as iniciativas dessa ordem, visando o desenvolvimento da ciência enquanto saber utilitarista.

Após o complexo momento de ruptura política entre Brasil e Portugal, foi possível perceber que a cultura de pensões de estudos do Estado se manteve no recém-fundado império brasileiro, embora não se tenha verificado uma regularidade com políticas específicas. De fato, devido à carência de funcionários em diversos ramos da administração do Estado, houve a necessidade de nomear indivíduos para se instruírem no estrangeiro a fim de que adquirissem conhecimentos práticos e conseqüentemente aplicassem-nos na burocracia do Estado.

O trabalho de Maria Fernanda Vieira Martins<sup>25</sup> nos ajudou a compreender a questão da continuidade dessa tradição administrativa portuguesa no pós-independência. Embora esta questão de permanências e rupturas já tenha sido tratada por Sérgio Buarque de Holanda<sup>26</sup>, a autora sustentou que a monarquia constitucional instalada no Brasil, no início do século XIX, apresentou resquícios do Antigo Regime. A experiência brasileira demonstraria a força da tradição portuguesa ao seguir a forma como se organizou e consolidou a monarquia portuguesa e seu modelo de administração. Mas não se tratava apenas da simples importação de um modelo. Para melhor entender esse processo, era preciso atentar para “toda” dinâmica da vida política administrativa colonial, sua relação com a metrópole e também observar as práticas e ideias das elites que aqui viveram e deram forma a esse processo.

Com efeito, as pensões de estudos na área militar, como já destacamos, é um tema pouco visitado pela historiografia. Há trabalhos que abordaram concessões de pensões pelo imperador D. Pedro II e pela Academia Imperial de Belas Artes no Segundo Reinado. Segundo Afonso Carlos

---

dependências do Hospital Real Militar e Ultramar. A Escola de Cirurgiada Bahia foi criada no mesmo ano de 1808. Em 1813 e 1816, ambas foram transformadas em Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro e Academia Médico-Cirúrgica da Bahia respectivamente.

25 MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: Um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado 1842 – 1889*. RJ: AN, 2007.

26 HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial - sua desagregação”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, Vol. 1, *O Progresso de Emancipação*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

Marques dos Santos, D. Pedro II, durante todo seu reinado, frequentou as exposições da Academia Imperial de Belas Artes e a distribuição dos prêmios aos alunos, como forma de demonstrar seu amor às artes. Assim, o imperador concedia também ao aluno brasileiro que mais se distinguisse um prêmio extraordinário que consistia numa pensão anual na Europa, durante seis anos, se fosse pintor histórico, escultor ou arquiteto, e de quatro anos se fosse gravador ou paisagista<sup>27</sup>.

Entretanto, apenas Guilherme Auler<sup>28</sup>, em 1956, parece haver se debruçado, de uma maneira mais geral, sobre a concessão de bolsas no império e, mesmo assim, dedicou-se a estudar apenas as bolsas diretamente concedidas pelo imperador D. Pedro II, que pensionava, do seu bolso, a necessitados, enfermos, viúvas e órfãos, para muitos dos quais esse subsídio se tornou o único meio de subsistência e instrução. Em estudos menos abrangentes, também podemos citar Laudelino Freire<sup>29</sup> e Camila Dazzi<sup>30</sup>, com suas reflexões sobre a concessão de bolsas de Belas Artes e o breve capítulo sobre o Bolsinho do Imperador, o qual foi discutido por José Murilo de Carvalho<sup>31</sup> na biografia do imperador D. Pedro II.

Todavia, no que tange às concessões de pensões de estudos aos militares, ainda prevalece uma lacuna nos estudos históricos. Não tem o presente trabalho a finalidade de preencher tal lacuna, mas compreender outro aspecto da constituição do Estado Imperial, ou seja, o aparato de formação, trazendo à luz as pensões de estudos no início do século XIX.

Pensar os grupos dominantes na América portuguesa foi um grande passo para estudar a história das pensões de estudos, procurando analisar como se deu a continuidade das pensões pós-independência. Nesse aspecto, Maria Odila Dias<sup>32</sup> forneceu dados interessantes acerca dos

---

27 SANTOS, P.52

28 AULER, Guilherme. *Os bolsistas do imperador*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Tribuna de Petrópolis, 1956. (Cadernos do Corgo Seco).

29 FREIRE, Laudelino. *Um século de pintura: apontamentos para a história da pintura no Brasil de 1816-1916*. Rio de Janeiro: Typ. Röhe, 1916.

30 DAZZI, Camila Carneiro. *Relações Brasil-Itália na arte do segundo oitocentos: estudo sobre Henrique Bernardelli: 1880 a 1890*. 2006. 3007f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

31 CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

32 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Aspectos da ilustração no Brasil”. In: DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. pp. 39-126.



mecanismos que regulamentavam as pensões de estudos. Segundo a autora, as pensões de estudos, no século XVIII, tinham um fim prático, “o grau de aplicação de uma ciência mede-se pela sua utilidade para a sociedade”<sup>33</sup>. Essa era uma “nova” cultura científica de parte dos estudiosos da época, muito clara em relação ao desenvolvimento da colônia atrelada à exploração e renovação da agricultura<sup>34</sup>. Assim, priorizavam-se estudos que ressaltassem alguma utilidade para o império luso-brasileiro. Este fenômeno chamou a atenção, tendo em vista que o fomento e a difusão dos estudos naturais na colônia eram, até então, vistos como suspeitos. Por isso, no entendimento de Silva Dias, tais estudos se constituíram em fenômenos fundamentalmente novos se comparados com o modelo de ensino jesuítico que predominava na colônia.<sup>35</sup>

Deve ser ressaltado que a proibição portuguesa da criação de universidades na colônia, diferentemente da Espanha<sup>36</sup>, estava diretamente ligada à concessão de pensões de estudos no estrangeiro, principalmente em Coimbra. A coroa portuguesa temia que a fundação na colônia de estabelecimentos de ensino superior pudesse enfraquecer ou pôr em xeque a dependência colonial, tendo em vista que um dos vínculos mais fortes que sustentava a dependência das colônias era justamente a necessidade dos filhos da elite de ir estudar em Portugal.<sup>37</sup>

Por outro lado, no âmbito econômico, o império português, sob ameaça crescente dos outros impérios europeus<sup>38</sup>, receava perder seus domínios no ultramar e por isso, procurava cooptar as

33 Frase do brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira em 1783. Idem, p. 43.

34 De fato, o curso mais frequentado por estudantes nascidos no Brasil em Coimbra, no período de 1794 a 1804, foi de Ciências Naturais (84 estudantes), em seguida aparece o curso de Matemática (75 estudantes) e por último, Medicina (10 estudantes). Além de incentivar os bacharéis a produzirem escritos e memórias, a coroa portuguesa em 1799, conferiu pensões para formação de dois engenheiros topográficos, dois hidráulicos, um contador e dois médicos. DIAS, op. cit., p.54.

35 Esta leitura do jesuítas como obscurantistas foi criticada por Luiz Carlos Villalta. Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. A Educação na Colônia e os jesuítas: discutindo alguns mitos.

<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/aeducacaonacoloniasjesuitasdiscutindoalgunsmitos.pdf>

36 Segundo Carlos Bauer e José Rubens L Jardilino, na América Espanhola foram criadas 6 universidades no século XVI, e no período da independência, existiam 19. Cf. BAUER, Carlos e JARDILINO, José Rubens L. *Apontamento sobre uma história recente: gênese e desenvolvimento da universidade brasileira*. Rhela, volume 7, año 2005, pp. 9-36. [http://www.dialnet.unirioja.es/servlet/fichero\\_articulo?codigo=2334908](http://www.dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2334908)

37 FÁVERO, Leonor Lopes. *Memória e Ensino*. [http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos\\_r26/artigo\\_4.pdf](http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r26/artigo_4.pdf)

38 Para Fernando Novais tratava-se da crise do Antigo Sistema Colonial. No entender de João Fragoso, certas regiões do Império, como o Rio de Janeiro, a economia não estava em crise. Cf. NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777-1808)*. 6ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1995; ARRUDA, José Jobson de A. *Uma colônia entre dois Impérios. A Abertura dos Portos 1800-1808*. Bauru: EDUSC/Cátedra Jaime Cortesão, 2008;

elites locais para seu projeto de reformas e modernização. Desta forma, essa estratégia de cooptação<sup>39</sup> das elites, buscou integrá-las no serviço de reconhecimento e governação imperiais. Neste sentido, o impedimento da abertura de cursos superiores no Brasil pode ser visto como uma das partes visíveis dessa estratégia, cuja contrapartida mais imediata é a distribuição de cargos no governo para os alunos egressos de Coimbra.<sup>40</sup>

Desta forma, a maioria dos naturalistas luso-brasileiros que participaram das expedições científicas dos setecentos portugueses fizeram seus estudos na Coimbra reformada (1772-1822), tendo em vista que é a partir do projeto de modernização de ensino em Portugal que se inicia o interesse pelas viagens de cunho científico.<sup>41</sup>

Com efeito, conforme nos lembra José Murilo de Carvalho<sup>42</sup>, a formação da elite brasileira em Coimbra constituiu um mecanismo fundamental e um elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial, na medida em que possibilitou uma homogeneidade ideológica e cultural capaz de articular projetos coesos para o Brasil. Como resultado da homogeneidade através da educação, da ocupação e do treinamento, a elite brasileira era totalmente não representativa de população, esta tomada, é claro, como “boa sociedade” da elite imperial de que se excluem, segundo Ilmar Mattos, escravos, libertos e desocupados. A partir desta unidade ideológica foi possível a manutenção da unidade territorial do Brasil e a natureza do próprio Estado. Com o deliberado treinamento para a administração estatal, foi possível a “construção da ordem”. Embora essa elite letrada formada nos quadros de Coimbra seja representativa na burocracia do Estado, após a Independência do Brasil, os pensionários de D. Pedro I formados na França chamaram atenção

---

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993; FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, v. 6 n. 1. jan. – jun. 2000

39 MAXWELL, op. cit., pp.186-187.

40 CRUZ, Ana L. R. B. . As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII.. *História. Questões e Debates*, Curitiba, v. 19, n. 36, p. 61-98, 2003. p.6

41 Idem.

42 CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

para se pensar uma outra cultura política presente neste período. É verdade que os oficiais de 1825 tiveram sua plena inserção na elite política e burocrática durante a Regência e no Segundo Reinado. Desta maneira, valendo-se das considerações feitas por José Murilo de Carvalho, é possível de alguma forma relacionar a formação de uma outra elite político-militar recrutada e treinada para atuar nas funções administrativas e de governo. Não se trata de uma contraelite, mas de uma intraelite que partilhava ideológica e culturalmente dos mesmos preceitos que a elite coimbrã, no que se refere aos assuntos de governo. Este fator reduziu os conflitos intraelite e contribuiu para fornecer uma concepção e capacidade de manter determinado modelo de dominação política. Dando sequência à argumentação de José Murilo, acredito ser o projeto de D. Pedro I uma continuação dessa cultura de formar uma elite ideológica e culturalmente homogênea, cuja instrução para assuntos de governo, ocorreu por meio da socialização, da educação, da ocupação e da carreira política<sup>43</sup>. Desta forma, percebe-se que a “construção da ordem” não se restringiu à formação coimbrã, ou melhor, seria complementada por uma elite político-militar recrutada e treinada para atuar nas funções administrativas e de governo.

### **1.1 Pensões de estudos em Ciências Naturais**

No final do século XVIII, verificou-se que as atividades dos brasileiros, da geração que participou da independência<sup>44</sup> e formados nas principais universidades europeias como Coimbra, Montpellier, Edimburgo, Paris e Estrasburgo, eram voltadas principalmente para estudos “científicos” (Ciências Naturais).<sup>45</sup> Isto refletiu, apesar do clima cosmopolita e universal e de uma mentalidade influenciada pela ilustração do século XVIII, na preocupação com os estudos de natureza empírica que buscassem se ocupar com os problemas da colônia e introduzir

---

43 CARVALHO, op. cit. p. 21

44 A geração de 1790. MAXWELL, op. cit.

45 RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol VIII (suplemento), 969-992, 2001

melhoramentos. Os estudos sobre agricultura ganham ênfase, principalmente porque era consenso entre os estudiosos que através da agricultura seria possível desenvolver a colônia, tendo em vista que esta era “mãe do gênero humano e origem primária e inesgotável de toda a prosperidade pública”<sup>46</sup>. Domingos Borges de Barros, visconde da Pedra Branca, agente diplomático brasileiro em 1825, em Paris, também compartilhava desta opinião, aludindo que somente através do conhecimento da técnica, um agricultor ilustrado poderia ser capaz de desenvolver com êxito a agricultura.<sup>47</sup>

Em seus trabalhos sobre viagens científicas dos setecentos, Ronaldo Raminelli destacou que o século XVIII assistiu a inúmeras expedições científicas que buscavam um conhecimento detalhado da natureza, na qual os homens de ciência, também afamados de naturalistas, descobriram, descreveram e catalogaram lugares, plantas e animais jamais imaginados pela tradição ocidental.

Esses naturalistas luso-brasileiros<sup>48</sup>, que estavam a serviço da coroa portuguesa, concebiam a ciência com fator indispensável para o fortalecimento da economia do reino. Essa visão mercantilista da natureza foi acompanhada de estudos detalhados dos reinos animal, vegetal e mineral baseados nos ensinamentos de Lineu. Em Portugal, a ciência foi intencionalmente utilizada em favor da colonização dos territórios ultramarinos. Neste sentido, as palavras de ordem do método científico - observar, praticar e experimentar- com o intuito de ampliar o conhecimento da ciência, tão em voga nas academias de ciências europeias, foram colocadas em segundo plano pela coroa portuguesa. Conforme observa Raminelli, a partir das informações coletadas pelos viajantes,

---

46 DIAS, op. cit., p.46. Conferir, também, LAPA, José Roberto do Amaral. Um Agricultor Ilustrado do século XVIII. In: Idem. *Economia Colonial*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973. pp. 141-230.

47 DIAS, op. cit, p. 46.

48 Neste trabalho, a expressão luso-brasileiro será empregada para designar exclusivamente a naturalidade dos nascidos no Brasil e em Portugal, e não a nacionalidade que seria um evidente anacronismo. Existe um debate em relação à pertinência do emprego da palavra brasileiro para denominar os naturais do Brasil, no período colonial. Segundo Ana Lúcia Cruz, nesse período, para se referir ao Brasil, os termos utilizados eram *brasilico*, *brasiliense*, *americano*, *português da América*, ou simplesmente brasileiro, mas no século XVIII este último termo esteve em relativo desuso. Cf. CRUZ, Ana L. R. B. *As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII*. História. Questões e Debates, Curitiba, v. 19, n. 36, p. 62

o Estado português desejava conhecer e colonizar seus territórios ultramarinos. Essa colonização seria possível a partir da agricultura, que fixaria o índio na terra, asseguraria as fronteiras e aumentaria as divisas das debilitadas capitânicas do norte da colônia portuguesa.

Certamente, foram esses princípios que guiaram a maioria dos naturalistas luso-brasileiros. Essa utilização dos conhecimentos científicos para razão do Estado sacrificou a História Natural em favor de uma colonização mais racional nas possessões ultramarinas. Com este objetivo, ao longo do “Diário da Viagem Filosófica”, o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira preocupou-se em destacar os recursos agrícolas e as condições materiais dos povoados comandados por portugueses<sup>49</sup>. De fato, os viajantes luso-brasileiros lançavam-se nos empreendimentos coloniais munidos da disposição de mapear as potencialidades do território, deixando para segundo plano as descobertas e as normas estabelecidas pelas sociedades ilustradas. Preferencialmente, porém, o naturalista transformava o saber em prática quando este se revertesse em benefício para o Estado, contribuindo com um conjunto de informações na atividade de reconhecimento dos domínios coloniais, ao mesmo tempo que propõe alternativas para seu aproveitamento econômico.<sup>50</sup>

Numa visão mais abrangente e criteriosa, temos o trabalho de Ana Lúcia Cruz que compartilha as premissas colocadas por Raminelli, principalmente no que se refere às viagens científicas no século XVIII associadas às razões de Estado. Para a autora, estrategicamente, o governo português procurou colocar a ciência a serviço do reconhecimento das potencialidades econômicas dos seus territórios coloniais e, com essa intenção, patrocinou uma série de expedições exploratórias aos quatro cantos do império luso<sup>51</sup>. Inclusive, muitos dos protagonistas dessas viagens do Século das Luzes foram recrutados junto à intelectualidade acadêmica Coimbrã, da qual fazia parte um número expressivo de naturalistas nascidos na América Portuguesa, como bem aludiu Maria Odila Dias. A trajetórias desses viajantes permite-nos reconhecê-los com uma geração

---

49 RAMINELLI (1998), op. cit., pp. 157-182

50 Idem.

51 CRUZ, op. cit, p. 62.

de “cientistas” luso-brasileiros a serviço da coroa portuguesa.

Ora, se nos setecentos as remessas de sementes, plantas, animais e minerais davam-se através dos viajantes naturalistas que atuavam a serviço da coroa portuguesa, a partir do século XIX, esta função passou a cargo dos agentes diplomáticos nos mais diferentes lugares do globo<sup>52</sup>. Ao olhar a literatura existente sobre esse período, nota-se que as trocas se davam, no mais das vezes, entre jardins botânicos do reino e seus congêneres no exterior, e os agentes diplomáticos atuavam, simplesmente, como mediadores. Além de intermediar trocas entre instituições, o corpo diplomático no exterior, passava a participar ativamente na obtenção de informações científicas, da aquisição e remessa de novas espécies. Assim, sementes e mudas foram remetidas com detalhadas informações sobre o plantio, solo apropriado, época ideal para o cultivo e colheita e zona climática adequada para cada espécie, sendo as plantas descritas de acordo com a classificação de Lineu.<sup>53</sup>

Conforme se pode notar, eram recorrentes os discursos que afirmam, ainda no período colonial, as autoridades portuguesas intermediavam e promoviam constantes trocas entre as diversas regiões do reino. Mesmo no Arquivo Histórico do Itamaraty<sup>54</sup>, há indícios dos intercâmbios estabelecidos entre diversos territórios do império português já no final do século XVIII e início do XIX. Conforme apontado em outras ocasiões, desde aquele período, era, de fato, especialmente frequente, a circulação de produtos agrícolas entre os territórios do império luso-brasileiro. Essas trocas reafirmavam em seu bojo, conhecimentos de botânica, geologia e climatologia. Preocupações com o aprimoramento de técnicas e a implementação de inovações faziam, com efeito, parte da rotina da elite colonial.

Ao que tudo indica, não só a agricultura, mas a ciência de modo geral continuava a ocupar um novo espaço no discurso das autoridades do recém-fundado império brasileiro. O século XIX

---

52 SANT'ANNA, Sabrina Marques Parracho; BOISSIO, Rafael de Almeida Daltro. *Inovações tecnológicas e transferências tecnocientíficas: a experiência do império brasileiro*. RJ: CHDD; FUNAG, 2010. pp.45-46.

53 Idem.

54 Idem.

veio acompanhado de um movimento de ampliação da circulação de saberes ditos científicos. E, com efeito, conforme já salientado, o período foi marcado pela disseminação universal de práticas e conhecimentos científicos, sendo no mais das vezes apresentado como momento de institucionalização e autonomização de uma série de campos de produção científica<sup>55</sup>. Assim, a ativa percepção de práticas e saberes científicos entre outras coisas possibilitaria a constituição de um corpo de funcionários capazes de operar o Estado.

No limiar do século XIX, para além das remessas de insumos, informações e técnicas específicas, chama atenção a grande preocupação com a qualificação profissional da “boa sociedade” segundo a expressão de Ilmar Mattos. Neste sentido, percebe-se que os intercâmbios científicos realizaram-se de diversas formas: através da circulação também de obras filosóficas, científicas e literárias, assim também a partir da presença de naturalistas. Neste particular, aliás, no Brasil, a esses caminhos para intercâmbio científico podemos acrescentar aquele viabilizado pelas pensões de estudos, que possibilitou, além de uma instrução específica, a intensa circulação dos oficiais em comissão em diversos estabelecimentos militares europeus, fosse para complementar os seus estudos, fosse para conhecer e transmitir as novas tecnologias na arte da guerra.

## **1.2 A Instrução no Império brasileiro**

A instrução pública foi assunto constante e regularmente crescente nas preocupações do império. Um dos movimentos que pode ser percebido, a partir do esforço em desenvolver este campo, foi a concessão de pensões de estudos para aperfeiçoamento de mão de obra qualificada no exterior. A instrução era vista como garantia de civilidade e, por isso, fazia-se necessário derramá-la no Povo<sup>56</sup>. Vale destacar, a diferenciação dos termos instrução e educação. Em meados do século XIX, a palavra instrução foi empregada, sobretudo para designar um conjunto de conhecimentos

---

55 Idem. pp. 17-19.

56 MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema*. A formação do Estado Imperial. 5ª edição. SP: Hucitec, 2004.

positivos os quais o Estado deveria garantir. Enquanto, a educação estava ligada mais à moralidade, sendo seu domínio reservado à família e à igreja.<sup>57</sup>

Não podemos perder de vista que no bojo de instrução, o direito foi o principal foco de atenção, no sentido de formar elites claramente nacionais e, um saber local pelo estado de independência política a que se elevou o império. Devido a esta nova realidade, tornou-se incompatível demandar, como outrora, estes conhecimentos à Universidade de Coimbra. No entanto, outros esforços de formação de quadros profissionais chamaram atenção: os engenheiros - militares que estavam sendo enviados ao estrangeiro para lá completarem sua qualificação tornando-se pensionistas do Estado<sup>58</sup>. Com efeito, para além das viagens de formação, a instrução no exterior se apresentava com necessidade vital de aparelhamento do Estado.

A questão, portanto, que se apresenta é a seguinte: sabendo-se que os estudos de natureza científica estavam no bojo das preocupações nos século XVIII, como foi claramente apontado, a estratégia da coroa portuguesa foi no sentido de colocar a ciência a serviço do reconhecimento das potencialidades econômicas dos seus territórios coloniais. De fato, essa política consciente de estado perdurou até meados do século XIX, mas a partir de então, procurava-se, ao mesmo tempo, explorar a natureza e lançar as bases da nação. No entanto, é preciso atentar, que no momento em que o Estado Imperial se constituía, houve um grande esforço no sentido de desenvolver outras áreas também fundamentais para sua construção: a engenharia militar e estudos sobre organização e administração do Estado.

Assim verificamos, que as mudanças ocorridas no pós-independência criaram condições para afirmação de uma “nova” ocupação no império. Descobertas científicas, invenções e o surgimento de novas necessidades humanas e de meios especializados para satisfazê-las são, certamente, fatores que contribuem para o desenvolvimento de novas profissões, visto que é a

---

57 Idem, pp. 271-272

58 SANT'ANNA; BOSISSIO, op. cit.



situação de mudança de numa dada sociedade que cria as condições para o surgimento de uma nova ocupação e determina o curso de seu desenvolvimento.<sup>59</sup>

### 1.2.1 As pensões de estudos em Engenharia

Inicialmente é preciso esclarecer que nesta pesquisa optei pelo uso da expressão pensão de estudos à bolsa de estudos, visto que considero mais adequada para analisar este período. No dicionário século XIX de Antonio de Moraes e Silva, a palavra *pensão* era utilizada como “pagamento” propriamente ou “ação de pagar”<sup>60</sup>. Neste sentido, podemos afirmar que o termo pensão foi empregado na época para designar, indistintamente, a remuneração pecuniária tanto de estudantes como de funcionários do Estado destacados para o exercício das mais diferentes tarefas no estrangeiro. Já a expressão pensionário era empregado como adjetivo para indicar aquele que recebe pensão, ou tença, bem como para designar “as classes pensionárias do Estado”, que este paga ou mantém.<sup>61</sup>

As pensões de estudos estavam diretamente relacionadas com a intenção do governo imperial de criar oficiais formados no estrangeiro com valores universais de civilização, e com o adequado manejo da técnica. Por outro lado, revelava também o desejo do império de aproximar-se

---

59 ELIAS, Norbert. *Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins*. MANA 7(1):89-116, 2001.

60 SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 4ª edição, reformada, emendada, e muito acrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correcta, e enriquecida de grandes números de artigos novos e dos synonymos por Theotonio José de Oliveira Velho Tomo II, F – Z. Lisboa: Imprensa Régia, 1831, p. 446. Esse significado de pensão não era muito diferente do mesmo autor no Dicionário de 1789. Cf. SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Tomo II, L – Z. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789, p. 184.

<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299220#page/3/mode/1up>

61 No caso do significado de pensionário, houve mudanças se compararmos os dicionários de 1789 e 1831, principalmente no adjetivo. Cf. SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 4ª edição, reformada, emendada, e muito acrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correcta, e enriquecida de grandes números de artigos novos e dos synonymos por Theotonio José de Oliveira Velho Tomo II, F – Z. Lisboa: Imprensa Régia, 1831, p. 447; SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Tomo II, L – Z. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789, p. 184. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299220#page/3/mode/1up>

do modelo europeu de civilização. Daí um duplo movimento de importar práticas e informações e enviar mão de obra para a qualificação.

Nas modalidades de incentivo à viagem de instrução adotadas pelo governo imperial, duas formas de pensões se destacaram: a viagem comissionada e a viagem de estudos propriamente<sup>62</sup>. A primeira era destinada a oficiais já graduados, sobretudo, aos professores da Academia Militar, para sua devida qualificação e aperfeiçoamento no exterior, a saber: Eustáquio Adolfo de Mello e Mattos (lente de Física) e Cândido Batista de Oliveira, ambos bacharéis em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra. No entanto, ela também foi oferecida a oficiais já graduados, como José da Silveira Sampaio, graduado na Academia Militar. Este foi enviado como comissionário do Estado Maior<sup>63</sup> para estudar na *École d'Application d'Etat Major*. Nessa lista, deve-se incluir também o nome de José Vilela de Barros, bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra. Aos lentes em comissão, assim como aos oficiais, cabia a exigência da aplicação aos estudos. Estes estavam também sujeitos a toda vigilância e controle exercidos pelas Legações imperiais na Europa.

Simultaneamente à viagem de comissão, o pensionário poderia atuar como agente diplomático em diversos postos. Temos notícias de que os pensionários Eustáquio Adolfo<sup>64</sup>, Cândido Batista de Oliveira<sup>65</sup> e João Antônio Pereira da Cunha<sup>66</sup> atuaram como representantes diplomáticos em vários postos na Europa, além de Paulo Barbosa da Silva<sup>67</sup> que esteve em missão diplomática em Paris, Portugal, Áustria, Prússia, e Rússia e Ernesto Frederico de Verna Magalhães

---

62 SANT'ANNA; BOISSIO, op. cit., p. 30

63 Segundo Huntington, o Estado-maior militar foi essencialmente uma instituição profissional que recolhe conhecimentos técnicos e os aplica à administração da violência. Tal como a Artilharia e Engenharia eram as únicas armas que exigiam formação técnica, as atividades logísticas eram as únicas funções que exigiam planejamento e controle especializados. Em consequência, os estados-maiores tinham pouco a ver com as operações militares. HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. RJ: Biblioteca do Exército, 1996 p.44

64 Foi agente diplomático em Mecklemburgo em 1825 (estreia no serviço diplomático) encarregado de negócios na Inglaterra em 1829. Já em 24 de outubro de 1831 é enviado extraordinário e ministro plenipotenciário também na Grã Bretanha. Foi enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na *Áustria-Hungria* em 02 de dezembro de 1833. Cf. CAMPOS, Raul Adalberto de. *Relações diplomáticas do Brasil (1808 a 1912)*. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Comércio, 1913.

65 Em 1835 ministro residente em Turim. CAMPOS, op. cit.

66 Serviu como encarregado de negócios e ministro residente em vários postos, notadamente na França em 1827, na Prússia em 1828-1830 e na Áustria em 1836. CAMPOS, op. cit.

67 CAMPOS, op. cit., p.99-100

Coutinho, que em 1826, deixou de receber pensão como estudante para tornar-se adido militar da legação em Paris. Nesta função, foi mandado à corte de Munique em missão confidencial pelo visconde de Pedra Branca, ministro em Paris, estreando assim na diplomacia imperial. Em 1831, Magalhães Coutinho esteve dentre os conselheiros de Estado de D. Pedro I, permanecendo no posto nos anos iniciais da Regência. Neste sentido, como podemos apreender, tratava-se de pensões concedidas pelo Estado para que oficiais luso-brasileiros<sup>68</sup> se dirigissem ao estrangeiro e lá exercessem as mais diversas funções, realizando tarefas previamente estabelecidas.

Outro ponto que merece ser destacado diz respeito às vantagens que as viagens comissionadas representavam para o governo. Ao mesmo tempo que oficiais viajavam visando alguma especialização no campo da ciência militar, eles garantiam também uma constante comunicação entre o Império e os países europeus, representando interesses tanto militares quanto políticos.

Já as pensões de instrução eram bem diversificadas, enquadrando vários perfis de alunos: alguns eram estudantes da Academia Militar e foram concluir os estudos na França; outros não tinham a menor instrução superior. Da relação dos pensionistas de 1825, apenas três haviam concluído o curso de engenharia na Academia Militar, e outros quatro haviam cursado Matemática e Filosofia na Universidade de Coimbra.

É digna de menção, a distinção entre os dois tipos de pensões, na medida em que as viagens de comissão parecem ganhar importância na mesma proporção em que as viagens de estudos perdem espaço. Vejamos, no ano de 1825, foram concedidas 19 pensões de estudos, e 5 viagens de comissão. No último decênio do período esta proporção se inverteria. Desta forma, nas primeiras décadas do império, entre os anos 1826 e 1827, três estudantes de medicina e dois estudantes de ensino secundário solicitaram pensões com vistas a concluir sua formação no exterior e tornaram-se

---

68 Cf: RIBEIRO, Gladys Sabina. *Os portugueses na formação da nação brasileira - o debate historiográfico desde 1836. Ler História*. n° 38, Lisboa: ISCTE, 2000.

pensionários do Estado. No entanto, estes foram casos excepcionais e ficaram restritos a este período, visto que as pensões por requerimento particular foram em breve cortadas sob o argumento de que não eram imediatamente necessárias ao império<sup>69</sup>.

Maria Alice Rezende de Carvalho<sup>70</sup> observou que o engenheiro André Rebouças teve seu pedido de pensão de estudos negado e, no entanto, a viagem de instrução foi obtida de outra maneira. Em janeiro de 1861, Rebouças foi agraciado com pensão de estudos, tendo conseguido licença para ir à Europa estudar teórica e engenharia durante dois anos. Em outra ocasião, ele deixou registrado em seu diário, “fui com meu pai à missa do conselheiro Manuel Felizardo. Devia-lhe a obrigação de ter informado muito provavelmente o requerimento em que pedíamos para ir estudar na Europa. Sua informação importou o deferimento da petição, indo eu à Europa com 76\$000 mensais”<sup>71</sup>.

Já em meados do século XIX, precisamente no ano de 1860, o regulamento da Escola Central<sup>72</sup> (anteriormente denominada Academia Militar) versava em seu artigo 112 sobre a viagem de instrução para Europa, e assinalava que quatro oficiais que tivessem o curso das armas ou corpos científicos, precedendo a concurso e prova de suficiência produzida perante o conselho de instrução das Escolas, fariam jus à viagem. Assim, a partir desse período, foram instituídos concursos para viagens de instrução. No entanto, além dos oficiais recrutados, o governo poderia escolher dois, sem dependência de concursos e provas, uma vez que tivessem os conhecimentos científicos apontados acima<sup>73</sup>. Conforme mencionado, mesmo sendo implementado concurso para viagem de instrução,

---

69 SANT'ANNA; BOSISSIO, op. cit., p. 30-31

70 CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj, 1998. Cf. também MARINHO, Pedro. *Ampliando o Estado imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista - 1874-1888*. Niterói, 2008, Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense,

71 MARINHO, op. cit., p. 104.

72 BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1860*. Tomo XXIII. PartII. Decreto nº 2.582, de 21 de abril de 1860. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860, pp. 165-182

73 MARINHO, op. cit., p. 104.

ainda permaneceu uma política de indicação, algo característico de sociedades marcadas pela tradição de favorecimento pessoal.

É importante ressaltar que as pensões de estudos oferecidas aos oficiais do exército em 1825 tinham uma intenção muito específica, principalmente se os considerarmos formados na tradição do Antigo Regime. Não há dúvida de que esses militares estavam influenciados por uma cultura política de Antigo Regime, sendo adeptos dos valores aristocráticos, e estavam na França à serviço da coroa. De fato, esses valores aristocráticos eram uma presença marcante, sobretudo, na hierarquia militar no início do XIX. Valores estes que estabeleciam distinções e hierarquias, além de uma divisão social. Numa sociedade alicerçada sobre tais valores, os oficiais militares tinham lugar cativo na composição da elite política, condição a que ascendiam menos por sua identidade militar do que por uma combinação de origem social e atuação política<sup>74</sup>. Não por acaso muitos pensionários foram recrutados nas camadas mais elevadas da elite imperial ou fariam das pensões instrumento de ascensão social pela via da carreira política.

### 1.2.2 A luz da engenharia

Dada à impossibilidade de apresentar, de uma perspectiva analítica, a cultura de pensões de estudos em todo o império, preferimos trabalhar com os pensionários do Primeiro Reinado (1822-1831) do Ministério dos Negócios da Guerra<sup>75</sup>, tentando assim detectar o que estava por trás dessa cultura de pensões. Entre os anos 1822 a 1831, localizamos 38 pensões de diferentes modalidades, a saber: medicina (7); ensino secundário (2); ciências (1); cunhagem de moedas (1); metalurgia (2); matemática (2); marinha (5) e exército (3); engenharia (10); estado-maior (6)<sup>76</sup> (Ver Quadro abaixo).

74 SOUZA, Adriana Barreto de. **A serviço de Sua Majestade**. In: CASTRO, Celso, IZECKSON, Vitor e KRAAY, Hendrick (org.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro; Ed. FGV, 2004. pp.159-179.

75 Daqui em diante MNG

76 Dados retirados da Pesquisa Inovações tecnológicas e transferência tecnocientíficas na qual trabalhei como estagiária entre os anos de 2007-2008 no Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) no Rio de Janeiro, sob orientação de Sabrina Marques Parracho Sant'Anna. Esta pesquisa deu origem ao Catálogo com o mesmo nome

É válido atentar que nas áreas ligadas com a ciência militar, (matemática, exército, engenharia, marinha, metalurgia e estado-maior) concentravam-se 73,6% das pensões. É curioso perceber a ausência de outras áreas, como belas artes, que no Segundo Reinado ganhou relevo. Observando-se o total de pensões concedidas no império, no período de 1822 a 1831, nota-se, em primeiro lugar, a intermitência das pensões concedidas. Alternam-se momentos de intenso financiamento- como nos anos de 1824, 1825, 1826 e 1827- relacionados com deliberadas políticas de fomento, e períodos de absoluta ausência de financiamento, como no pós-1828- relacionado com o desgaste da figura política do Imperador e da intensa crítica com a 2ª legislatura da Câmara dos Deputados (1830 a 1833)<sup>77</sup>. Num primeiro olhar, tudo indicou uma política internacional de instrução marcada pelas idas e vindas da maré de desejos de ministros e do imperador. Contudo, buscando estabelecer as possíveis regularidades na documentação, chamaram atenção alguns fluxos contínuos e a adequação a uma série de decisões que, ainda que nem sempre tenham sido imediatamente traduzidas em pensões de instrução ou viagens comissionadas, de fato pareceram apontar para políticas de longo prazo na construção do Estado-nação brasileiro. A questão não está relacionada apenas aos desejos políticos. É importante lembrar que a partir de 1828 a situação econômica no Império torna-se bastante desfavorável.

---

publicado pela FUNAG em 2010.

<sup>77</sup> A respeito da crise política e social do período cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira/FAPERJ, 2002. 243-358 (Cap. 3)

Quadro 1 - Pensionistas 1821-1831

Nomes	Área	Ano	Lugar	Tipo de Bolsa	Origem da Bolsa	Nomeação
José Bento Pereira da Mota	Medicina	1824	Paris	Estudo	MNI	
José Joaquim Faustino	Marinha (construção de barcos)	1824	Filadélfia	Comissão	MNM	X
José Rodrigues Bairão	Marinha (construção de barcos)	1824	Filadélfia	Comissão	MNM	X
José Vilela de Barros	Ciências	1825	Coimbra, Pisa e Paris	Estudo	MNG	X
Cândido Batista de Oliveira	Matemática	1825	Paris	Estudo	MNI	
Tomás Gomes dos Santos	Medicina	1825	Montpellier	Estudo	MNI	
Joaquim Cândido de Meireles	Medicina	1825	Europa	Estudo	MNG	X
Henrique Luís de N. Bellegarde	Engenharia	1825	Paris	aperfeiçoamento	MNG	X
João Vicente Gomes	Engenharia	1825	Paris, Dijon, Genebra e Itália	comissão	MNG	X
João Nepomuceno da Mota	Engenharia	1825	Paris	Estudo	MNG	X
Teodolino José da Silva	Engenharia (Desenho Técnico)	1825	Paris	Estudo	MNG	X
João Leocadio de Melo	Engenharia (Desenho Técnico)	1825	Paris	Estudo	MNG	X
Filadelfo de Toledo Ptolomeu	Metalurgia	1825	França	aperfeiçoamento	MNI	X
José Florindo Figueiredo da Rocha	Metalurgia	1825	Paris e Inglaterra	aperfeiçoamento	MNI	X
José Vicente de Amorim Bezerra	Estado-Maior	1825	Paris	Estudo	MNG	X
João Reinardo de Verna e Bilstein	Estado-Maior e Engenharia	1825	Paris	Estudo	MNG	X
Ernesto Augusto Cesar E. de Miranda	Estado-Maior	1825	Paris	Estudo	MNG	X
José da Silveira Sampaio	Estado-Maior	1825	Paris	Estudo	MNG	X
João Antônio Pereira da Cunha	Estado-Maior	1825	Paris	Estudo	MNG	
Paulo Barbosa da Silva	Estado-Maior	1825	Paris	Estudo	MNG	X
Joaquim Pessoa da Silva	Exército (tática, estratégia, artilharia e engenharia)	1825	Paris	Estudo	MNG	X
Galdino Justiniano Silva Pimentel	Exército (tática, estratégia, artilharia e engenharia)	1825	França	Estudo	MNG	X
Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho	Exército (tática, estratégia, artilharia e engenharia)	1825	Paris	Estudo	MNG	X
José Bonifácio Caldeira de Andrade	Exército ("instruir-se na arte da guerra")	1825	Paris	Estudo	MNG	X
Manuel Peixoto de Azevedo	Exército (engenharia)	1825	Paris	Estudo	MNG	X
José Xavier Calmon da Silva Cabral	Exército ("estudar")	1825	Paris	Estudo	MNG	X
Luís Antônio da Silva Beltrão	Marinha ("frequentar estabelecimentos navais")	1825	Inglaterra e França	Estudo	MNM	X
Frederico Carneiro de Campos	Exército	1825	Paris	Estudo	MNG	X
Albino Ribeiro da Silva	(Medicina*) Matemática, filosofia e física	1826	França (Rouen)	Estudo	MNI	-
Francisco Ribeiro da Silva	(Medicina*) Matemática, filosofia e física	1826	França (Rouen)	Estudo	MNI	-
José Martins da Cruz Jobim	Medicina	1826	Paris	Estudo	bens próprios	
Antônio José Figueiredo de Vasconcelos	Ensino secundário	1826	Nantes	Estudo	MNI	
Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto [Barão de Iguarassú]	Medicina	1827	Paris	Estudo	MNG	X
Inocência da Rocha Maciel	Marinha (estudando Arsenal de Toulon)	1827	Toulon	Estudo	MNM(?)	?
Felício Pinto Coelho de Mendonça e Castro	Marinha	1827	Paris	Estudo	MNM	X
Antônio Pio dos Santos	Ensino secundário	1827	Paris	Estudo	MNM	
Francisco Manuel Campolim	Cunhagem de moedas	1828	Europa	comissão	MNI	X
Ângelo Custódio Correia	?	1828	França	Estudo	MNI	

**Fontes:** Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) - Relatórios dos pensionários notação: 439 05 01; Arquivo Histórico do Exército (AHE) - fê de ofícios; Arquivo Nacional (AN) - Fundo/coleção: Série Guerra que abrange os anos de 1824 a 1832 Notação: IG3 04; BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional e Imprensa Nacional, 1883-1902; GUIMARÃES, Argeu. Dicionário bio-bibliográfico

Como se deixa transparecer no quadro acima, a graça da concessão de pensões obedecia à lógica da cultura de antigo regime. Isto fica evidente, se levarmos em conta que nenhuma pensão de instrução, no período compreendido entre 1821-31, foi concedida por mérito. Como chama atenção um grande fluxo de pensões na área da “ciência militar”, saltou aos olhos o envio pelo MNG de 21 oficiais militares e 2 paisanos, pelo MNG, no ano de 1825<sup>78</sup>, para as Escolas Reais de Pontes e Calçadas (*École Nationale des Ponts et Chaussés de France*) e de Estado-Maior da França, e em menores proporção para escola de Pisa, na Itália. Já matriculados e frequentando os cursos para os quais se destinavam, a maioria dos oficiais partiu para viagem de estudos na Inglaterra ou outras regiões da França.

O documento abaixo ratifica a informação acima. No decreto promulgado pelo Ministério Negócios da Guerra e assinado pelo imperador D. Pedro I em janeiro de 1825, ficou estabelecido o envio de estudantes para frequentarem escolas militares europeias com objetivo de adquirirem conhecimentos próprios de sua profissão, não se limitando aos das três armas especificamente, mas que alcançassem a combinação das mesmas, tática, estratégia e os diferentes ramos de artilharia e engenharia. A ideia era que posteriormente, quando formados, esses oficiais aplicassem seus conhecimentos em trabalhos práticos no Império, para que assim pagassem suas *dívidas* de formação profissional com o Estado.

Atendendo a não ser bastante força numérica, e disciplina ordinária para levarem os Exércitos aquele grão de perfeição a que desejo elevar o deste império, e não havendo por

---

78 Localizei ainda João Antônio Pereira da Cunha, Cândido Batista de Oliveira, José Policarpo Pessoa de Andrade e Silva, José Floriano de Figueiredo Rocha e Filadelfo de Toledo Ptolomeu cujos nomes não estão inseridos nos decretos de 29 de janeiro e 3 de agosto de 1825. O decreto de 25 de fevereiro de 1825 também nomeia Luíz Antonio da Silva Beltrão, oficial da Armada para instruir-se no que diz respeito a Marinha, navegação e comércio na França e Inglaterra. Incluindo esses oficiais temos um total de 25 pensões de estudos.



*ora nele todas as escolas, tanto teóricas, como práticas, que são necessárias para que os oficiais adquiram luzes suficientes com que um dia, levando os soldados à vitória, consigam por ele a defesa do império, e a sua própria glória: Hei por bem que os oficiais declarados na relação, que com este baixa, vão estudar nas escolas da Europa, na forma em tudo das instruções que também baixam assinadas, juntamente com a relação dos oficiais, por João Vieira de Carvalho, do meu Conselho, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra. O mesmo Ministro e Secretário do Estado o tenha assim entendido, e o faça executar<sup>79</sup>*

Embora o decreto exprima com certa clareza um dos objetivos do monarca, ou seja, devido à precária infraestrutura teórica e prática da Academia Militar, era interessante que os militares luso-brasileiros fossem se instruir em boas Academias europeias. Outro item que chama atenção se refere à segurança e defesa do império. Sem dúvida, a defesa e segurança do Império estavam em lugar de destaque. É preciso lembrar que justamente entre os anos 1825-1828 o governo imperial estava envolvido com a guerra da Cisplatina, portanto, vivia-se um momento de intensa instabilidade política. Além disso, a imagem do imperador, como já destacamos, havia se desgastado bastante com gasto de dinheiro público na guerra<sup>80</sup>, desequilibrando a economia, sem, contudo, vencê-la.<sup>81</sup> Paralelamente a isto, a guerra suscitou internamente problemas com o recrutamento da população através de métodos de força<sup>82</sup>. Decidiu-se, então, pela contratação de tropas estrangeiras para completar as fileiras do Exército, cuja maioria era composta de pessoas que nada tinham de militares profissionais, que vinham ao Brasil na perspectiva de se tornarem proprietários.

A partir do ano de 1828, os periódicos liberais e a Câmara dos Deputados discutiram detalhadamente a extensão do poder imperial, fazendo-lhe oposição. Na campanha empreendida por

---

79 BRASIL. *Coleção de Leis e Decretos de 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. p.12. Grifo meu. Cf: [http://archive.org/stream/coleodasleis75brazgoog/coleodasleis75brazgoog\\_djvu.txt](http://archive.org/stream/coleodasleis75brazgoog/coleodasleis75brazgoog_djvu.txt)

80 A Guerra da Cisplatina e o serviço da dívida externa (referente aos empréstimos de 1824 e 1825) consumiram 6,6 mil contos dos 7,2 mil contos lançados em circulação pelo banco do Brasil. NOGUEIRA, Dênio. *Raízes de uma Nação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. p. 322

81 Segundo Dênio Nogueira, “o déficit fiscal quase igualara à receita arrecadada (...) e a comissão de Finanças da Câmara dos Deputados não poupava críticas ao governo, pelo exagero dos gastos militares (...). Recusou um aumento de impostos solicitado pelo ministro da Fazenda, e iniciou uma severa revisão da proposta orçamentária”. NOGUEIRA, op. cit, p. 324.

82 IZECKSOHN, Vitor. *Recrutamento militar durante a guerra do Paraguai*. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História Militar brasileira*. RJ: FGV, 2004, p. 183

esses liberais (moderados e exaltados), seus jornais, “através da expansão do espaço público da política”, criticaram firmemente a autoridade absolutista do imperador.<sup>83</sup>

Voltemos às determinações do decreto, de fato, há algumas questões intrigantes: qual era o interesse de D. Pedro I em conceder essas pensões de estudos aos militares? Quais oficiais foram beneficiados com as pensões de instrução? Para respondermos estas questões foi necessário compreender o contexto histórico no qual as pensões foram concedidas. Primeiramente, foi importante levar em consideração os espaços de formação dos oficiais no Império.

### 1.3 Espaço de formação: Academia Militar

No início do século XIX, presencia-se uma verdadeira explosão de atividades científicas no Brasil. Isto porque a presença do príncipe regente D. João no país proporcionou ao Estado do Brasil, depois Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815), uma irrupção de atividades de cunho científico, sinônimo de progresso e desenvolvimento. Neste contexto de efervescência cultural e intelectual que foram fundadas importantes sociedades científicas<sup>84</sup>: a Imprensa Régia (1808), o Horto (1810), a Biblioteca Real (1810); as Escolas Cirúrgicas da Bahia (1808) e do Rio de Janeiro (1809), O Museu Real (1818). Além disso, a presença da corte foi determinante também para a instalação da Academia Real Militar. A instalação de uma Academia Militar na corte se inseriu, como bem observaram Celso Castro e Elaine Cristina Duarte, em dois contextos históricos: um internacional, de criação de academias militares na Europa, como se verificará mais adiante; e outro, específico, de criação de instituições de ensino superior no Império, a partir de 1808<sup>85</sup>.

Fundada em 1810, a Academia Real Militar constituiu-se na principal instituição de ensino

---

83 PANDOLFI, Fernanda Carla. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público da Política e opinião pública no final do Primeiro Reinado*. Assis, 2007. Dissertação de Mestrado (História). UNESP. p. 8. A respeito da relação Imprensa e Espaço Público cf. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

84 Cf. notas 23 e 24

85 CASTRO, Celso. *O espírito Milita: um antropólogo na caserna*. RJ: Jorge Zahar, 2004; DUARTE, op.cit. p.13

militar do império luso-brasileiro. Os cursos na Academia estendiam-se por sete anos e estavam organizados em dois segmentos: *curso matemático*, que compunha os quatro primeiros anos; e o *curso militar*, que constituía as disciplinas dos três últimos anos. Os alunos destinados à infantaria e à cavalaria estudavam somente as disciplinas do 1º ano (Matemática Elementar) e os assuntos militares do 5º ano. Apenas aos estudantes de engenharia e artilharia era exigido o curso completo (com duração de 7 anos).<sup>86</sup>

Desta maneira, fazia-se nítida distinção dos oficiais que completavam o curso: os engenheiros e artilheiros eram chamados de “científicos” e se colocavam como a elite intelectual do exército. Já os alunos que cursavam cavalaria e infantaria constituíam parte das armas técnicas<sup>87</sup>. Sobre o perfil de alunos da Academia Militar, observamos um universo bastante heterogêneo. Já nos primeiros anos da Academia, verifica-se a presença de civis (paisanos) que, em geral, seguiam o curso de engenharia, sem qualquer compromisso como a carreira militar, sendo-lhes dado após a conclusão do curso o diploma de engenheiro civil. Esse caso, pode ser bem exemplificado, pela vivência de João Leocádio de Melo e Teodolino José da Silva, ambos paisanos e “discípulos das aulas de desenho do Arsenal do exército”.

Como ressaltado anteriormente para ser admitido na Academia, era necessário ao pretendente ser maior de 15 anos de idade e saber as quatro operações. Em 1823, foi permitida a admissão de alunos civis, sem qualquer compromisso com a carreira militar. Para esses alunos paisanos, uma vez concluído o curso, era dado o diploma de engenheiro civil. O curso não era considerado indispensável para o ingresso no oficialato, assim como para o acesso na hierarquia militar. Isto se refletiu no baixo número de matrículas, e os poucos que conseguiram ingressar no primeiro ano tinham muitas dificuldades para concluir o curso, sendo insignificante o número daqueles que conseguiram completá-lo. Importante destacar que Henrique Luís de Niemeyer

---

86 MOTA, Jeová. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976. p. 23

87 Idem.

Bellegarde, João Vicente Gomes e José da Silveira Sampaio cursaram sete anos na Academia Militar. Foram os únicos pensionários que conseguiram concluir o curso, receberam então, o diploma de capitão de engenheiros. Segundo Lacombe, os outros oficiais, Bilstien e Paulo Barbosa haviam cursado cinco anos; dois dos pensionários um ano, e os demais não tinham a menor instrução superior.<sup>88</sup>

Em 1818, no início do ano letivo, a instituição de ensino forneceu detalhes sobre a vida da Academia, esses pormenores foram divulgados pelo jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*,

Desta sorte começou a referida aula o seu oitavo ano letivo, continuando a franquear a todos os portugueses, e particularmente aos militares, uma série de conhecimentos, que os habilitam a um completo desempenho de suas obrigações, e tendo a satisfação de ver empregados muito dos seus alunos não só nesta corte, e em diferentes lugares, mas até na mesma Academia, que já conta por lente dois de seus discípulos<sup>89</sup>.

No que se refere ao número de alunos em 1818, registravam-se pouquíssimos, com exceção do primeiro ano, com 23 alunos, do segundo ao sétimo ano a frequência não ultrapassava a de 8 alunos. Concordamos com José Carlos de Oliveira, ao afirmar que este problema teve relação direta com os acontecimentos ocorridos em Pernambuco, em 1817. A revolução de Pernambuco fez com que D. João VI destacasse do Rio de Janeiro para o nordeste várias unidades do exército: 1º regimento de cavalaria, o parque de artilharia, os voluntários del-rei e 4 batalhões de infantaria. Desta forma, a referida revolução tirou muitos alunos da Academia, que trancaram suas matrículas ou simplesmente abandonaram a escola, como foi o caso do oficial João Reinaldo de Verna Bilstein que será estudado mais adiante.

Em 1817, matricularam-se, no sétimo ano seis alunos, que não fizeram provas porque a revolução de Pernambuco os chamou ao serviço, assim como aos alunos dos outros anos<sup>90</sup>. Isto

---

88 LACOMBE, p.41-42 . Essa premissa não confere com os dados que coletei no Arquivo Nacional.

89 OLIVEIRA, José Carlos de. *A cultura científica e a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Revista da SBHC, Nº 7, 1997. P. 41

90 OLIVEIRA, op. cit. p. 41

demonstra o descaso ou talvez plano secundário ao qual estava sujeito o ensino, embora em muitas oportunidades o governo procurasse prestigiá-lo. Em 1818, a *Gazeta do Rio de Janeiro* divulgou informações fornecendo os nomes dos alunos que se encontravam matriculados na Academia em 1818. Aqui destacarei apenas os futuros pensionistas: 1º ano: na patente de alferes, Ernesto Frederico de Verna e Magalhães e o paisano José Policarpo de Andrade e Silva. 2º ano: os tenentes José da Silveira Sampaio, Henrique Luiz de Bellegarde e João Reinaldo Bilstein de Verna (ambos nascidos em Lisboa) e por último, João Vicente Gomes<sup>91</sup>. Destacamos, no quadro abaixo, os nomes dos pensionários que frequentaram a Academia Militar em diferentes momentos, como aluno ou/e atuando como lentes.

**Quadro 2: Alunos e Professores**

<b>Nomes</b>	<b>Alunos e professores da Academia Militar</b>	<b>Ano</b>
Cândido Batista de Oliveira	<b>Professor mecânica racional</b>	1827-1846
Manuel Peixoto de Azevedo	<b>Professor de Desenho</b>	1832-1852
Eustáquio Adolpho de Melo e Mattos	<b>Professor de Física</b>	1823-1824
José Floriano de Figueiredo Rocha	<b>Professor de Física</b>	1845
Paulo Barbosa da Silva	<b>Aluno</b>	1824 (6º ano)
Ernesto Augusto Cesar Eduardo de Miranda	<b>Aluno</b>	
Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho	<b>Aluno</b>	1824 (4º ano)
Frederico Carneiro de Campos	<b>Aluno</b>	1824 (3º ano)
João Vicente Gomes	<b>Aluno</b>	1818 (2º ano)
Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde	<b>Aluno</b>	1824 (7º ano)
João Nepomuceno da Mota	<b>Aluno</b>	1824 (3º ano)
Joaquim Cândido de Meireles	<b>Aluno</b>	
João Reinaldo de Verna e Bilstein	<b>Aluno</b>	1824 (5º ano)
Joaquim Pessoa da Silva	<b>Aluno</b>	1826 (1º ano)
José Bonifácio Caldeira de Andrade	<b>Aluno</b>	1828
José da Silveira Sampaio	<b>Aluno</b>	1818 (2º ano)
José Vicente de Amorim Bezerra	<b>Aluno</b>	
José Policarpo Pessoa de Andrade e Silva	<b>Aluno</b>	1818 (2º ano)

Fontes: Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) - Relatórios dos pensionários notação: 439 05 01; Arquivo Histórico do Exército (AHE) - fê de ofícios; Arquivo Nacional (AN) - Fundo/coleção: Série Guerra que abrange os anos de 1824 a 1832 Notação: IG3 04; BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional e Imprensa Nacional, 1883-1902; GUIMARÃES, Argeu. Dicionário bio-bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional. RJ: 1938.

91 Idem.

Um traço que chama atenção no quadro 2 e, por isso, deve ser destacado, diz respeito ao perfil heterogêneo deste grupo: havia professores e alunos da Academia Militar; oficiais já graduados e paisanos. Embora predominasse uma geração de jovens oficiais recrutados na Academia, tratava-se de uma geração que terá um papel político e ocupacional importante na Regência e no Segundo Reinado. Outra questão que salta aos olhos diz respeito ao fato de que a maioria das pensões foram concedidas aos alunos da Academia Militar e professores.

Para complementar as informações sobre a vida acadêmica dos oficiais, analisamos também a documentação existente no Arquivo Nacional, série Guerra maço Academia Militar, entre os anos 1824 a 1831. Na documentação não há nenhuma menção às pensões de estudos no estrangeiro. No entanto, em setembro de 1824, D. Pedro I solicitou à junta diretora informações sobre os alunos que frequentavam a Academia, notando os postos, corpos que pertenciam e conduta literária e civil dos alunos<sup>92</sup>. A junta diretora composta pelo marechal de campo Manoel da Costa Pinto<sup>93</sup>, pelo brigadeiro graduado Manoel Ferreira de Araújo Guimarães<sup>94</sup> e pelo graduado Joaquim Norberto Xavier de Brito<sup>95</sup> informou a relação de todos os alunos que se encontravam matriculados naquele ano, com exceção do 1º ano. Dos alunos matriculados naquele ano, 5 foram agraciados com pensões de estudos, a saber: **Frederico Carneiro de Campos**, naquele período, 2º tenente do Regimento de

---

92 Arquivo Nacional, série guerra, Notação: IG3 04

93 Natural de Portugal, o marechal de campo Manuel da Costa Pinto chegou ao posto de Ten. General (1837). Foi lente na Academia Real Militar, combateu a Revolução Pernambucana em 1817. Foi presidente da Província do Maranhão de 28/02/18228 a 14/01/1829

94 Natural da Bahia, o brigadeiro graduado Manoel Ferreira de Araújo Guimarães foi o fundador do Jornal O Patriota, já citado anteriormente, e também redator do jornal A Gazeta do Rio de Janeiro. Entre os colaboradores no Jornal O Patriota destacamos “Domingos Borges de Barros (1780-1855), barão e visconde de Pedra Branca; Francisco de Borja Garção Stockler (1759-1846), general do exército português, sócio e secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa; Mariano Pereira da Fonseca (1773-1846), Marquês de Maricá e autor das famosas “Máximas, Pensamentos e Reflexões” e José Bonifácio de Andrada e Silva (1765-1838)”.

Cf <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=828&sid=101&tpl=printerview>

95 Natural de Portugal, o graduado Joaquim Norberto Xavier de Brito chegou ao posto de marechal de campo e, ao mesmo tempo, foi comandante do Corpo de Engenheiros e da Academia Real Militar. Cf. FERREIRA, Orlando da Costa. Imagem e Letra.: introdução a bibliologia brasileira: a Imagem gravada. 2ªed. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 326 (nota 21)

artilharia da Corte. Consta no seu histórico escolar que tinha sido aprovado plenamente no 1º e 2º ano; Outro agraciado foi **João Nepomuceno da Motta**, 2º tenente da Artilharia, também aprovado plenamente no 1º e 2º anos. Em 1824, ambos cursavam 3º ano e haviam abandonado Academia. Enquanto, **Ernesto Frederico de Verna Magalhães**, capitão do 1º regimento de Cavalaria, estava no 4º nesse mesmo ano, tendo assentado praça posteriormente. Matriculou-se em 1817 e no seguinte foi aprovado plenamente; Em 1819 matriculou-se no 5º ano do qual não fez exame. Frequentou nos dois anos seguintes o 2º e o 3º e em ambos foi aprovado plenamente. Tendo frequentado ininterruptamente o 4º desde 1822.

Temos informação que **João Reinaldo de Verna Bilstein**, capitão do 3º batalhão de Caçadores da Corte, não frequentava regularmente as aulas. Daí várias reprovações no seu histórico escolar: duas vezes repetente do 1º ano. Em 1814, foi aprovado plenamente para o 5º ano. Passou ao 5º ano, no qual foi aprovado; voltou ao 1º e depois de reprovado foi aprovado, repetiu duas vezes o segundo, sendo aprovado plenamente em 1818, repetiu três vezes o 3º, e foi aprovado plenamente e até distinto com o 1º partido, conservando no 4º a mesma aprovação. As reprovações podem ser explicadas devido às faltas não justificadas, principalmente, quando o oficial estava prestando serviços à coroa.

**Paulo Barbosa da Silva**, capitão de engenheiros, estava no 6º ano, e também não frequentava regularmente as aulas na Academia. Entretanto, foi aprovado plenamente em todos os anos precedentes e nos 2º, 3º, 4º e 5º anos, e obteve o *terceiro partido*<sup>96</sup>. De acordo com o estatuto de 1810, partidos e prêmios seriam oferecidos, respectivamente, aos melhores alunos e trabalhos, a fim de incentivar o progresso das ciências matemáticas, de observação e militares, bem como promover o estudo das mesmas ciências<sup>97</sup>.

---

96 Consistia no prêmio cuja quantia de quarenta e oito mil réis eram pagos pela Tesouraria Geral das Tropas. LACOMBE, op. cit., p. 33

97 DUARTE, op. cit., p.30

Curiosamente, o capitão de engenheiros, **Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde**, aluno do 7º ano naquele momento, não foi mencionado nesta relação de discentes. Mas temos informações que ele frequentava regularmente as aulas e há, inclusive, um abaixo-assinado, o qual ele assinou, reivindicando a abertura da aula de Zoologia e Botânica que, “desde o dia 15 de março (1824), se achava encarregado ao professor de Física, Eustáquio Adholfo de Mello Mattos, o qual nem mesmo tinha comparecido para reger sua própria cadeira, nem apresentou razão alguma deste anômalo procedimento”.<sup>98</sup>

À primeira vista, a leitura do ofício sugeriu que o professor não estava cumprindo suas funções profissionais, desobedecendo ao decreto da Academia de 1810. Devido à sua ausência nas primeiras semanas de aula, a junta diretora reclamou ao ministro da Guerra, de que Eustáquio estaria fazendo pouco caso das ordens imperiais (aliás, as reclamações eram constantes nos relatórios, “o professor de física nada faz”). Entretanto, se atentarmos detidamente nas entrelinhas desta documentação verificamos que Eustáquio, não tinha condições adequadas de ministrar suas aulas, tanto de Física, como de Zoologia e Botânica, numa Academia que nem sequer possuía um laboratório e, portanto, não usufruía dos materiais indispensáveis para gestão das aulas.

Somam-se a isto, outros episódios relativos aos requerimentos feitos por Eustáquio. Esse solicitou ao Arsenal empréstimos de instrumentos necessários para suas aulas. Estes requerimentos foram simplesmente ignorados. Aliado às precárias condições de trabalho, os ordenados dos professores eram muito baixos, o que levava estes a exercer outras funções simultaneamente à carreira docente. Havia na Academia falta de gabinetes e laboratórios; os cursos oferecidos eram incompletos e não existiam muitos professores habilitados para o ensino. Em abril de 1824, a Junta

---

98 Ofício da Junta da Academia Militar, em data de 23 de março de 1824, para João Gomes da Silveira Mendonça, Ministro dos Negócios da Guerra. Informa que havendo falecido o lente de Mineralogia, e o de Zoologia e Botânica acha em comissão, avisará segundo ordena a lei da criação da Academia, os dois lentes que restam das Ciências Naturais, para que além das lições das suas faculdades respectivas, se encarregassem, o de Química, da aula de mineralogia; e o de Física, da de Zoologia e Botânica.



diretora denuncia a crise por qual atravessava a Academia: o professor do primeiro ano estava de licença em Portugal e o lente do sexto ano estava em trabalho de comissão há tempos; o do terceiro ano tinha sido despachado para o Mato Grosso; e do sétimo ano havia sido empregado no quartel general, estando assim impossibilitado de cumprir seus deveres acadêmicos. Soma-se a isto, o óbito do professor que ministrava aulas de mineralogia, Zoologia e Botânica. Na ativa, restavam apenas 6 professores, incluindo do sétimo ano e o professor de Física (Eustáquio de Mello), que segundo as Junta nada fazia, (dentre eles um substituto cujo ordenado consistia em metade do que recebiam os lentes proprietários, ou seja, de 600 mil réis).

A Academia Militar nos seus anos iniciais deparou-se constantemente com dificuldades de várias ordens, sobretudo no que se refere à carência de lentes minimamente habilitados para regerem as aulas. Esta ausência por vezes, comprometeu a abertura de algumas aulas. Deve-se atentar, como bem elucidou Elaine Cristina F. Duarte<sup>99</sup>, que de fato, a condição de lente se impôs como um dos primeiros obstáculos da Academia à reunião daqueles que se destinariam a instruir os futuros oficiais do Exército. A despeito das dificuldades para encontrar pessoas qualificadas para o exercício do magistério militar no Império, as vagas existentes eram preenchidas por civis e militares que apresentassem como característica básica uma formação adquirida na universidade de Coimbra ou na Real Academia de Marinha de Lisboa. Como se constatou a partir do Quadro 2, a partir da década de 1830, a Academia na expressão de Elaine Duarte, “começou a colher seus próprios frutos”, agregando à classe docente seus melhores alunos egressos da qualificação na França, sobretudo, Cândido Batista de Oliveira, do Imperial Corpo de Engenheiros, professor de Mecânica Racional (1827-1846), Manuel Peixoto de Azevedo, capitão graduado em outubro de 1828 e efetivo em 1842, antes aluno e depois professor de Desenho entre os anos de 1832 a 1852, e

---

99 DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. *Da Real Academia à Escola Militar: A Profissionalização das Armas e a Consolidação do Ensino Militar no Brasil, 1810-1855*. Dissertação de Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UERJ, 2004. P. 68.

o bacharel José Floriano de Figueiredo Rocha, professor de Física entre 1830 a 1845<sup>100</sup>.

De fato, o bom currículo da Academia estava longe da realidade. Existiam sérios problemas de todas as ordens. Assim, não era difícil imaginar as motivações que levaram às viagens de instrução. De fato, quando o assunto é a instrução militar, as explicações para as dificuldades encontradas ultrapassam as questões econômicas. Conforme já ressaltado em outro momento, a instrução militar não era considerada condição essencial para a oficialidade, apesar da existência de uma Real Academia Militar na Corte. Esta questão perpassava a Academia, principalmente, nos seus primeiros anos de fundação, sendo constantemente apontada pelos diretores que questionavam a visão de inutilidade da instrução superior que alguns oficiais do Exército tinham<sup>101</sup>.

Os trechos do ofício mencionado abaixo permite visualizar as dificuldades que os lentes enfrentavam diariamente na Academia e ilustra brilhantemente o ambiente no qual as pensões de instrução foram concedidas,

Não podemos, porém, dissimular o grande embaraço que se há de encontrar em encher dignamente estes lugares, atento o diminuto ordenado, que a lei lhes assinou, acomodando-se as imperiosas circunstâncias daquele momento. Como um capitão do corpo de engenheiros percebe maiores vantagens em comissão do que um lente da Academia (mesmo proprietário) e é tão fácil consegui-la fica evidente que ninguém quererá prestar-se a uma vida certamente mais laboriosa, sacrificando-se os seus interesses, e por isso, faltam candidatos, ou será necessário lançar mão dos menos hábeis. A isto se obviaria aumentando o ordenado dos lentes, *classe desgraçada*, a qual ainda não chegaram as vantagens concedidas por leis posteriores a da criação da Academia aos oficiais empregados, tornando assim cada vez *pior a sua condição*, ainda sem atender ao acréscimo de despesas pela carestia dos gêneros, excessivo preços dos livros e outros objetos, que motivaram o aumento de ordenado concedido aos professores dos estudos menores desta corte. Se nos fosse lícito, lembraríamos o ordenado de 600 mil réis aos lentes e de 300 mil réis aos substitutos, como o mais diminuto, que permitem ou circunstâncias atuais, e requer aquela dignidade que infelizmente a necessidade degrada tantas vezes.<sup>102</sup>

A leitura deste documento evidencia os diferentes problemas da Academia e as dificuldades

---

100 DUARTE, op.cit.

101 DUARTE, op. cit.; p.63.

102 AN Série Guerra IG3 04 - Ofício da Junta Diretora a João Gomes da Silveira Mendonça, em 26 de abril de 1824. Grifos meu.

que atravessava a “classe desgraçada”. Além disso, fornece informações sobre as hierarquias de ordenados entre os professores proprietário e os substitutos. Assim, os professores estavam classificados em duas categorias: os lentes proprietários e os substitutos. Na teoria, ambos deveriam receber as mesmas honras e privilégios concedidos igualmente aos lentes da Academia da Marinha e do Exército de Lisboa. Inicialmente, coube ao príncipe regente a nomeação dos professores. Posteriormente, ficou sob incumbência dos diretores propor os candidatos às vagas que fossem surgindo. Era de bom tom, admitir os candidatos que tivessem produzido memórias ou recebido prêmios<sup>103</sup>.

Diante desse quadro, podemos entender claramente o envio de um número expressivo de pensionários militares para qualificação na Europa. Justamente quando era urgente reformular as diretrizes educacionais no império. Outra questão que não pode ser esquecida é que a concessão das pensões de estudos relacionava-se diretamente com as redes de sociabilidades ou parentesco vigente na sociedade ainda regida por valores do Antigo Regime<sup>104</sup>. As redes de relações pessoais foram sempre meios efetivos de alcançar alguma mercê ou privilégio. Dessa forma, elas não foram concedidas apenas por mérito, nem como uma maneira de premiar os melhores alunos da Academia. Se fosse levado este aspecto em consideração, as boas notas, o desempenho e a frequência, Pedro de Alcântara Bellegarde, 1º tenente da Artilharia da Corte (irmão mais novo de Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde) teria sido agraciado. No ano que foram concedidas as pensões, o oficial

---

103 DUARTE, Op.cti. p. 32.

104 Segundo Michel Bertrand, o conceito de rede de sociabilidade engloba um duplo sentido, a saber: 1- “uma estrutura construída pela existência de laços ou de relações entre diversos indivíduos”, que nos leva a reflexões quanto à sua forma, limites, “articulações ocasionais em sub-redes” e à identificação de tipologias de formas de redes. Isto é, a *peçoal* – construída exclusivamente ou predominantemente a partir de um indivíduo – ou as redes de *relações fragmentadas* – estruturadas em torno de vários centros; 2- um sistema de intercâmbios no seio do qual se formam vínculos e relações que permitem a realização da circulação de bens ou de serviços – materiais e imateriais. São os intercâmbios realizados pelo grupo que caracterizam e qualificam os vínculos. Sua realização supõe que as trocas são transversais, isto é, afetam não somente as duas pessoas diretamente postas em relação no marco do intercâmbio, mas, também, repercutem nos vínculos e relações próximas aos demais atores”. BERTRAND, Michel. *De la familia a la red de sociabilidad*. In: **Revista Mexicana de Sociologia**. Num.2. vol. 61. abril-junho de 1999. In: LACERDA, antonio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armond (1751-1850)*. Niterói, 2010. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, pp. 33-34.

frequentava regulamente o 4º ano da Academia Militar, tendo sido aprovado plenamente em todos os anos, obtendo no 1º o *primeiro partido* e no 3º recebeu elogios : *no atual tem dado boa conta e tem exemplar conduta*<sup>105</sup> (grifo meu). Certamente, o principal critério para concessão de pensões de estudos, foi a boa conduta dos oficiais e suas posições político-ideológicas. Deve-se, portanto, observar que esta era a condição primeira para obtenção da viagem de instrução.

Os militares agraciados com as pensões de estudos, implicitamente firmaram um forte vínculo com a monarquia. A partir de então, tinham uma *dívida*, “para que um dia pagassem com seus conhecimentos a dívida da sua educação”<sup>106</sup> na construção do Império. Isto não significa dizer que Pedro de Alcântara Bellegarde não se enquadrasse nesse critério. Em outra ocasião, ele foi agraciado de outras maneiras. À serviço de “sua majestade”, ele prestou os mais variados serviços, em particular se destacou no campo da política, exercendo mais tarde a chefia da pasta do Ministério dos Negócios da Guerra em 1853.

Com efeito, os problemas frequentes no âmbito da instrução se apresentavam como *calcanhar de Aquiles* dos dirigentes do Império. Em 1823, nas discussões na Assembleia Constituinte, inúmeros relatos dos deputados de diferentes províncias chamavam atenção sobre a problemática da instrução pública no Brasil. Essa questão, em verdade, era um problema latente, uma vez feita a independência do Brasil fazia-se necessário derramar a instrução sob o Povo<sup>107</sup>. Neste sentido, era consenso entre os letrados que somente através da instrução (primária, principalmente) seria possível tornar o Brasil civilizado. Esse desejo de aproximar-se da Europa se fazia em duplo movimento de importar práticas e informações (manuais, estatísticas, livros) e de enviar estudantes e professores para formação/especialização no estrangeiro. Não foi por acaso que a maioria dos oficiais foi estudar engenharia e Estado-maior. No momento em que o Estado buscava lançar as bases da nação, promovendo a instrução de acordo com o modelo europeu

105 Arquivo Nacional, série guerra, Notação: IG3 04

106 BRASIL. *Coleção de Leis e Decretos de 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. p.13.

107 MATTOS, op. cit.

civilização, era também preciso que esta nação fosse regulada por instituições que garantissem a ordem e a tradição. Neste sentido, estes oficiais devem ser pensados como parte da burocracia do Estado. É verdade que o militar burocrata que se formara no Brasil, não se pode dizer que se correspondesse ao modelo de burocracia moderna definida por Weber. Também não se tratava de um estamento, mas de uma *elite política* formada a partir de um processo bastante elaborado de treinamento. O segredo da duração dessa elite estava, em parte, exatamente no fato de não ter a estrutura rígida de um estamento, de dar a ilusão de acessibilidade<sup>108</sup>.

Como bem indicado por José Murilo de Carvalho, o corpo burocrático no império dividia-se vertical e horizontalmente em vários setores, mais ou menos coesos<sup>109</sup>. Nas posições verticais estão as categorias, organizadas por funções: burocracia política, a burocracia diretorial, a burocracia auxiliar e a burocracia proletária. Aqui trabalharemos com as duas primeiras. Horizontalmente, tem-se as classificações por estratificação salarial, hierárquica e social. Assim, lançando mão da classificação elaborada por este autor, no que tange à burocracia imperial e seus diferentes setores, observamos que os militares e paisanos pensionistas oscilavam nas posições entre a burocracia diretorial e a burocracia política<sup>110</sup>. Dentro da burocracia diretorial militar encontram-se as patentes de coronel, capitão e segundos-tenentes, patentes essas que os oficiais partilhavam no momento em que foram estudar no exterior. Já a burocracia política do exército, no entendimento de José Murilo, era constituída por marechais e brigadeiros. Apenas dois pensionistas, Ernesto Augusto César Eduardo de Miranda e Paulo Barbosa da Silva alcançariam essa patente.

Segundo José Murilo, o setor militar distinguia-se por sua estruturação, coesão e pelo recrutamento e treinamento de seus membros. Essas divisões no cerne da burocracia eram importantes porque redundavam em conflitos, quase sempre com consequências políticas. Pode-se

---

108 CARVALHO, op. cit., p.148

109 Idem, p.165

110 Idem, p.147

dizer que a cada fase da política imperial correspondia, dentro da burocracia, à vitória de um setor sobre outros.

Em termos institucionais, apoiando-nos, ainda no trabalho de Carvalho, pode-se afirmar que a formação da burocracia, tanto militar como civil, foram as principais bases de estruturação e organização de poder do Estado Imperial. Este agiu, principalmente, por meio desta burocracia treinando-a para as funções administrativas e de governo. A composição social dos oficiais de 1825 era diversificada. No entanto, pela educação (frequentavam espaço educacional comum - Academia Militar e a Academia francesa), treinamento e carreira, eles desenvolveram mecanismos que os possibilitaram atuar nas diferentes tarefas do Estado.

#### **1.4 Porque a opção pelas Academias francesas?**

Sabemos que antes do século XVII, as pensões de estudos eram uma prática frequente no mundo ocidental; no entanto, no início do XIX, quando foram criadas as primeiras instituições científicas no Brasil, os intercâmbios com outras nações intensificaram-se, especialmente com a França. Apesar dos estreitos laços econômicos e políticos que a coroa portuguesa mantinha com a Inglaterra, foi com a França que os luso-brasileiros estabeleceram intensas relações culturais e científicas. Vale ressaltar que às ciências era atribuído um conhecimento tido como “verdadeiro”, pois ele estava sujeito à observação e à experimentação, sendo, portanto, “comprovado”. Essas eram as máximas do pensamento racional e pragmática deste século. Por isso, não foi coincidência que a Academia Militar e outras instituições de ensino foram buscar nos centros franceses as principais referências do seu ensino: os tratados científicos de autores franceses, na Academia, empregados no original ou traduzidos.

No início do século XVIII, quando o Estados francês e o inglês já haviam sistematizado o

ensino de oficiais em escolas especializadas<sup>111</sup>, as escolas<sup>112</sup> militares em Portugal permaneceram como instituições de Antigo Regime. No reino, eram frequentes sargentos ou, até mesmo, oficiais não serem alfabetizados e, da mesma forma, também era comum promover um soldado a capitão de infantaria, com exercício de engenheiro, apenas porque este servira em alguma obra régia.<sup>113</sup>

Jehova Mota aponta que a tradição portuguesa não deu muita atenção ao preparo de seu exército, mesmo tendo um vasto império colonial a vigiar e proteger. É válido lembrar que o exército português não constituía uma força profissional no sentido moderno do termo, mas uma força de antigo regime. O ensino nas escolas portuguesas no século XVIII estava longe de ser regular e prolongado, sendo precário e deficiente o ensino teórico das ciências militares. As escolas lusitanas formavam essencialmente oficiais aristocratas, na expressão de Huntington, “amadores” em comparação com a formação do oficialato profissional (produto genuíno do século XIX) que prezava pela especialização, responsabilidade e corporatividade<sup>114</sup>.

Na administração de Pombal, houve uma tentativa de racionalizar o exército. Este foi reorganizado, assim como suas unidades de artilharia. Publicaram-se regulamentos para a infantaria e cavalaria. Contudo, com a queda do ministro ilustrado, a situação do exército não avançou muito. Ainda assim é válido apontar que a reforma do ensino que o marquês de Pombal empreendeu em Coimbra (1772-1822), influenciou diretamente a criação da Escola Real de Fortificação, Artilharia e Desenho em Lisboa em 1790.<sup>115</sup>

De uma forma geral, cada nação deu sua contribuição peculiar ao desenvolvimento da “ciência militar”. No entanto, vai para a Prússia a distinção de ter dado origem ao oficial profissional. Como uma potência militarmente mais insegura da Europa, não constituiu surpresa que a Prússia se tornasse pioneira na criação de um corpo profissional de oficiais. Se fosse possível dar

---

111 Ver Elias, op. cit.

112 Criadas em 1701 em Lisboa e Viana, e em 1732 em Elvas e Almeida.

113 MOTA, Jeová. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

114 HUNTINGTON, op. Cit., p. 27

115 MOTTA, op. cit., p. 20

uma data precisa para o surgimento da profissão militar, Huntington dataria agosto de 1808. Período em que o governo prussiano emitiu um decreto sobre a nomeação de oficiais abolindo a distinção de classe<sup>116</sup>. Sendo a Prússia a primeira nação a profissionalizar seu corpo de oficiais, foi também a primeira a introduzir o serviço militar obrigatório. A lei de setembro de 1814 tornou obrigatória a prestação de serviço militar por cinco anos a todos os súditos prussianos<sup>117</sup>.

Na França, o profissionalismo deu seus maiores passos depois de 1815 e de 1870<sup>118</sup>. É que a Revolução já havia eliminado as limitações aristocráticas para ingresso no oficialato. A partir deste momento, nunca mais o berço voltou a ser pré-requisito formal para a carreira das armas. Havia na França três instituições de instrução profissional. A *École Polytechnique* (1794) que supria o Exército com oficiais de artilharia e engenharia, bem como a Marinha com oficiais de artilharia, arquitetura naval e outros especialistas técnicos. A França, a exemplo da Prússia, fundou uma série de escolas profissionais avançadas durante a primeira metade do século XIX. A única instituição que vagamente lembrava a Academia alemã era a Escola de Estado-Maior (*École d'Application d'Etat Major*), fundada por Saint Cyr em 1818. A admissão era limitada a um pequeno número dos melhores alunos de *Saint Cyr* e da *École Polytechnique* e após se submeterem em serviço ativo (dois anos de curso). A instrução era quase que exclusivamente científica e técnica, com apenas um curso individual sobre a arte militar e topografia. O ingresso em todas as escolas se dava por exames eliminatórios, contando, normalmente os candidatos, entre 16 e 20 anos de idade para o Instituto Politécnico e Saint Cyr entre 14 e 17 anos da Escola Naval<sup>119</sup>. Certamente, os estudantes brasileiros que ingressaram nessas escolas tiveram que fazer exames.

A opção pelas academias na França e não pelas as academias prussianas pode ser justificada pela grande influência cultural que a primeira nação exercia no Brasil, inclusive no ensino militar.

---

116 HUNTINGTON, op. Cit., p.49

117 Idem, p.56

118 Idem, p.51

119 Idem, p. 60-67



A referência cultural francesa não era privilégio do Brasil, visto que as escolas francesas, originárias de meados do século XVIII, nortearam a formação da maioria das Escolas de Engenharia também na Europa<sup>120</sup>. Entretanto, talvez seja simplista apontar apenas este fator. No mais, anos antes da concretização das pensões de estudos, houve um convite do governo francês, logo após a independência do Brasil, para que os oficiais luso-brasileiros fossem estudar nos seus estabelecimentos de ensino.<sup>121</sup>

A influência francesa se exercia fortemente no campo das ideias, filosofia e, sobretudo, no modelo ideal de Academia Militar no Império. A própria legislação da Real Academia Militar do Rio de Janeiro de 1839 tinha como inspiração os regulamentos em vigor na Escola Politécnica<sup>122</sup> em Paris e na Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia em Mertz<sup>123</sup>. Enquanto o estudo na primeira escola era centrado em conhecimentos científicos, na Escola de Aplicação, o ensino era voltado principalmente para o conhecimento profissional.<sup>124</sup>

Voltemos agora para o Império, em particular para a Imperial Academia Militar do Rio de Janeiro. Conforme já destacado, os cursos nesta instituição, sobretudo de matemática, de engenharia e de técnica militar, buscavam-se assentar sobre o pensamento e didatismo francês. Grande parte dos livros utilizados pelos alunos eram de origem francesa. Jehova Mota lista os principais autores: Lacroix, Álgebra e Aritmética; Legendre, Geometria e Trigonometria; Lacroix, Cálculo diferencial e Integral; Monge, Geometria descritiva; Francoeur, Prony, Abade, Fabre e Gregory, Mecânica e Hidromecânica; Lacaille e Laplace, Astronomia; Leroy e Delambre, Geodésia; Abade, Hauy e Brisson, Física; Lavoisier, Vanquelin, Foureroi, Lagrange e Chaptal, Química; Abade Bossuet,

---

120 MARINHO, op. cit.

121 LACOMBE, op. cit., p. 41.

122 Criada em 1794, inicialmente recebeu o nome de Escola Central dos Trabalhos Públicos. Era incumbida de recrutar para o serviço do Estado civis ou militares. Somente em 1804 estabeleceu-se como uma instituição militar. Admitia alunos entre 16 a 21 anos para as seguintes especialidades: artilharia, engenharia militar, marinha, engenheiros hidrógrafos, de pontes, calçadas e minas, linhas telegráficas e administração dos tabacos. O curso na Escola durava anos, nos quais eram ministradas aulas de Matemática e Ciências.

123 MOTTA, op. cit., p.64.

124 Idem.

arquitetura, estradas, portos e canais; Napion, Hauy e Brochant, mineralogia; Pinkeston, Geografia; Rosas, minas; Guy de Vernon, Cessac, Muller, assuntos militares e o manual topográfico do Exército francês.<sup>125</sup> Alguns desses livros eram traduzidos pelos professores<sup>126</sup> da Academia<sup>127</sup>. Aliás, esta tarefa estava dentro do universo das obrigações dos lentes, que não se limitava apenas a tradução das obras indispensáveis ao curso, mas também na possível elaboração de compêndios e a atualização permanente na sua área de especialidade<sup>128</sup>.

Como vimos, o ensino na Academia caracterizou-se por ser essencialmente teórico, e os aparentes exercícios práticos não eram frequentes. Limitando-se à teoria, o seu ensino reduzia-se à transmissão de conhecimento<sup>129</sup>. Entretanto, vale confrontar esta premissa com a de Elaine Cristina Duarte, que ao se debruçar sobre a Academia Militar, chama atenção para “ao contrário do que se costuma achar, o ensino nessa instituição, neste período, não era fundamentalmente livresco e teológico, isto é, desligado da realidade que pertencia, ele estava adquirindo um sentido mais pragmático e utilitarista, característico do período das luzes<sup>130</sup>. Sem dúvida, a Academia Militar tinha a pretensão de ser um estabelecimento de ensino científico, entretanto, ao analisar os relatórios dos alunos e o próprio decreto de 1825 que concedeu as pensões de estudos, constatamos e concordamos com a primeira premissa.

O curso na Academia Militar era considerado dispensável para o ingresso no oficialato e para o acesso na hierarquia e, por isso, se verificou o recuo do número de matriculados nesse curso.

---

125 Idem, p. 31; 41

126 O professor de astronomia e geodésia, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, traduziu geometria de Legendre; Francisco da Silva Torres e Alvim traduziu a aritmética, a álgebra e o cálculo diferencial e integral de Lacroix; José Sartunino da Costa Perreia traduziu a mecânica de Francoer; José Vitotino dos Santos e Souza traduziu geometria descritiva de Monge e aplicação da álgebra à geometria de Lacroix. E por último, a tradução do tratado elementar de arte militar e de fortificação de Guy de Vernon, feito pelo professor de tática e estratégia João de Souza Pacheco Leitão. Estes professores não eram meramente tradutores. Eles adaptavam as obras às necessidades do momento, realizando cortes e modificações. Assim a elaboração dos compêndios era um passo em direção à constituição de uma comunidade de “homens de ciência”. In: OLIVEIRA, José Carlos de. *A cultura científica e a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Revista da SBHC, Nº 7, 1997. P. 37

127 MOTTA, op. cit., 40.

128 DUARTE, op.cit. p.35.

129 MOTTA, op. cit.

130 DUARTE, op.cit. p.21.

Alguns consideravam-no disfuncional e até inútil. Principalmente, porque o seu currículo não alcançava os anseios práticos.

### 1.5 Os pensionários

No quadro 3 encontra-se uma breve amostragem dos estudantes que foram nomeados com pensões de estudos para frequentar as academias europeias em janeiro de 1825. Nele estão indicadas as patentes dos estudantes no momento da viagem de instrução e a Academias ou universidades que frequentaram. As patentes militares estão de acordo com a documentação, ou seja, a patente que o militar tinha na época da nomeação da pensão de estudos.

Os estudos na Escola Real de Estado-Maior de Paris priorizavam aulas de logística, táticas de guerras e administração militar. Os oficiais que estudaram na Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris se formavam em engenharia. O curso de Desenho também era voltado para engenharia, também ministrado na Escola Real de Pontes e Calçadas em Paris.

**Quadro 3: os pensionista e as universidades europeias**

Pensionista	Prov	Nasc	Patente	Universidade
José da Silveira Sampaio	POR	–	Major do Estado Maior do Exército	Escola Real de Estado-Maior de Paris
João Vicente Gomes	BA	–	Major de Artilharia da Praça de Santos	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
Eustáquio adolpho de Mello e Mattos	BA	–	Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros	Diplomacia
Paulo Barbosa da Silva	MG	1790-1868	Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris e estador-Maior de Mertz
Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde	POR	1802-1839	Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho	POR	–	Capitão do 1º Regimento de Cavalaria de 1ª linha do Exército	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
João Reinaldo de Verna Bilstein	POR	–	Capitão do 3º Batalhão de Caçadores da Corte	Estado-Maior e Engenharia Paris
Frederico Carneiro Campos	BA	1810-1867	Tenente do Regimento de Artilharia	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
João Nepomuceno da Motta	SP	–	Tenente do Regimento de Artilharia	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
Manuel Peixoto de Azevedo	MT	1794-1858	Tenente do Batalhão de Artilharia de Posição	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
José Xavier Calmon da Silva Cabral	BA	–	Alferes do 1º Regimento de Cavalaria de 1ª linha do Exército	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
Ernesto Augusto Cezar E. de Miranda	POR	1802-1867	Alferes do Regimento de Cavalaria de Minas	Escola Real de Estado-Maior de Paris
José Vilela de Barros	RJ	–	cadete do regimento de artilharia da corte	Universidade de Pisa (Ciência)*
João Leocádio de Melo	–	–	Paisano	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
Teodolino José da Silva	–	–	Paisano	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
João Antônio Pereira da Cunha	POR	–	Tenente-coronel de Estado Maior	Escola Real de Estado-Maior de Paris
Joaquim Cândido de Meireles	MG	1797- 1868	cirurgião-mor e cirurgião-ajudante de um corpo de caçadores	Faculdade de Medicina de Paris
Eustáquio Adolpho de Melo e Mattos	BA	-	Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros	Diplomacia
João Antônio Pereira da Cunha	POR	–	Tenente-coronel de Estado Maior	Escola Real de Estado-Maior de Paris

Fonte: Idem ao Quadro I. Prov - província; Nasc - o nascimento e falecimento do pensionista.

\* Università di Pisa Imperiale e Reale.

Pensionista	Prov	Nasc	Patente	Universidade
José Bonifácio Caldeiras de Andrade	MG	? - 1870	Alferes do Batalhão de caçadores	Universidade de Pisa/Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
Galdino Justiniano da Silva Pimentel	BA	1803-1878	2º tenente	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
José Vicente de Amorim Bezerra	_	1799-1865	2º tenente	Escola Real de Estado-Maior de Paris
Joaquim Pessoa da Silva	BA	1807	cadete do Corpo de Artilharia de Posição	Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris
José Policarpo Pessoa de Andrade e Silva	POR	1799	cadete	

O Estado-Maior militar era essencialmente uma instituição profissional, que recolhia conhecimentos técnicos e os aplicava à administração da violência. Segundo Samuel Huntington<sup>131</sup>, no século XVIII, a França já possuía o sistema de Estado-Maior mais desenvolvido. Uma instituição assim “científica” constituía exceção e achava-se deslocada no Exército francês aristocraticamente conduzido. De um oficial francês, desse período, esperava-se que mantivesse, tanto no campo de guerra, como na corte, um comportamento condizente com seu *status social*. Desta forma, as influências palacianas faziam com que os oficiais abandonassem suas atividades militares, quando fosse conveniente, mesmo nos exércitos em processo profissional, a força da tradição exercia muita influência.

Esclarecido isto, retomemos as pensões. Em 27 de fevereiro de 1825, foram agraciados com as pensões de estudos dois alunos do Arsenal da Guerra, os paisanos, Teodolino José da Silva e João Leocádio de Melo, e o cadete do regimento de artilharia da corte, José Vilela de Barros<sup>132</sup>. Ainda no mesmo ano, o tenente coronel, João Antônio Pereira da Cunha, comandante do 1º batalhão de Caçadores da corte, solicitou a pensão de estudos ao MNG. Seu pedido foi deferido, assim o coronel partiu em viagem de estudos para estudar Estado-Maior na França, exercendo simultaneamente funções diplomáticas<sup>133</sup>.

Em agosto do mesmo ano, outra remessa de oficiais ao estrangeiro foi efetuada, desta vez, a maioria dos agraciados pertenciam à guarnição da Bahia<sup>134</sup> \_ quadro 4.

131 HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. RJ: Biblioteca do Exército, 1996.

132 SANT' ANNA, Sabrina Marques Parracho; BOSSIPIO, Rafael de Almeida Daltro. *Inovações tecnológicas e transferências tecnocientíficas: a experiência do império brasileiro*. RJ: CHDD; FUNAG, 2010. p. 139

133 Idem.

134 BRASIL. *Coleção de Leis e Decretos de 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. p.27

Contemplados com pensões de estudos para Europa à custa do Estado imperial, esses oficiais deviam gozar das mesmas vantagens oferecidas aos primeiros pensionistas do governo. Desembarcaram no porto de Nantes, para em seguida se dirigirem às devidas academias,

Chegados ontem da Bahia [06.09.1825] a esta cidade [Nantes] com 77 dias de viagem julgamos ser um dos nossos primeiros deveres fazermos disso ciente a V. Ex<sup>a</sup>. em quando não podemos pessoalmente apresentarmo-nos; o que provavelmente terá lugar de 17 a 20 do corrente, pois que a demora aqui de 8 a 10 dias se nos torna misteriosa para nossos arranjos de passaportes<sup>135</sup>.

Infelizmente, não foi possível o preenchimento de todos os dados relativos às províncias de origem, nem informações sobre a data de nascimento de todos os pensionários. No entanto, a análise dos dados indicou um grupo heterogêneo, recrutados nas principais províncias do império.

Importante destacar dois nomes do quadro 4 acima: o Alferes José Bonifácio Caldeira de Andrade e o 2º tenente Galdino Justiniano da Silva Pimentel. O primeiro era descendente de importante família das Minas Gerais. Era filho de José Bonifácio de Oliveira Fontoura e Andrada e de Jacintha Narciza Caldeira Brant, neta do contratador dos diamantes Felisberto Caldeira Brat, que denunciado por extravio no período pombalino, morreu em Portugal. Enviado para Santa Catarina, chegou ao posto de Coronel, combateu os farrapos na mesma província e, no segundo reinado, foi deputado em várias legislaturas da Assembleia Provincial Legislativa de Santa Catarina. Foi também comendador da Imperial Ordem de Cristo e da Rosa.<sup>136</sup> Já o segundo, quando capitão de engenheiros em 1836, foi o encarregado pelo presidente da província do Rio de Janeiro, Paulino Soares de Souza (futuro Visconde do Uruguai e membro da trindade Saquarema do partido Conservador) a efetuar “a realização dos estudos necessários à racionalização do transporte fluvial em Itaguaí”.<sup>137</sup>

---

135 Relatório do Pensionários, AHI 439 05 01. Correspondência de Frederico Carneiro de Campos em 07.09.1825 para Pedra Branca.

136 <http://www.fidelis-soares.com/getperson.php?personID=I020541&tree=LITNSC>

137 O Canal de Itaguaí era uma importante ligação do porto de Itaguaí com a região do Vale do Paraíba fluminense. Cf. MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. Um atalho entre a Corte e a província do Rio de Janeiro: o canal de Itaguaí. <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Gustavo%20Alves%20Cardoso%20Moreira.pdf>, p. 2

O decreto de 29 de janeiro 1825 foi acompanhado de instruções<sup>138</sup> que buscavam orientar os planos de estudos, relatórios semestrais e diários de viagem dos estudantes. Era muito recomendado aos estudantes que remetessem juntamente com diários de viagem e memórias, alguns planos e cortes de terrenos, edifícios ou praças, assim como ideias gerais sobre os pontos de estatística dos países para onde viajaram<sup>139</sup>.

Uma carta enviada por Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde ao ministro barão de Lages, em 1826, exemplifica com precisão a importância dessa remessa para melhoramento urbano do império. Esta carta informava o envio de uma dissertação sobre “pontes suspensas”, objeto da primeira memória do capitão de engenheiros, “não só por ser aquela construção a única aplicável em muitas das circunstâncias que apresenta repetidamente o solo brasileiro, mas pela economia pecuniária com que ela se executa”. Conforme aponta o documento, Bellegarde estava participando de exercícios geográficos e topográficos em Paris, juntamente com os alunos da *l' Ecole d'Application du corps Royal des Ingenieurs geographis*, sob a coordenação do coronel e chefe da escola dos engenheiros geógrafos Mr de Puissant, o qual segundo relatou Bellegarde, “tem procurado por todos os meios aumentar minha pequena instrução nos trabalhos gráficos de geodésia e de astronomia, em que me ocupo, sob as suas ordens, há mais de três meses<sup>140</sup>. Em linhas gerais, essa carta demonstrava, que o estudo do oficial apresentava um fim muito prático, buscava preocupar-se com os problemas do Brasil, trazendo melhorias. Certamente, esta era a lógica das pensões de estudos. No próximo capítulo veremos melhor este item.

Sobre o envio de memórias à corte, Frederico Carneiro de Campos, em 1826, justificou o seguinte,

Excelentíssimo senhor, não ter eu até o presente enviado para o Rio de Janeiro memórias, não é falta minha, porque desde que aqui cheguei, tendo sempre estudado, pagando a minha custa mestres particulares para me pôr em estado de cumprir com o meu dever<sup>141</sup>.

---

138 Idibem. p.41.

139 Decreto de 29 de janeiro de 1825 p. 14

140 DUARTE, op.cit. p.121.

141 AHI, 439 05 01, pasta nº 13, correspondência de Frederico Carneiro de Campos em 18 de outubro de 1826.

Podemos vislumbrar a partir deste relatório, que apesar de ser obrigatória a remessa de memórias ou diários, poucos estudantes o fizeram.

A viagem até Paris era custeada pelo Ministério dos Negócios da Guerra. Nesta cidade, os oficiais deveriam apresentar-se ao Encarregado de Negócios do Brasil, Domingos Borges de Barros<sup>142</sup>, visconde da Pedra Branca, que estava incumbido de regularizar a admissão dos oficiais junto às instituições francesas e de regularizar as viagens de estudos, normalmente para observação de arsenal e de armamentos. Competia a Borges de Barros o auxílio em conferências para discussão de planos, ajudar no acesso a bibliotecas, arsenais, praças e mais estabelecimentos onde os estudantes pudessem “beber doutrinas e fixar ideias”.

Também cabia ao cônsul em Paris, além da fiscalização dos estudos, a vigilância da conduta de cada oficial, Borges de Barros, verificava as frequências nas aulas, observando os exercícios práticos realizados pelos pensionários. Assim, a atenção que os chefes das legações imperiais deveriam dispensar aos pensionários ou comissionados, tinha por finalidade evitar o surgimento de problemas diplomáticos e auxiliar financeiramente no que fosse necessário. Entretanto, o que está escrito no papel, na prática era outra coisa, vemos na maioria dos relatórios dos oficiais denúncias sobre o “descaso” com os vencimentos deles. Por isso, muitos se endividavam e faziam constantes empréstimos junto à legação em Paris. Apesar do decreto de 1825, ter estabelecido que o valor das pensões no exterior seriam equivalentes ao vencimento que esses oficiais recebiam no Brasil. De fato, houve várias reclamações para que de fato isso se concretizasse.

---

142 Natural da Bahia, fez parte da geração de 1790. Formado pela Universidade de Coimbra em 1804, Domingos Borges de Barros foi um letrado muito influenciado pela ilustração portuguesa. Representou a Bahia nas Cortes de Lisboa, seguindo depois para França, onde proclamada a independência, foi nomeado plenipotenciário brasileiro, com tarefa de conseguir reconhecimento para o novo país. Foi feito visconde de Pedra Branca e senador vitalício em 1826. Colaborador do Jornal *O Patriota*: Jornal literário, político e mercantil, no qual se encontram vários escritos seus sobre a questão da agricultura – “Memórias sobre a plantação e fabrico do açúcar ou memória sobre os meios de desaguar ou esgotar as terras inundadas ou encharcadas por método fácil e pouco dispendioso”. Também foi professor de agricultura e diretor do jardim Botânico da Bahia. Ver DIAS, op. cit., p. 46-47; CARVALHO, op. cit., 2007; NEVES, op. cit., p.60-67; BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional e Imprensa Nacional, 1883-1902. p. 196-197.

Oficialmente, o decreto de 1825 estabeleceu ainda uma pensão de 50 mil réis mensais para cada oficial cujo vencimento fosse inferior a esta quantia no Brasil. Aos outros oficiais, que usufruíam de um vencimento superior a esta pensão, foi garantida a manutenção deste vencimento na Europa. Os gastos com a aquisição de livros, instrumentos de pesquisa e outros materiais necessários para boa formação dos pensionários eram examinados com cuidado por Domingos Borges de Barros, como demonstra o relatório abaixo,

Tendo entrado para a Escola Real de Aplicação de Estado-Maior, precisamos, em virtude das instruções que nela recebemos, o seguinte para cada um: manual geral do serviço de estado-maior; regulamentos de infantaria; regulamentos sobre o serviço e as manobras de infantaria e cavalaria, e introdução à geografia física de Lacroix; geometria descritiva de Mongue; ordenação de 13 de maio de 1818 sobre o serviço de infantaria e cavalaria; tabelas de logaritmo; pequenas instruções sobre a figura do terreno, sobre o relógio do sol, sobre acampamento, sobre desfile militar, sobre inspeções, sobre balística e sobre manobras de infantaria; lápis de cores e instrumentos para desenho e operações.<sup>143</sup>

As despesas com as viagens de estudos e gastos com livros e instrumentos de pesquisas se enquadravam na categoria “ajuda de custo”. Analisemos alguns desses materiais. Apesar de este artigo assegurar o valor de 50 mil réis mensais a cada pensionário, os estudantes paisanos não recebiam este mesmo valor. João Leocádio de Melo, por exemplo, em requerimento de 1825, reclamava junto à Pedra Branca para que o valor de sua pensão de 30 réis fosse equivalente a dos outros oficiais, pois, apesar de paisano, também “era pensionário do Ministério dos Negócios da Guerra”. Atendendo ao seu pedido, foi concedido um aumento de apenas 5 mil réis em sua pensão.<sup>144</sup>

Conforme apontado anteriormente, havia inúmeras reclamações no que diz respeito a este item, inclusive dos oficiais que recebiam vencimentos superiores a 50 mil réis anuais. Vejamos a de João Reinaldo Bilstein. Por considerá-la muito rica em detalhes, preferi citar em sua totalidade,

---

143 Relatórios dos pensionários 439 05 01 – correspondência de João Reinaldo de Verna Bilstien e Ernesto Frederico de Verna Magalhães para Domingos de Barros, em 31.20.1825.

144 BRASIL. Aviso de 27/02/1825, do ministro dos Negócios Estrangeiros ao ministro dos Negócios da Guerra. AHI 299/02/01; \_\_\_\_\_. Requerimento de João Leocádio de Melo. AHEX, Maço n. 20/Pasta 683.



Tendo sido nomeado para seguir os meus estudos em França, na ocasião em que me achava em Pernambuco, aonde o meu batalhão, fazendo parte da 3ª brigada da corte, tinha ido docegar [pacificar] aquela província; vendo em o artigo 2º das instruções que acompanham os pensionistas da Nação; que aqueles cujos vencimentos fossem superior a 50#000 réis por mês, receberiam igualmente em França. E vendo que dois capitães do Imperial Corpo de Engenheiros, os quais se achavam em comissão na ocasião que foram nomeados, continuarão e continuam a receber os seus vencimentos, como se nele permanecessem. Vou desta maneira à presença de V. Exª expor-lhe que sendo aqui serviço que faço, idêntico ao daqueles capitães, não há, segundo eu creio, razão alguma para a diferença dos pagamentos, e por essa razão, inclusive remeto a V. Exª a cópia do decreto que nos regulava os vencimentos assim como a da Nação que lha receba. A minha brigada, acha-se novamente com os mesmos vencimentos, na província de Montevidéu: eu acho-me ainda pertencendo a ela e dela destacado. Ora tudo isso me parece bastante forte para receber o que nela receberia, pois que a não quererem considerar em serviço igual aos pensionistas, nesse caso preferirei pedir a V. M. O haja de me mandar unir-me ao meu batalhão e seguir a sorte da guerra, a qual me dediquei.

Os vencimentos que lá recebia, consentiam em soldo e meio, 10#000 réis de gratificação; [ilegível] possa caso ou um boleto e a ração em gênero pela qual me pagava o comissário 8#000 réis por mês, cujo total me for 69#000 réis.

Rogo a V. Exª que ponderando as minhas razões e vendo que o dedico a minha mocidade à utilidade da minha pátria, não mereço um castigo, tal como perder 19#000 réis, principalmente em um país estrangeiro, haja de me mandar indenizar do que tenho perdido a continua-me a pagar os vencimentos que acima apresento.

Deus guarde a V. Exª por muitos anos. Paris, 22 de fevereiro de 1826.

Ex.mº Sr barão da Pedra Branca<sup>145</sup>.

Em outro momento, Paulo Barbosa da Silva reclamava a Pedra Branca que,

Devendo eu receber de V. Exª tanto quanto recebia no Rio de Janeiro, como consta de minhas instruções, e sendo que eu ganhava duas etapas [d'etape] pela repartição do comissariado como faço ver a V. Exª se digne mandar aumentar ao que ganho por mês.

Não foram poucas as cartas recebidas pela legação imperial em Paris, que reclamavam por equiparação financeira ou requerendo algum adiantamento. Não é exagero afirmar, que todos pensionários durante sua estadia na França solicitaram em algum momento empréstimos ou adiantamentos de seus vencimentos. Visto que as viagens a estabelecimentos militares, fora de Paris, não era um empreendimento barato. Sem contar com os custos com os instrumentos de pesquisa, que na realidade deveriam ser custeados pela legação. Houve casos em que os estudantes tiveram que custear do próprio “bolso” aulas particulares de francês, para conseguir acompanhar as aulas na Escola Politécnica. Assim, o que fica em evidência, é que a estadia na Europa também foi caracterizada por dificuldades financeiras. É bom lembrar que justamente entre 1825-1828, o Brasil

estava envolvido na Guerra da Cisplatina. E uma guerra sempre custa caro aos cofres públicos e deixa outros setores da sociedade deficientes.

Como já ressaltado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros exerceu, neste contexto, a função de administrar os estudos dos estudantes luso-brasileiros. A ele competia transmitir as instruções do MNG e repassar os subsídios, bem como informar à Secretaria da Guerra o andamento dos estudos dos oficiais. Essa dinâmica administrativa tinha no representante brasileiro em Paris seu ponto de referência. Domingos Barros, como já destacamos, pertenceu à geração de ilustrados luso-brasileiros da década de 1790. Formou-se em Direito pela Universidade Coimbra e, desde estudante, privilegiou a filosofia e a agricultura. Em suas memórias e trabalhos de cunho prático, escritos para *O Patriota*<sup>146</sup>, não perdia oportunidade de reafirmar para a posterioridade a importância de estudos práticos e úteis para o desenvolvimento do Brasil.

Sem dúvida, Borges Barros, com sua formação fortemente influenciada na ilustração, era a figura mais indicada para exercer a função de agente de Negócios do Brasil na França em 1825, cargo este que, entre outras competências, contemplava a tarefa de regularizar a admissão dos oficiais nas Academias europeias, bem como fiscalizar suas condutas. Como vimos, o destino da maioria dos oficiais foram as academias francesas, mas a passagem por este país envolvia uma preocupação a mais, relacionada com o receio de que estes estabelecessem contato com os ideais revolucionários. A correspondência trocada entre o Ministério dos Negócios da Guerra e Estrangeiros com a Legação Imperial na França permite acompanhar as tramas e impasses no que tange à conduta dos oficiais licenciados.

Vale lembrar que o 5º artigo da instrução que acompanhava o decreto (janeiro de 1825) que concedeu as pensões, versava sobre a regularidade dos trabalhos dos pensionistas, sua aplicação e *conduta* “serão o título da recomendação para os oficiais; por eles será medido o tempo para sua volta (à custa do governo); os seus direitos para acessos lhe será guardado e mantido, e os prêmios

---

146 Cf nota 41

ou os castigos coroarão suas fadigas ou castigaram seus desleixos<sup>147</sup>.

O trabalho de Elaine Cristina permitiu completar algumas lacunas sobre essa questão. Segundo a autora, em 1826, uma carta enviada pelo chefe da legação imperial em Paris, barão da Pedra Branca, deu provas dessa preocupação ao transmitir informações sobre a conduta dos pensionários do Estado naquele país, como havia solicitado o imperador em carta confidencial<sup>148</sup>. Em resposta, Borges Barros escreveu o seguinte relatório,

Todos os pensionários se têm conduzido com louvor e é falsa e caluniosa a notícia de haverem entrado em clubes revolucionários, ou mesmo de se misturarem com gente de tal jaez (...) A polícia continua nas suas pesquisas e espero até que me dê um relatório minucioso<sup>149</sup>.

A passagem acima não deixa dúvida o quanto era importante aos oficiais uma boa conduta no exterior, não apenas no que se refere à política, mas na realização de trabalhos, vida social e pessoal, garantindo assim a manutenção de uma boa imagem do Império e do próprio intercâmbio. O exemplo de José Florindo ajuda-nos a compreender melhor,

O bom agasalho [boa recepção] que me tem sido feitos pelos proprietários e diretores das oficinas que tenho visitado, tem-me surpreendido e faz-me pensar que a condição de pensionário brasileiro é de algum peso na província. Tendo feito da minha parte todo o possível para não dar lugar a minorarem a vantajosa ideia que fazem do meu governo e da sua escolha<sup>150</sup>.

Implicitamente o que estava em questão na carta de José Florindo, consiste exatamente na imagem que o Brasil recém-independente tentava construir no estrangeiro. Caso esse comportamento fosse inadequado, isto poderia prejudicar a imagem de um império civilizado que o governo desejava construir na Europa, tendo seus concidadãos totalmente de acordo com opção pela monarquia constitucional que teve lugar em 1822, ao invés de um regime republicano adotado em

---

147 Idem

148 DUARTE, opt.cit. p.120

149 Idem, p.120-121.

150 Relatórios dos pensionários 439 05 01 – Correspondência de José Florindo em 26-05-182 ? Alemanha.

toda América espanhola.

Concentremos agora, nossa atenção na carta confidencial de D. Pedro I em 1826. Como veremos mais adiante, de fato houve uma séria denúncia acusando os pensionários de associação com um clube revolucionário em Paris. Estas acusações vieram a público nas páginas do periódico *O Padre Amaro*, em julho de 1827. Como podemos observar, o imperador já havia se adiantado às investigações antes que elas viessem a se tornar públicas. Isto explica um relatório encontrado sobre a conduta do capitão de engenheiros, Paulo Barbosa da Silva, em 7 de abril de 1826. Elaborado pela polícia secreta francesa, o relatório elucidado por Pedra Branca anteriormente, informava atentamente a conduta deste oficial e transmitia a Legação Imperial em Paris informações minuciosas e curiosas a seu respeito<sup>151</sup>, a saber:

Mora na *Rue des Fossés Saint Jacques*, nº6 em companhia de João Vicente Gomes e Joaquim Cândido Soares de Meireles [ambos pensionários da Nação]. Leva o título de capitão de engenheiros, este estrangeiro parece ter forte influência sobre as mentes de seus compatriotas que estão em Paris, mas a fiscalização a que está rodeado não dá nenhuma razão para acreditar que se ocupe de intrigas políticas<sup>152</sup>.

O documento acima deixa claro que a polícia secreta francesa acompanhava atentamente os passos dos estudantes luso-brasileiros, em particular dos oficiais militares sob suspeita de colaborações com clubes republicanos. E conseqüentemente fornecia as informações coletadas para ao governo brasileiro para devidas providências.

### **1.6 Club em Paris: a pena de aluguel de Joaquim Ferreira Freitas**

Por muito tempo temos ouvido falar da existência de um *club* brasileiro em Paris. Dos muitos boatos que se espalhou sem nenhum fundamento na verdade, demos pouco crédito, e menos importância (...) por que, sendo a maior parte dos brasileiros residentes em Paris, pensionados do Governo Imperial com o fim de se instruírem nas artes e ciências acomodadas aos empregos, aos quais o mesmo Governo os destina, não era possível julgá-los tão ingratos e imprudentes, que se conspirassem, com bastante prejuízo seu, contra um Soberano que os protege e favorece (...) Hoje porém que ninguém duvida da existência

---

151 LACOMBE, op. cit., p. 41-42

152 Idem.

desse *club* e que estamos bem inteirados das suas manobras e perversos intentos<sup>153</sup>.

*O Padre Amaro ou Sovela Política, Histórica e Literária* foi o último jornal em língua portuguesa fundado em Londres, antes da Revolução Liberal, e circulou entre 1820 a 1829<sup>154</sup>. Era um jornal que se apoiava na perspectiva polêmica, sob a forma de comentários de acontecimentos recentes<sup>155</sup>. No apêndice de 1827, o padre Joaquim Ferreira Freitas, redator do jornal, destacou vigorosamente a existência de um clube constituído pelos “pensionados do governo” residentes em Paris. Segundo ele, este clube conspirava o desmoronamento das instituições imperiais no Brasil, e buscava instalar em seu lugar um governo republicano. No entender do redator, mostrando “fidelidade” ao soberano, julgou ser seu dever informar a tal conspiração ao monarca para que este tomasse medidas que julgasse convenientes. Ao mesmo tempo, advertia os membros do “clubinho” para que eles se abstivessem de criminosas “práticas”. A maliciosa pena de Joaquim Freitas acusou ainda, os “indignos” brasileiros de se associarem com o “partido apostólico” (republicano) e servirem-se deste para fomentar desordens no Brasil, e disseminar falsos boatos na Europa contra o governo Imperial. Segundo o *Padre Amaro*, o clube parisiense teria ramificações em outros lugares na Europa, bem como parceria com os clubes republicanos no império e em Buenos Aires. Ainda de acordo com as acusações do *Padre Amaro*, a insurreição da Banda Oriental fora um projeto planejado entre estes clubes.

Entretanto, é necessário esclarecer que o redator entendeu por clube uma associação numérica de indivíduos, ligados pelos mesmos sentimentos, pelas mesmas paixões e que se comunicavam frequentemente num determinado lugar para suas sessões. Assim, no pensamento social desse período a palavra *clube* estava diretamente associada a organizações de natureza

153 APPENDICE ao Padre Amaro, Jornal Politico, Historico e Litterario. Tomo II. London: Impresso por R. Greenlaw, 1827. p. 150

154 *O Padre Amaro ou Sovéla Política Historica e Literaria* foi um periódico publicado em Londres, na Inglaterra, integrante da corrente jornalística conhecida como os jornais de Londres. Redigido pelo padre **Joaquim Ferreira de Freitas** (natural de Portugal), circulou mensalmente de janeiro de 1820 a agosto de 1829, com apêndices até 1830.

155 TENGARRINHA, José. *Os Comerciantes e a Imprensa portuguesa da primeira emigração*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

política, onde os cidadãos se reuniam para discutir questões deste tipo. Especialmente, na França, os clubes tiveram um caráter predominantemente político.

Além disto, é importante ressaltar que a fama do redator do *Padre Amaro* não era das melhores. Joaquim Ferreira de Freitas tinha “um mau estilo e a pior moral”, como se dizia na época, pondo a sua pena a leilão a quem lhe desse mais. Serviu, assim, vários anos com a mesma aparente convicção.<sup>156</sup>

De fato, os escritos que circularam nesse momento são expressões artificiosas de intrigas que refletem as inquietações e conflitos políticos à época em que esses discursos foram produzidos. Neste sentido, e conforme destacou Lúcia Guimarães, antes de examinar seu conteúdo, é preciso atentar para intenção de quem o redige e percebê-lo com recurso linguístico, pois o autor usa sua própria linguagem e trata-se de uma linguagem muito específica da época em que escreve<sup>157</sup>. Ora, a análise integral do Apêndice do *Padre Amaro*, nos confere algumas pistas desse de jogo político. Em verdade, a denúncia do clube republicano em Paris, era apenas um dos pretextos para criticar o chefe comandante da Pasta da Guerra, à época o marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta). Criticava-se, sobretudo, sua negligência com a derrota brasileira na guerra Cisplatina.

A Guerra da Cisplatina fomentou um espírito de desconfiança em relação ao Imperador, pois o senso comum era o de que o novo Estado necessitava de paz para progredir e que deveria haver um esforço do Brasil para o estabelecimento de uma aproximação continental com seus vizinhos. É válido ressaltar que a Guerra da Cisplatina foi, sobretudo, uma luta pela reafirmação da soberania do Estado em construção e da legitimidade do jovem Imperador que comandava o Império nascente. A luta pela posse da dita província perpassava por um momento de transição política do

---

156 TENGARRINHA, op. cit., p. 1080.

157 GUIMARAES, Lúcia Maria Paschoal. *Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*. In: José Murilo de Carvalho (org). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.76.

novo Estado, que migrava da condição de colônia para Império soberano.<sup>158</sup>

Não podemos ignorar que as províncias do norte, juntamente com a Cisplatina e parte da Bahia, não aderiram ao movimento de independência, permanecendo fiéis a Lisboa<sup>159</sup>. Por isso, logo após a coroação D. Pedro I como imperador, ele enfrentou resistência local, mais acentuadamente em Pernambuco em 1824. Certamente, a ameaça de fragmentação do território em províncias republicanas, a exemplo da América Espanhola, era um temor presente no império.<sup>160</sup> Este temor de uma fragmentação do país vinha somar-se ao clima generalizado de insegurança social, com o acirramento dos conflitos antilusitanos.<sup>161</sup>

Outra questão que deve ser esclarecida diz respeito aos interesses políticos que a esse periódico estavam vinculados. No decorrer da narrativa do *Padre Amaro*, aparecem aqui e ali indícios das estreitas relações que estes textos políticos buscavam empreender, levando em consideração que os textos políticos são objetos intencionais e compreendê-los significa captar os interesses e os propósitos que os sustentavam.<sup>162</sup>

Não era um empreendimento fácil manter um jornal em Londres, onde os custos de produção eram superiores aos jornais de Paris. O lançamento de um periódico exigia esforços que não estavam ao alcance dos “emigrados” em Londres. Assim, normalmente esses jornais recebiam apoio ou subvenções de alguns grupos. Em verdade, grande parte dos jornais expressavam a “guerra literária”, que tanto inundava o Brasil quanto Portugal de panfletos e periódicos, traduzindo também as opiniões de alguns grupos. A insuficiente consistência ideológica que os jornalistas de Londres em geral apresentavam, desagradava em não poucos casos, como se viu, pelos compromissos com

---

158 CALOGERAS, Pandiá. “A Independência da Cisplatina”. In: PERREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense . Niterói , 2007.

159 NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *A história para uso da mocidade brasileira*. In: José Murilo de Carvalho (org). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.125

160 GRAHAM, Richard. *Construindo a Nação do Brasil*. Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1. p. 11-47, 2001; RIBEIRO, op. cit.

161 RIBEIRO (2002), op. cit.

162 GUIMARÃES, op. cit., p.79.

que os subvencionava<sup>163</sup>. Neste sentido, torna-se difícil determinar com precisão as coordenadas dos seus ideários e, até mesmo, questionar a paternidade das publicações. Segundo Tengarrinha, foram os clubes dos negociantes portugueses em Londres fortes financiadores desses jornais<sup>164</sup>.

A partir da análise dos folhetos políticos que circularam no mundo luso-brasileiro enquanto veículo de opinião, podemos identificar as discussões que suscitam a cultura política da época. Levando em consideração que compreendemos a cultura política como um conjunto de práticas políticas e culturais de uma determinada sociedade, em um momento histórico específico<sup>165</sup>. Nesse sentido, a análise da cultura política nos possibilita distinguir os interesses dos diversos grupos sociais e a natureza dos seus propósitos. Muito mais do que obras de cunho teórico foram os folhetos políticos, panfletos e periódicos, publicados nas primeiras décadas do século XIX, que contribuíram para vincular e difundir uma cultura política fundamentada na ilustração portuguesa<sup>166</sup>. Lúcia Bastos destaca que foram as publicações, evidentemente, na órbita da elite, que se encarregaram de realizar a divulgação da cultura política da independência<sup>167</sup>.

Apesar de inseridos nos valores do antigo regime, os pensionários luso-brasileiros participaram da renovação cultural que vivia a França à época das pensões de estudos. Não podemos ignorar este aspecto, mas é importante não perder de vista o fato de que a maioria dos pensionistas estava a serviço do governo, como já apontado, atuando também como agentes diplomáticos no exterior. Além disso, parte da oficialidade eram homens de corte e tinha interesses

---

163 TENGARRINHA, op. cit., p.178.

164 O *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, de Hipólito José da Costa, tinha como financiadores negociantes portugueses exilados em Londres como Antonio M. Pedra, que por sua vez, tinha relações de parentesco e negócios com o negociante do Rio de Janeiro Brás Carneiro Leão. Cf. MUNARO, Luís Francisco. *Narrativas utópicas: o jornalismo português em Londres (1808-1822)*. 2012, Niterói. Exame de Qualificação de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Cap. 1; GORESTEIN, Riva. Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: GORESTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1993; FRAGOSO, op. cit.; MARTINS, op. cit.

165 BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda; QUADRAT, Samantha (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. RJ: FGV, 2009.

166 NEVES (2003), op. cit.

167 Idem.



em colaborar para construção do Estado Imperial, não o contrário.

De fato, as acusações expressas no *Padre Amaro* não foram acompanhadas de provas consistentes da efetiva associação dos militares ao suposto grupo republicano. Tratava-se, sobretudo, de “guerra de penas”, o jornal não apresentou nenhum esclarecimento, algo fundamental para validar suas acusações: O primeiro esclarecimento seria qual a fonte de informação do *Padre Amaro*? Por meio de quem se obteve essas informações e quando? Os oficiais exigiram que estas questões fossem averiguadas. No entanto, a resposta do redator foi artificial e geral, “pedimos licença para lhes dizer que não queremos, e que não reconhecemos poder, autoridade, ou força, capaz de exigir de nós semelhantes esclarecimentos”<sup>168</sup>. Isto nos levou a crer que as acusações eram infundadas.

No entanto, a polêmica lançada pelo folhetim teve outros desdobramentos. O primeiro deles, foram os devidos esclarecimentos dos pensionários, em nota dirigida ao redator do *Padre Amaro*, em novembro de 1827. Nela, repudiaram tal acusação, e solicitaram publicamente que fossem feitas as devidas averiguações da existência de uma associação de semelhante natureza,

Pedindo [que] houvesse V. Ex<sup>a</sup>. de examinar se nós os pensionários pertencemos ao denunciado Clube, e informasse o nosso governo do resultado das averiguações. Tendo-se desde então decorrido mais de um mês, e crendo os abaixo assinados que V. Ex<sup>a</sup>. poderá estar já informado da nossa conduta acerca do Clube em questão, rogamos à V. Ex<sup>a</sup>. que se ela for tal qual a julgamos, e inabalável adesão, e respeito ao governo constitucional, se dirija ao ministro de S. M. I. em Londres para que exija do redator do mencionado folheto os esclarecimentos, ou fundamentos que teve para a afirmação tão positiva de um fato, que se bem não deva merecer fé aos espíritos justos, nem tão pouco de diminuir o conceito, que de nós faz S.M. o Imperador, com tudo, enunciado de uma maneira tão positiva, poderia com o nosso silêncio ser interpretado em désar (sic) das opiniões que professamos<sup>169</sup>.

A carta foi finalizada com assinatura da maioria dos pensionários. Exceto quatro deles, talvez porque dois deles estivessem em viagem de estudos, fora de Paris. Sabemos que José Xavier

168 TENGARRINHA, op. cit, p.476-477, p.476-477

169 APPENDICE ao Padre Amaro, Jornal Politico, Historico e Litterario. Tomo II. London: Impresso por R. Greenlaw, 1827. p.468-469.

Calmon da Silva faleceu meses antes e que Eustáquio Adolfo encontrava-se na Alemanha em comissão diplomática.

Apesar de publicar a nota de representação dos pensionários, encaminhada pela legação em Londres em defesa dos oficiais, o redator do periódico se manteve firme e ambíguo em suas acusações e de como obteve informações do clube.

Embora a legação em Paris tenha se mostrado sensível à causa dos estudantes, esse episódio, de certa forma, pode ter se cristalizado na interrupção das pensões em janeiro de 1828,

Sua Majestade O Imperador Atendendo a imperiosa necessidade de diminuir despesas que não sejam evidentemente úteis nas atuais circunstâncias: Há por bem ordenar que vossa senhoria no fim do seguinte mês [fevereiro de 1828] ao em que receber o presente Aviso, suspenda todas as Pensões pagas por essa Legação aos Oficiais Militares e Paisanos que por ordem do governo tem ido estudar a Europa.<sup>170</sup>

Assim, devido às “atuais circunstâncias<sup>171</sup>”, as pensões de estudos foram suspensas. Em um primeiro momento, tem-se a ideia de que os cursos foram bruscamente interrompidos com o conseqüente retorno dos oficiais ao Brasil em 1828. Vejamos a carta abaixo, redigida por José da Silveira Sampaio em 18 de março de 1828,

Os pensionários do governo abaixo assinado [João Vicente Gomes, João Reinaldo de Verna Bilstien, Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde, Ernesto Augusto Cesar Eduardo de Miranda, Manoel Peixoto de Azevedo, Galdino Justiniano da Silva Pimentel, José Florindo de Figueiredo Rocha, José Vicente de Amorim Bezerra e Joaquim Pessôa da Silva] devendo em cumprimento da ordem que por V.Ex<sup>a</sup> lhes foi intimada, regressarão ao Brasil e não podendo ali se acharem antes do fim de junho do corrente ano, pois que a partida deste reino não terá lugar quando muito mais cedo que em meados do próximo mês de Abril, pedem à V.Ex<sup>a</sup> que haja de adiantar as suas pensões até a tempo de sua chegada presumida (fim de junho)<sup>172</sup>.

170 BRASIL. Despacho de 02 de janeiro de 1828, do ministro dos Negócios Estrangeiros, Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes, ao representante brasileiro em Paris, Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, visconde de Itabaiana. AHI 435/03/03.

171 Além dos motivos destacados, outro de ordem econômica, resultado da guerra de Cisplatina, pode ser apontado. cf: BRASIL. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. pp 226. Elogio Histórico do Falecido sócio correspondente O major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde recitado pelo sargento-mor Pedro de Alcântara Bellegarde, orador do [IHGB].

Cf. BELLEGARDE, op.cit. “Se o chefe brasileiro, em vez de escutar o aviso dos militares da província que, julgando do inimigo pela disciplina que d'antes tinha, o animaram a romper, tem esperado a incorporação ao Exército, dos 1.200 homens de bem provida cavalaria comandados por Bento Manoel Ribeiro, que por certo se pode contar que se teria evitado aquele desastre, e com ele a perda de muitas vidas brasileira”. p. 266

172 AHI 439 05 01- Pasta 8- Carta de José da Silveira Sampaio para o encarregado dos Negócios Estrangeiros em

Como se pode notar, Em 1828, há uma ordem do Ministério da Fazenda ao da Guerra, informando para que todos os pensionários que estivessem sob sua jurisdição voltassem para o Brasil. Assinaram o documento acima tomando ciência, apenas dez pensionários de um grupo composto de 24 (se acrescentando àqueles estudantes que já estavam na França em 1825 esse número aumenta, ver quadro 1). Isto porque, durante a pensão de instrução, alguns deles trilharam outros caminhos, tal como a diplomacia Imperial. A carta tinha como destinatário João Antonio Pereira da Cunha, um ex-pensionista do governo de 1825, que a partir de abril de 1827 ocupou o cargo de comissário dos Negócios Estrangeiros em Paris, no lugar do visconde da Pedra Branco quando este retornou ao Brasil. A essa altura, Eustáquio de Mello Mattos estava completamente envolvido na diplomacia imperial em Mecklemburgo<sup>173</sup> e, ao que tudo indica, Paulo Barbosa da Silva e Ernesto Frederico Verna de Magalhães Coutinho também estavam em missão diplomática respectivamente na Rússia e Munich<sup>174</sup>. Enquanto José Xavier Calmon da Silva havia falecido no ano de 1827. Outros oficiais já haviam retornado ao Brasil.

Temos informações de que o capitão Ernesto Augusto César de Miranda regressou à Europa em 1831, e concluiu seus estudos na Escola Real de Estado-Maior em Paris. Em 1829, o militar José Bonifácio Caldeira de Andrade retornou à França como pensionista do Estado para dar continuidade “a sua instrução na arte da guerra e no curso de Matemática Elementar, uma vez que não foi possível terminar os seus estudos em virtude da ordem que recebeu para regressar ao Brasil”.<sup>175</sup> Joaquim Pessoa da Silva regressou antes da França, em 1826, e ingressou, posteriormente, na Academia Militar da Corte. Nesta, ele cursou somente o 1º ano. Já em 1830, pediu auxílios financeiros ao governo para continuar seus estudos. Teve diversas dificuldades para

---

Paris João Antonio Pereira da Cunha, em 18 de março de 1828.

173 Região localizada no norte da atual Alemanha.

174 AHI 439 05 01 – Pasta 10. Cf: Guimarães, Argeu. Dicionário bio-bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional. RJ: 1938. [Ernesto Frederico Verna de Magalhães Coutinho]

175 AHEX 197/4858. Requerimento de José Bonifácio Caldeira de Andrade.

completá-los, pois estava muito envolvido nas repressões às revoltas regenciais (principalmente a Balaiada, no Maranhão). Em setembro de 1843, devido a problemas de saúde, paralisou novamente seus estudos. E mais uma vez, em 1847, solicitou auxílios ao governo para dar continuidade aos estudos na Escola Militar do Rio de Janeiro<sup>176</sup>.

Desta forma, verifica-se que a partir desse período as pensões de estudos, visando fins eminentemente úteis, apenas com algumas dificuldades, poderiam ser enquadradas no caso de pensões objetivando a formação e qualificação profissional. Contudo, a prática que se tornaria cada vez mais corriqueira, parece atender simultaneamente a dois diferentes fins: a imediata realização de uma missão no estrangeiro; e a formação de um profissional que deveria sempre deixar os olhos abertos para o aprendizado do mundo<sup>177</sup>.

Com efeito, é possível perceber que as viagens de estudos no estrangeiro, custeadas pelo governo imperial, a partir de 1828, deixaram também de ser restritas aos estágios de formação e passaram a se centrarem no exercício de funções específicas, tais como visitar estabelecimentos militares e embarque em navios a vapor da marinha francesa e inglesa.

---

176 AHEX 85/2538. Requerimento de Joaquim Pessoa da Silva.

177 SANT'ANNA; BOSSIPIO, op. cit. p. 30.

## **Capítulo 2**

### **Em busca de um império civilizado**

Proclamada a independência política do Brasil, fazia-se necessário dar uma nova organização ao aparato administrativo, já que este havia sido esvaziado com o retorno da Corte para Portugal. Face ao clima de instabilidade política no recém-fundado Estado brasileiro, era de suma importância não só ter apoio do círculo militar, como também instruir e qualificar quadros para atuarem na burocracia estatal. As vinte e quatro pensões de estudos em 1825 para oficiais militares estava inserida nesse processo e, como já ressaltado anteriormente, esta era uma prática que remete à cultura de antigo regime, caracterizada pelo financiamento dos estudos da sua elite, visando instruí-la para atuar junto às funções de governo.

As classificações e categorizações são sempre escolhas arbitrárias, entretanto vale explicitar os conceitos aqui trabalhados. Dito isto, este capítulo busca compreender como a política de incentivo às pensões de instrução no exterior contribuiu para construção do Estado imperial civilizado. Aqui, utilizam-se quatro conceitos, que estão presentes durante toda a sua articulação. O primeiro consiste na concepção de *Estado imperial* cunhada por José Murilo de Carvalho<sup>178</sup>. Este autor entende que, após a independência política do Brasil, a elite coimbrã percebeu uma intensa necessidade de reorganizar o Estado, elaborando e mantendo mecanismos administrativos, como a distribuição de funcionários pelos os vários níveis do poder: central, provincial e local. A manutenção de um aparato estatal pré-independência, de acordo com Carvalho, foi importante na medida em que concedeu à elite brasileira melhor condição de enfrentar a tarefa de construção do novo Estado. Esses fatores proporcionaram ao Estado imperial maior capacidade de controle e aglutinação.

É válido lembrar que a formação do Estado nas ex-colônias europeias foi um processo

---

178 CARVALHO, op. cit, p. 23

complexo. Primeiro porque esse processo que na Europa, levou séculos para se desenvolver, nas ex-colônias condensou-se em prazos mais curtos. Em segundo lugar, o arranjo político a ser estabelecido tinha que contar com elementos de poder representados pelos países que controlavam os mercados dos produtos de exportação. No Brasil, foi principalmente a herança burocrática portuguesa que favoreceu a base para manutenção da unidade e estabilidade da ex-colônia.

A ideia de *burocracia imperial* trabalhada também por Carvalho é empregada, tendo em vista que compreendemos que os pensionistas fazem parte desse grupo e, em alguns casos, também se integravam simultaneamente à elite política.

Outro conceito que constrói esse trabalho é a ideia de *tradição portuguesa de Antigo Regime* no Exército brasileiro, trabalhada por Adriana Barreto. No entendimento da autora, o Exército brasileiro da primeira metade do século XIX ainda era uma força do antigo regime, um bem da coroa<sup>179</sup>. A análise das trajetórias dos pensionários da década de 20 revela um traço semelhante. Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde, um dos pensionários de 1825, pertence ao grupo oficiais herdeiros de uma tradição militar portuguesa de corte, estranha ao modelo moderno. Seu pai, Cândido Norberto Jorge Bellegarde, era capitão de artilharia de marinha e veio para Brasil com a comitiva da corte em 1808. Os dados biográficos dos estudantes cruzados com as informações sobre a tradição portuguesa de Antigo Regime foi de muita importância em nosso aporte teórico, à medida que entendemos os oficiais militares como herdeiros desta tradição no Brasil.

Além desses conceitos, precisamos trabalhar com o conceito de imaginário social, que será importante para o desenvolvimento desse trabalho. À luz do texto de Norbert Elias<sup>180</sup>, podemos trabalhar com a ideia de civilização. Norbert Elias, destaca que a “Civilização descreve um processo

---

179 SOUZA, Adriana Barreto da. *A serviço de Sua majestade*. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. RJ: FGV, 2004. p. 166

180 ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente para frente”.<sup>181</sup>

A justificativa do título deste capítulo reside na tentativa de se pensar qual o lugar das práticas de pensões de estudos no contexto histórico permeado pelo ideal civilizatório, lançado pelo Estado nos primórdios do século XIX, através de seus diversos agentes: letrados, políticos e militares. Este ideal civilizatório pode ser apreendido, sobretudo, nos discursos, nos escritos, e na atuação dos diferentes pensionários. Cada um ao seu modo, prestou os mais variados serviços ao Estado, sempre na direção de estruturá-lo, seja atuando como engenheiro militar ou em cargos de governo, ou melhor, dentro da elite política imperial. Portanto, a questão que se coloca consiste em compreender qual é o lugar dos pensionários nesse projeto civilizador? O comprometimento com o imaginário europeu fora parte integrante desse projeto que se evidenciara desde a vinda da corte portuguesa e se afirmara com a independência e se consolidara no Segundo Reinado. Este modelo europeu de civilização, previamente dado, toma o outro sempre como todo inacabado, atrasado e incapaz de alcançar seu próprio paradigma.

Na tentativa de compreender esta questão, nos debruçaremos detidamente nos indícios de como foi traçado esse projeto de “modernização” do Império. Na prática, vemos as pensões de estudos de 1825 como parte dessa estratégia civilizadora. Assim, faz-se urgente atentarmos cautelosamente para a análise das trajetórias desses pensionários utilizando os métodos da prosopografia. A prosopografia, ou biografias coletivas, consiste na análise de um grupo de indivíduos na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. Basicamente, o método prosopográfico define um universo de pessoas a ser estudado e propõe um conjunto de questões sobre seu perfil e atuação, que incluem dados sobre nascimento e morte dos indivíduos, laços de casamento e parentesco, origens sociais e posição econômica herdada, local de residência, educação, montante das fortunas pessoais ou familiares, ocupação, religião, trajetória política,

---

181 ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*: uma história dos costumes. vols. 1 e 2. Op. cit. vol. 1. p. 24.

experiência profissional<sup>182</sup>. Desta forma, o método prosopográfico permitiu a identificação de elementos desse grupo social, a reconstituição das suas trajetórias profissionais e sociais, tornando possível a exposição do sentido de suas ações.

Desse modo, realizamos nas linhas que se seguem uma análise das trajetórias dos diferentes pensionistas, buscando acompanhar, na medida do possível, informações que abrangessem, principalmente, o período de sua qualificação no exterior. A análise não se limitou a isso, pois as suas experiências, após as viagens de instrução, possibilitaram suas inserções na construção do Estado Imperial. Esclarecendo isto, começamos pelos jovens paisanos, depois àqueles envolvidos em funções diplomáticas e, por último, a análise se concentra nos oficiais que atuaram, sobretudo, na sua área de qualificação no exterior, seja como engenheiros militares ou em funções propriamente militares.

A partir dessas considerações começamos pelos paisanos. Sabemos que João Leocádio de Melo e Teodolino José da Silva<sup>183</sup>, alunos do Arsenal de Guerra e “discípulos das aulas de desenho do Arsenal do exército”, foram estudar Engenharia, (Desenho Técnico), na Escola Politécnica de Pontes e Calçadas, estando aos cuidados do oficial Manuel Peixoto de Azevedo, futuro professor de Desenho da Academia Militar (1832-1858), que fora encarregado de dirigir os estudos desses jovens no exterior. Além acompanhar os estudos dos paisanos, Manuel Peixoto se qualificou no Conservatório Real de Artes e Mecânicas Paris, onde foi premiado por desenho de máquina. Em 1828, quando regressou da França, foi empregado no Arquivo Militar como desenhista vinculado ao Corpo de Engenheiros. Em 1832, foi nomeado professor de desenho da Escola Militar, cargo que ocupou até 1858, quando foi jubulado. Natural do Mato Grosso, Manuel Peixoto teve sua trajetória militar coroada em 1852 na patente de tenente-coronel<sup>184</sup>.

---

182 FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz: *História e Prosopografia*. X Encontro Regional de História – ANPUH RJ- História e biografias – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2002. pp. 3- 4

183 Arquivo Histórico do Exército. Requerimento de João Leocadio de Melo. Maço n.20/pasta 683

184 Arquivo Histórico do Exército – Fê-de-ofício/Localização: VI-2-182.



Já o cadete de artilharia, José Vilella de Barros, nascido no Rio de Janeiro,<sup>185</sup> bacharelou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra, entre os anos 1820 a 1822<sup>186</sup>, sendo premiado quando frequentava as aulas do primeiro ano do curso. Foi nesta época que conheceu Cândido Batista de Oliveira, imediatamente depois se tornaram bons amigos. Quando este último “Chegara a Coimbra, foi o jovem Vilella a empregar ainda um ano no estudo de grego, cujo exame era exigido, além dos preparatórios que do Brasil levava, para ser admitido na Universidade de Coimbra<sup>187</sup>”. Com a pensão de estudos em 1825, Vilella foi destinado a doutorar-se em Ciências na Universidade de Pisa, e aproveitou as disciplinas já cursadas em Coimbra para eliminar algumas matérias. Já em 1826, estava realizando exames de álgebra e geometria e, no ano seguinte, encontrava-se estudando química e física em Pisa<sup>188</sup>. Pelas pistas das fontes, parece que Vilella não retornou em 1828 para o Brasil, junto com os outros oficiais. O tempo do seu doutoramento em Pisa foi mais abrangente, tendo durado 6 anos (1825-1831). Apenas em 1831, verificamos um pedido do MNG ao MNE referente à compra da passagem de Vilella para o Brasil<sup>189</sup>. Lamentavelmente não temos informações precisas do que teria feito Vilella no Brasil.

---

185 Barros, José Vilella (1821): “Memória ou Exposição do método de plantar, e colher no Brasil a Mandioca, e fabricar a sua farinha; e dos mais produtos, e usos desta raiz com a aplicação do mesmo método ao fabrico da farinha das batatas” [“Memórias de correspondentes”]. In: Academia Real das ciências de Lisboa (1821b), 52–72.

186 Neste período José Vilella publicou *Memória ou Exposição do método de plantar, e colher no Brasil a Mandioca, e fabricar a sua farinha; e dos mais produtos, e usos desta raiz com a aplicação do mesmo método ao fabrico da farinha das batatas* [“Memórias de correspondentes”]. In: Academia Real das ciências de Lisboa (1821b), 52–72. Este trabalho foi muito elogiado pela Academia de Ciências de Lisboa, “A memória do Sr. José Vilella de Barros é interessante, enquanto faz vulgarizar o método que se abraça no Brasil de plantar e colher a mandioca, de fabricar a sua farinha e de obter os diversos edutos e produtos que ela pode dar para os usos da vida. Torna-se esta memória muito mais interessante pela aplicação que o autor faz da sua doutrina à farinha das batatas; quando, além dos processos conhecidos descreve alguns (aliás, muito simples), que lhe são próprios e da reconhecida vantagem para obter diversas substâncias da mesma farinha, das quais apresenta as amostras, que resultaram dos seus ensaios. A memória vem acompanhada de uma estampa, que em desenho representam alguns utensílios necessários, como um rascunho que igualmente oferece um pequeno modelo, uma prensa, e uma pá; é escrita com muito método e em boa linguagem e por tudo a considero digna de ser impressa por ordem desta Real Academia. José Pinheiro de Freitas Soares”

Ver também: [http://www.acad-ciencias.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=822](http://www.acad-ciencias.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=822). José Pinheiro de Freitas Soares foi físico Mor do Reino e autor de importantes trabalhos sobre a questão da higiene em Portugal. Foi autor do trabalho “*Tratado de Policia Médica, no Qual Se Compreendem Todas as Materias, Que Podem servir para Organizar Hum Regimento de Policia de Saúde para o Interior do Reino de Portugal* de Policia Médica” de 1818.

187 Elogio histórico do marquês de Paranaguá, recitado na sessão ordinária do Instituto histórico de 4 de março de 1847. Revista do Instituto, tomo IX, 2ªed., 1869, pp. 398-408.

188 Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) - Relatórios dos pensionários, Notação: 439 05 01- pasta 6

189 SANT'ANNA; BOSSIPIO, op. cit. p.147

Quanto à formação, a trajetória de Cândido Batista de Oliveira, diferiu da de Vilella. Filho do fazendeiro da capitania (depois província) do Rio Grande de São Pedro do Sul Francisco Batista Anjo<sup>190</sup> e de Francisca Cândida de Oliveira, Cândido Batista de Oliveira, natural de Rio Grande de São Pedro do Sul, antes da sua qualificação na França, em 1825, já havia frequentado o curso de Matemática e Filosofia em Coimbra. Chegou em Paris em abril de 1825, permanecendo ali por dois anos. Conforme já apontado, estava em viagem de comissão, e estudou na Escola Politécnica, estando ainda encarregado de visitar estabelecimentos de instrução pública. Não lhe sendo possível visitar nessa ocasião os estabelecimentos militares da Inglaterra e Alemanha, como desejara, regressou à corte no início de 1827, sendo imediatamente nomeado lente substituto na Academia Militar, passando depois a ser proprietário da cadeira de mecânica racional.

Já no cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros (maio de 1839) e, posteriormente, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Rússia (6 novembro de 1839) foi-lhe instruído observar, entre outras coisas, sobre estabelecimento militar na Rússia,

a organização militar que deve ter feito grande progressos na Rússia: sua artilharia, seus arsenais, suas escolas e colônias militares, assim como todos os mais estabelecimentos desta natureza merecerão, por conseguinte, a sua atenção. A força naval tem tomado, em pouco tempo, naquele império, um tão grande desenvolvimento que não será menos útil estudar todas as partes da administração encarregada desse ramo de serviço público (...) <sup>191</sup>

Portanto, a principal tarefa de Cândido Batista consistiu em observar estabelecimentos militares da Rússia. Nesse momento, o Império do brasileiro desfrutava de pouco conhecimento a esse respeito. Algo que Cândido fez com desenvoltura, tendo vista que já desfrutara de uma experiência de semelhante natureza desde 1825, quando estava em comissão de estudos.

No Brasil, além das funções diplomáticas, Cândido de Oliveira exerceu importantes cargos

---

190 A respeito do fazendeiro Francisco batista Anjo cf. ALADRÉN, Gabriel. Ascensão social e inserção econômica de ex-escravos: o caso do liberto Pedro Gonçalves (Rio Grande do Sul, século XIX). <http://nuevomundo.revues.org/56036>

191 Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação diplomática. Ano VII, nº 12, 2008. p.83 (localização no AHI 435 03 02, Despacho, RJ, 9 nov. 1827)

políticos, sendo nomeado vice-presidente da província do Rio de Janeiro em 1827 (imediatamente licenciou-se da Academia Militar) e deputado geral por pela província do Rio Grande do Sul em várias legislaturas (a partir de 1830). No governo da regência trina permanente, quando Bernardo Pereira de Vasconcelos era o Ministro da Fazenda, foi nomeado como o primeiro inspetor do Tesouro Público Nacional<sup>192</sup> e, em 1839, na regência una de Pedro de Araújo Lima (futuro Marquês de Olinda), foi ministro da Fazenda sucedendo a Migue Calmon Du Pin e Almeida (futuro Marquês de Abrantes). Em 1850, esteve na direção do Jardim Botânico e do Banco do Brasil, e deixou duas publicações: *A escravatura no Brasil e a época provável de sua extinção* e, o *Elogio histórico do marquês de Paranaguá*, recitado na sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 4 de março de 1847<sup>193</sup>.

Outro pensionário envolvido nas atividades diplomáticas no exterior foi Ernesto Frederico Verna de Magalhães. Natural de Portugal e filho da condessa de Belmonte (ama de D. Pedro II), Ernesto Frederico, agraciado com pensões de estudos, em 1825, inicialmente, estava encarregado de se instruir na “arte militar” na Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris (em particular estudando tática, estratégia, artilharia e engenharia). Em 1826, deixou de receber pensão como estudante e tornou-se Adido Militar da legação em Paris, sendo enviado à Corte de Munique em missão confidencial pelo visconde de Pedra Branca em 1829<sup>194</sup>. É provável que tenha ido tratar do contrato do segundo de casamento de D. Pedro I.

Antes da pensão de estudos, o oficial prestou serviços à monarquia como moço da câmara<sup>195</sup> durante a aclamação de D. João. No primeiro Reinado, assumiu a função de Conselheiro de Estado

192 O Tesouro Público Nacional e as Tesourarias provinciais foram criados no bojo das transformações políticas e econômicas pós-abdicação do imperador D. Pedro I, que culminaram com a extinção do Erário Régio e do conselho da fazenda (criados com a Corte em 1808). Cf. COSTA, Wilma Peres. O Império do Brasil: dimensões de um enigma. Fórum- Almanack Brasiliense, nº 01, maio 2005, pp. 27-43 [http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01\\_forum\\_2.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01_forum_2.pdf)

193 *A escravatura no Brasil e a época provável de sua extinção*. São Petersburgo, 1842, 1 Volume; *Elogio histórico do marquês de Paranaguá*, recitado na sessão ordinária do Instituto histórico de 4 de março de 1847. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, tomo IX, 2º ed., 1869, pp. 398-408.

194 GUIMARÃES, Argeu. Dicionário bio-bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional. RJ: 1938.

195 Os moços da Câmara eram jovens de boas famílias que prestavam serviços ao rei. Cf:

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=730&sid=95>

de D. Pedro I e Veador de S. M. a Imperatriz, permanecendo nesse cargo na regência entre os anos 1831 a 1835. Em sua homenagem, a bacia do quintandinha na cidade Petrópolis, recebeu seu nome como afluente: Verna<sup>196</sup>.

Já a trajetória do português, João Antônio Pereira da Cunha<sup>197</sup>, tenente-coronel de Estado-Maior, chama atenção por ter se destacado na diplomacia imperial, quando o império buscava afirmar suas relações diplomáticas no exterior, no pós-independência. Nesse contexto, Cunha serviu a “sua majestade” como encarregado dos Negócios Estrangeiros e ministro residente em vários postos, notadamente na França<sup>198</sup> (1827),

Tendo Sua majestade o Imperador nomeado a V. Exa seu encarregado de negócios em Paris, cumpre-me assim participar a V. Exa., para que parta logo o seu destino, visto dever retirar-se para a corte o visconde da Pedra Branca, lhe remeto para esse fim, a credencial inclusa, que V.Ex<sup>a</sup>. entregará ao ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (...) Ao visconde da Pedra Branca se ordena que dê a V.Ex<sup>a</sup> todas as explicações sobre o que tem ocorrido entre o nosso governo e o deste país. E como o negócio que atualmente ocupa seriamente ambas as cortes é o objeto das embarcações francesas – que foram tomadas pela esquadra brasileira que bloqueia o rio da Prata, debaixo do fundamento de infringirem o bloqueio – tendo o governo Imperial procurado aplanar este espinhoso negócio (...) espera-se que brevemente se decida esta questão a apaziguamento de ambos os governos<sup>199</sup>.

Nota-se que, a partir de 1827, Pereira da Cunha assumiu, mesmo que temporariamente, o posto do visconde da Pedra Branca e todas as responsabilidades que competia a este cargo, inclusive as questões referentes às pensões de estudos. Na nova função, Pereira da Cunha deveria se atualizar sobre relações diplomáticas traçadas entre o governo imperial e o francês, principalmente, no que tangenciavam as negociações sobre o bloqueio do rio da Prata, infringido pelos franceses.

Este bloqueio teve início em 1825, devido ao conflito entre o Império brasileiro e as Províncias Unidas do Rio da Prata, no período compreendido entre 1825 a 1828, pela posse da Cisplatina (atual República do Uruguai)<sup>200</sup>. De acordo com Aline Pereira, o local ampliou sua

196 Cf: [http://www.ihp.org.br/lib\\_ihp/docs/alse19940827d.htm](http://www.ihp.org.br/lib_ihp/docs/alse19940827d.htm)

197 Antônio Luís Pereira da Cunha, Ministro dos Negócios estrangeiros em 1826.

198 Também ministro residente na Áustria-Hungria em 24 de maio de 1836;

199 Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação diplomática. Ano VII, nº 12, 2008. p.83 (localização no AHI 435 03 02, Despacho, RJ, 9 nov. 1827)

200 PERREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense . Niterói , 2007.

importância devido ao contrabando que se fazia por mar e por terra, em rotas que interligavam o Atlântico e o Pacífico e diversas regiões da América espanhola e portuguesa, com o afluxo de estrangeiros de outras partes do mundo. O interesse pelo Prata, contudo, não é uma realidade apenas do XIX. Essas tensões já haviam sido protagonizadas pelos países ibéricos, ainda nos séculos XVI e XVII, quando Espanha e Portugal disputaram o domínio político e econômico da região. Tal disputa se estendeu até o século XIX. Ainda no período joanino (1821), quando a região foi incorporada ao Império sob o nome Província Cisplatina, Buenos Aires não reconheceu a incorporação da Banda Oriental ao espaço brasileiro e exigiu ao Brasil a devolução do território às Províncias Unidas do Rio da Prata<sup>201</sup>. Diante da recusa brasileira, o combate armado tornou-se inevitável para as duas partes envolvidas, tendo sido a primeira providência do Império do Brasil a bloquear os portos na região no início de 1826. Tal como afirmou Aline Pereira, a questão do Prata precisa ser compreendida como um espaço de conflitos de interesses político-econômicos acentuados principalmente no Oitocentos, quando os projetos de Estado e a formação da nação eram ainda embrionários para o Brasil, a Argentina e o Uruguai<sup>202</sup>. Concordando com a autora citada, a construção de um Estado Imperial, com limites territoriais bem delimitados e resguardados, seria a condição necessária ao surgimento de uma nação que tentava fazer “coincidir a extensão do direito de cidadania com sua própria extensão<sup>203</sup>”.

Como vimos, em 1825, inicia-se o conflito, e para informar as legações na Europa do evento, foi enviada uma circular datada de 22 de dezembro, informando sobre o bloqueio. O referido Eustáquio Adolpho Melo Mattos, enviado em comissão neste ano, atuou diretamente nesse assunto. Ex-professor de Física da Academia Militar e, em comissão diplomática em Mecklemburgo, na Alemanha, recebeu a seguinte circular,

---

201 Idem, p.9-10

202 Idem, p. 8-9

203 Idem, p. 24

Havendo S. M. o Imperador mandar aprontar uma força naval com destino de pôr em efetivo bloqueio todos os portos pertencentes ao governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, tenho assim o participar a V.S. para sua devida inteligência e a fim de o fazer constar a esse governo e aos súditos do Império a quem esta Imperial resolução interessar (...) Deve-se V. S. colher a sensação que tal acontecimento produzirá nesse país e dando logo de tudo conta por esta Secretária d' Estado<sup>204</sup>.

Essa passagem não deixa dúvida da importância destes homens, como fiéis súditos da coroa, no projeto de construção do Estado. Servindo estrategicamente nos diferentes postos diplomáticos, estes agentes consulares, com os olhos na Europa, mantinham atualizado o Império com o mundo da ciência militar, da arte e da política internacional, sendo, portanto, promotores da “civilização”. O envolvimento no projeto de construção do Estado problemáticas de outras instâncias, sempre na perspectiva de construir a “nação”. Como veremos adiante, a construção do Estado imperial se apoiou na expansão da escravidão. Este aspecto constituiu um problema: como civilizar o Império mantendo esta prática? Este era o drama da civilização, ao qual se referiu Afonso Marques. Na tentativa de construir o Estado, aqueles homens se defrontaram com uma realidade que tentaram ocultar por meio de alegorias. Esta estratégia foi exaustivamente utilizada nas pinturas históricas, produzidas pelos artistas da Missão francesa, os quais projetavam em seus quadros verdadeiros cenários europeus nos trópicos, com fachadas neoclássicas e arcos triunfais<sup>205</sup>.

O projeto civilizatório, como já apontado, apresentou-se contraditório e tinha suas próprias tensões principalmente quando tomava a Europa como modelo de civilização, tendo a vida no império marcada constantemente pela presença do trabalho escravo. A questão da escravidão suscitou de imediato um intenso debate junto à elite letrada do império, da qual faziam parte os políticos, os militares e os agentes diplomáticos. Assim, temos em 1833, agora na função de

---

204 Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação diplomática. Ano III, nº 4, 2004. p.33-34 (localização no AHI 317 03 06, circular, RJ, 22 dez. 1825)

205 SANTOS, op. cit., p. 63. A respeito da Missão francesa de 1816 Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O sol do Brasil. Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ministro plenipotenciário em Londres, Eustáquio Adolpho Melo Mattos defendendo o tráfico ilegal de escravos.

Em julho desse mesmo ano, diz Tâmis Peixoto Parron, Mello Mattos, percebeu com muita agudeza que os dois atores, até então antagônicos na Inglaterra (fazendeiros caribenhos e abolicionistas), uniram esforços, não apenas para atacar o tráfico negreiro, como também para derrubar a instituição do cativeiro em outros países como o Brasil. Em sua opinião, os produtos nacionais ocupariam o vácuo no mercado europeu a ser criado pela abolição nas colônias inglesas e despertariam a raiva dos plantadores locais: “além das maquinações dos chamados promotores da liberdade dos negros”, diagnosticou Eustáquio que, “teremos contra nós a dos próprios colonos ingleses, os quais é de esperar que trabalhem para privar-nos das vantagens que podemos colher das suas desgraças<sup>206</sup>.” Continuando a argumentação de Parron, o ponto mais importante na correspondência de Mello Mattos, evoca a segurança social no Império. Em dezembro de 1833, o representante opinou que o governo deveria “empregar a maior vigilância a fim de que não se introduzissem no Brasil as mesmas doutrinas [antiescravistas ou abolicionistas] que hoje se tornam talvez indispensáveis à ruína da maior parte dos proprietários das colônias inglesas”.

Meses depois, o agente consular reiterava, agora em termos mais expressivos, que abolicionistas e plantadores, movidos “seja por fanatismo, seja por interesse”, tentariam a todo custo “destruir o sistema da escravidão que ainda existe no Brasil e que não pode deixar de arruinar as ditas colônias [inglesas] depois da emancipação dos seus escravos”. Mello Mattos chegava à conclusão de que o Brasil deveria aprovar “desde já alguma medida legislativa capaz de coibir os propagadores de ideias de liberdade entre os negros. Assim, pelas leis existentes, seria “pouca toda a vigilância e todo o rigor” para “obstar a que ninguém se arrisque a excitar direta ou indiretamente

---

206 PARRON, Tâmis Peixoto. *Política do tráfico negreiro: o Parlamento imperial e a reabertura do comércio de escravos na década de 1830. Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 29, nº 1/2/3, Jan-Dez 2007. pp.10-11. Importante lembrar que a Grã Bretanha privilegiava a importação dos produtos das suas colônias (Caribe e Antilhas) em detrimento dos produtos brasileiros como café, açúcar e outros. Somente com o fim da Corn Law em 1846, que os produtos brasileiros puderam competir em igualdade de condições. Cf. HARBER, Stephen H. e KLEIN, Herbert S. As consequências econômicas da independência brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, n 33, julho 1992, pp. 236-248.

descontentamento e a revolta dos negros em nenhum ponto desse império”.<sup>207</sup> Desta forma, percebemos claramente como bem treinados foram os pensionistas para defenderem os interesses do Estado. Além disso, essa querela política reforça as contradições no projeto político que então se implantava. A este respeito José Murilo já havia observado quando se debruçou sobre a política imperial,

Tanto as ideias e valores que predominavam entre a elite, como as instituições implantadas por esta elite mantinham relação ambígua de ajuste e desajuste com a realidade social do país: uma sociedade escravocrata governada por instituições liberais e representativas; uma sociedade agrária e analfabeta dirigida por uma elite cosmopolita voltada para o modelo europeu de civilização<sup>208</sup>.

Voltemos ao Pereira da Cunha. Em 1828 foi encarregado da legação imperial na Prússia, sendo o primeiro representante brasileiro neste reino. Nesta missão permaneceu até 1830, sendo-lhe instruído pelo MNE para,

vigiar sobre a escrupulosa observância do tratado felizmente concluído entre ambas coroas e propor quaisquer medidas que lhe ocorrerem e sirvam para estreitar e consolidar as nossas relações políticas e comerciais com a Prússia, podendo mesmo V. Exa. Nomear interinamente agentes comerciais, na ausência do cônsul-geral do Império, a quem compete tais nomeações<sup>209</sup>.

A análise dessas instruções sugere de imediato alguns questões interessantes. Primeiramente, a colaboração dos pensionários de D. Pedro I com a construção do Estado Imperial, assim “pagando sua dívida de formação”. Em segundo lugar, percebemos uma circularidade muito expressiva desses “homens de Estado” em cargos diplomáticos no estrangeiro. Era “raro” um agente diplomático passar muitos anos no mesmo posto. Esta circularidade também valia para os cargos políticos. A respeito dessa circularidade, José Murilo de Carvalho destaca que esse fácil trânsito dos oficiais entre tarefas propriamente militares e cargos políticos constituiu a estratégia básica de organização

---

207Idem.

208 CARVALHO, op. cit. p.162

209 Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação diplomática. Ano III, nº 4, 2004. p.87 (AHI 435 03 03, Despacho, RJ, 17 jun. 1828)



política de base burocrática. O Império resgatava a velha prática portuguesa de fazer circular seus funcionários a fim de que pudessem acumular uma vasta experiência de governo e, ao mesmo tempo, evitar a identificação com interesses regionais<sup>210</sup>. Um traço marcante é que esse treinamento apostava na necessidade de levar o político - militar a conhecer outras realidades nas diferentes províncias do Império brasileiro. Num país geograficamente tão extenso e diversificado, porém pouco integrado, a ampla circulação geográfica e por cargos dos burocratas da elite política buscava desenvolver um efeito unificador, garantindo uma certa homogeneidade de atuação e propósitos.

Entretanto, mesmo os oficiais que não se envolveram diretamente na política, apresentavam possibilidades de circulação particulares às exigências de sua carreira. Seja em serviços meramente burocráticos ou como encarregados de construção de portos, estradas, atividades nas quais a maioria dos capitães de engenheiros estavam envolvidos. Seja também na participação estritamente militar, tal como o militar José Vicente Amorim Bezerra. Logo após sua viagem de qualificação na Escola Real de Estado-Maior em Paris para "aperfeiçoar seus estudos", Amorim Bezerra, foi mandado em comissão para levantar a planta da Estrada da Serra da Vila de Paraty, ficando até outubro de 1832 nesta função (10 meses). Além de sua passagem como diretor, respectivamente, pela Fábrica de Pólvora da Estrela (Nov/1832 a mar/1834) e, pela seção de Obras Públicas (21/05/1834 a 07/06/1837), em 1837, assume a inspetoria geral das obras públicas do município da corte<sup>211</sup>.

Como Major esteve junto à Caxias no conflito do Maranhão.<sup>212</sup> Já tenente coronel, combateu os paulistas da Revolução Liberal de 1842, e comandou a tropa imperial vitoriosa frente aos revoltosos liderados por Antonio Joaquim Viana, perto da fazenda (engenho) Chapadão em Campinas.<sup>213</sup> Como Coronel, liderou as tropas imperiais contra os praieiros na batalha de

---

210 CARVALHO, op.cit., p. 94.

211 AHEX, Fés-de-ofício, pasta: V/14/142.

212 Cf. MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 a 1840. *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do IHGB*, Tomo X, 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1870. p. 316, 331 e 338.

213 ROCHA, Cristiany Miranda. A história de Guilhermina e sua família: um estudo de caso sobre parentesco escravo, tráfico ilegal de africanos e liberdade, em Campinas, no século XIX.

<http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/content/uploads/arquivos/pdf/guilhermina.pdf>

Muçupinho (região do engenho de Maçupinho), em 14/11/1848<sup>214</sup>. Para muitos historiadores militares, a vitória das tropas imperiais foi muito importante para os rumos da própria Praieira. Entre 1840-41, foi diretor do Arquivo Militar e também de Obras Públicas (1841-42). Em 1843 foi empregado a serviço do presidente da província do Rio de Janeiro nos trabalhos de agrimensura e escolha dos terrenos para a colonização<sup>215</sup>. Em 1849, ainda Coronel, José Vicente foi nomeado presidente da Província da Paraíba.

Adriana Barreto chama atenção para um aspecto que colaborava com a ascensão hierárquica do oficial militar no início dos oitocentos: a atuação política. Desta forma, as trajetórias de Cândido Batista de Oliveira, João Pereira da Cunha, Eustáquio Matos, José Vicente Amorim Bezerra, e como veremos mais adiante, também Frederico Carneiro de Campos, Henrique Luiz Bellegarde e Paulo Barbosa confirmam que ser oficial na primeira metade do século XIX, era antes uma honraria do que uma profissão. Nesse ponto, a expressão *exército aristocrático* ou de *antigo regime* é muito apropriada para qualificar esses oficiais.

Executando uma atividade diferenciada, a trajetória José Florindo Figueiredo da Rocha une-se também ao interesse de se destacar frente à coroa. Natural do Rio de Janeiro, Florindo bacharelou-se em Filosofia pela Universidade de Coimbra (1821). Em 07 de janeiro de 1825, foi expedido um aviso do ministro do Império (Estevão Ribeiro de Resende, barão com grandeza Marquês de Valença<sup>216</sup>), ao ministro dos Negócios dos Estrangeiros (Luís José de Carvalho e Melo, primeiro visconde com grandeza da Cachoeira) solicitando que fossem expedidas ordens para que os agentes diplomáticos brasileiros na Europa prestassem auxílios ao bacharel, na sua viagem pela Europa para estudar metalurgia à custa do Estado imperial, que o concedeu uma pensão de seiscentos mil réis<sup>217</sup>.

---

214 DONATO, Heraâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. 2ª ed., rev. e ampliada. São Paulo: IBRASA, 1996. p. 374.

215 AHEX, Fés-de-ofício, pasta: V/14/142.

216 Estevão Ribeiro de Resende foi Barão com grandeza, em 12/10/1825; conde, por decreto imperial de 10/10/1826; e marquês, por carta concedida de D. Pedro I em 29/11/1829.

217 SANT'ANNA; BOSISSIO, op. cit., p. 137.

Na viagem de instrução, José Florindo esteve encarregado de se instruir nas “doutrinas de metalúrgicas”. Sua viagem de comissão e aperfeiçoamento estava voltada, sobretudo a visitas em diversos estabelecimentos de ensino, “para assim adquirir aptidão e facilidade nos trabalhos concernentes a larva de minas metalúrgicas”, e foi com esse intuito que o bacharel foi mandado à Europa pelo governo,

[José Florindo] Devendo para melhor conseguir preferir a escola Alemã a qualquer outra, julguei todavia necessário (juízo que mereceu a aprovação do mesmo governo) a prévia aquisição em França dos conhecimentos preliminares a um estudo de semelhante natureza. Um curso prático ou manual de química, além de me ser positivamente recomendado mas minhas instruções, que julgo que concordes com as que ao Sr. Conselheiro Gameiro (...) As poucas considerações que acabo de fazer, relativas aos meus estudos, julgo dever levar ao conhecimento de V. Ex. a fim de me facilitar e ampliar os meios, com que possa algum dia vir a pôr em prática em meu país, ou a comunicar aos meus compatriotas o que se sabe relativamente a Metalurgia nos lugares onde existem mestres mais hábeis e estabelecimentos mais célebres<sup>218</sup>.

Há que se chamar atenção para o pleno domínio da escrita, e a forma eloquente com que o bacharel escreve. Em segundo lugar, o comissário demonstrava estar inteiramente atento para inovações de sua área de atuação. Não foi por acaso, que logo após sua viagem de qualificação, ele foi convocado para assumir a cadeira de Física na Academia Militar em 1845<sup>219</sup>. Antes, porém, em 1830, José Florindo esteve encarregado na Itália, da remessa de documentos e de uma coleção de produtos mineralógicos e geognósticos do Vesúvio remetida por Teodoro Monticelli ( Secretário da Academia Real das Ciências de Nápoles) para o Museu Nacional.

Em 1854, o bacharel se destacou como autor do projeto da construção da primeira ferrovia do Brasil (estrada de ferro Mauá de 1854), ao lado de ilustres e conhecidas figuras políticas, como Bernardo Pereira de Vasconcelos Paranhos da Silva.

---

218 AHI, 439 05 01, pasta, 18 (correspondência de José Floriano de Paris em 19-10-1825)

219 Arquivo Histórico do Exército. Requerimento de Joaquim Pessoa da Silva. Maço n. 85/pasta 2538. É um atestado assinado por ele que informa a frequência nas suas aulas do aluno Joaquim Pessoa da Silva. ver também, Sant' Anna, Sabrina Marques Parracho; Bosissio, Rafael de Almeida Daltro. *Inovações tecnologias e transferências tecnocientíficas: a experiência do Império brasileiro*. RJ: CHDD; FUNAG, 2010. p. 137

Voltemos agora à estadia na França. Os primeiros anos de estudos como planejados, o Florindo passou em Paris, pesquisando no laboratório com Mr. Dubois. Posteriormente, partiu para Alemanha, e de lá seguiu para diferentes escolas. Na ocasião em que estive na Alemanha temos o seguinte relato,

A minha viagem tem sido feliz e bastante proveitosa: dos estabelecimentos marcados no meu itinerário como notáveis, resta-me só o de Chepy, cuja proximidade desta cidade permite-me de visitar, enquanto aqui me demoro, e o Chatillon, que ficará reservado para o meu regresso da Suíça, para onde tenciono partir para geognosticar um pouco, logo que, com a resposta de V. Ex. as minhas finanças sofrerem alguma melhora<sup>220</sup>.

Este relato demonstra a passagem do pensionista por diferentes estabelecimentos na Europa. Numa tentativa de ampliar ao máximo sua qualificação, sempre comprometida com o projeto civilizatório do Império. Neste sentido, os pensionistas deveriam abrir os olhos para todo tipo de inovação na Europa, sobretudo no campo militar, mas não se limitavam a esta área. Cada estudante, e comissionado, de um maneira particular, trazia de sua experiência no exterior, não apenas uma formação acadêmica europeia, mas um ideal de civilização.

Outro pensionista que precisa ser melhor estudado é José Xavier Calmon da Silva Cabral. Filho de desembargador e conselheiro, Francisco Xavier Cabral da Silva e de Ana Romana de Aragão Calmon, condessa de Itapagipe. José Xavier Calmon da Silva Cabral<sup>221</sup>, como se pode notar, era filho de uma importante família da Bahia, e teve sua breve passagem por Paris estudando no Exército (tática, estratégia, artilharia e engenharia). Breve, pois o pensionista faleceu nesta mesma cidade em 1827, tendo Paulo Barbosa<sup>222</sup> organizado financeiramente e diplomaticamente o velório. Silva Cabral deixou uma série de dívidas com o seu professor<sup>223</sup>.

---

220AHI, 439 05 01, pasta, 18 (correspondência de José Florindo da Alemanha 26-05-182?)

221 Irmão do Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral, 1º barão de Itapagipe.

222 Paulo Barbosa da Silva será melhor estudado no capítulo 3.

223 “Senhor o Ministro, queira antes de tudo receber os meus agradecimentos para a extrema obrigação que você aceita me testemunhar, e que concorda perfeitamente com a ideia que deu do seu caráter o defunto senhor de Cabral, que era bem ligado a você, e tomava prazer a me falar muitas vezes de você. O que me devia o coitado aluno é pouca coisa. Segundo um arranjo particular e que ele tinha desejado, concordamos por 60 francos por mês. As aulas oferecendo muitas lacunas, como eu já tive a honra de pedir pra você, os três meses e meia com que elas se reduzem,

“Senhor o Ministro, queira antes de tudo receber os meus agradecimentos para a extrema obrigação que você aceita me testemunhar, e que concorda perfeitamente com a ideia que deu do seu caráter o defunto senhor de Cabral, que era bem ligado ao senhor, e tomava prazer a me falar muitas vezes do Senhor. O que me devia o coitado aluno é pouca coisa. Segundo um arranjo particular e que ele tinha desejado, concordamos por 60 francos por mês. As aulas oferecendo muitas lacunas, como eu já tive a honra de pedir para o senhor, os três meses e meio com que elas se reduzem, colocam elas [as dívidas] até a nota total de 210 francos”.<sup>224</sup>

Silva Cabral não produziu nenhuma memória sobre sua área de estudo. Entretanto, sua trajetória exemplifica, como já apontado em outro momento, que a concessão de pensões de estudos tratava-se de uma prática de antigo regime que privilegiava, as relações de parentesco e favorecimento político.

Já a análise da carreira de Frederico Carneiro Campos fornece informações interessantes sobre as atividades dos militares na política. Partindo da premissa que observa o perfil do Exército não como uma organização propriamente militar moderna, podemos afirmar que os pensionistas do Primeiro Reinado participavam da elite política imperial menos por sua identidade profissional do que por uma combinação de origem social e atuação política.

Aparentado com Francisco Carneiro de Campos<sup>225</sup> (ministro dos Negócios estrangeiros 1830-1832), Frederico Carneiro de Campos bacharelou-se em Matemática e Belas Letras pela Universidade de Paris. Tendo estudando astronomia e navegação e instrumentos próprios desta Arma no Observatório da Marinha em Brest,

---

colocam elas (as dívidas) até a nota total de 210 francos”. Gerard Janin. Relatórios dos pensionários 439 05 01 – Paris 31.07.1827

224 Gerard Janin. AHI - Relatórios dos pensionários 439 05 01 – Paris 31.07.1827

225 Irmão de José Joaquim Carneiro de Campos, o Marquês de Caravelas, Francisco Carneiro de Campos era formado em Leis pela Faculdade de Coimbra, e teve papel importante na política e na justiça. Participou da Junta Provisória da Bahia de 1822, foi deputado da Constituinte de 1823 e nomeado Senador pela mesma província, em carta imperial de 19 de abril de 1826. Em decreto de 2 de abril de 1824, foi nomeado Desembargador da Casa da Suplicação, Desembargador de Agravos, graduado em decreto de 12 de outubro de 1827, e Desembargador de Agravos, em decreto de 18 de outubro de 1829, tudo na Casa da Suplicação. Foi Ministro de Estado da pasta dos Negócios Estrangeiros nos Gabinetes de 4 de outubro de 1830, 19 de março, 17 de abril e 16 de julho, todos do ano 1831. Em decreto de 31 de janeiro de 1835, foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça na vaga ocorrida com o falecimento de Luiz Joaquim Duque-Estrada Furtado de Mendonça; tomou posse no dia 17 do mês seguinte. <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=259>

Quando cheguei aqui [Brest] fui procurar o Beltrão [pensionário] e fui com ele saber a maneira com que deveria seguir meus estudos: disserão-me que para poder frequentar os cursos me era preciso ordens do conde de Chabral ao comandante da Marinha aqui<sup>226</sup>.

Como já observado no capítulo anterior, a admissão dos oficiais luso-brasileiros nas Academias europeias era regulamentada pela diplomacia imperial. De fato, sem este suporte, era vetada a admissão dos oficiais nas aulas. Afinal, tratava-se de estudos específicos que cada nação europeia estava desenvolvendo sobre exército, marinha, mineralogia, etc. Em julho de 1827, temos o seguinte relato,

Aqui [Mertz] cheguei ontem e fui logo indagar o que era preciso para frequência da escola de artilharia. Primeiramente é preciso uma ordem do governo francês para entrar na escola e aproveitar tudo o que puder ser útil; para que me franqueiem todos os estabelecimentos onde meus estudos me pedirem a entrada: é preciso que V. Ex<sup>a</sup> mande-me dar 100 francos para comprar livros de que tenho necessidade. Os cursos da escola que me são úteis estão um pouco avançados, é conseqüentemente preciso estudar bastante para me por a par das matérias passadas e poder continuar com os outros estudantes (...) rogo, pois, a V.Ex<sup>a</sup> que mande primeiramente ordens para entrar na escola<sup>227</sup>.

O militar Carneiro de Campos, logo após seu regresso em 1828, participou como engenheiro na construção de estradas na província da Bahia. Tendo sido encarregado do levantamento da planta da cidade do Rio de Janeiro (1858) e da carta geográfica dos terrenos contestados entre o Império do Brasil e a Guiana Inglesa, trabalhos posteriormente publicados<sup>228</sup>.

Em 1830, foi nomeado para a comissão de inspeção dos hospitais militares e participou, nesse mesmo ano, da comissão da inspeção das fortalezas. Atuou como chefe da 1<sup>a</sup> Seção de Obras Públicas da Bahia entre 1841 e 1842. Sua atuação não se restringiu apenas a área de sua formação, tendo exercido importantes cargos políticos: em 1834, elegeu-se deputado geral pelo Rio de Janeiro, posteriormente desligado desta função para ir à Europa se instruir e tratar de objetos relativos à

226 Relatórios dos pensionários 439 05 01 – Correspondência de Frederico Carneiro de Campos em 16-08-1826 Brest .  
227 Idem.

228 CAMPOS, Frederico Carneiro de. Relatório apresentada à Assembleia Legislativa provincial da Paraíba do Norte. Pernambuco, Typ. de Santos & Cia, 1845.; CAMPOS, Frederico Carneiro de. Planta da cidade do Rio de Janeiro organizada do Arquivo militar pelos officias: F. Carneiro de Campos, A.J. de Araujo, M.F.C. de Oliveira Soares e A.L. de Abreu. [Rio de Janeiro]: Arquivo militar, 1858.

Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, da qual foi diretor<sup>229</sup>. Foi presidente da província da Bahia (1844-1848).

Quando indicado presidente da província<sup>230</sup> do Mato Grosso, foi capturado pelos paraguaios em 12 de novembro 1864 a bordo do navio mercante imperial Marquês de Olinda no rio Paraguai. De fato, após esse episódio, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Paraguai e teve início a guerra (1864-70). Assim, na guerra contra o Paraguai os capitães de engenheiros foram figuras essenciais. Tal guerra exigiu desses engenheiros conhecimentos e técnicas para usos bélicos, tais como a construção, no Arsenal da Marinha de uma esquadra moderna, que segundo Marinho acabou fazendo a diferença na conclusão do conflito<sup>231</sup>.

Frederico não retornou mais ao Brasil, pois faleceu na fortaleza paraguaia de Humaitá em 1867. No Arquivo do IHGB encontra-se seu testamento, vale a pena citá-lo,

Na idade já bem avançada de 61 anos que completei aos 25/07/1865, achando-me a há mais de 10 meses, prisioneiro da nação paraguaia, e mais sem poder conjecturar quando me seja facultado regressar ao meu país: Sentindo-me com a mais enérgica coragem para resistir a todos os sofrimentos porque tenho e terei de passar inerentes a desventura e muito imprevisível posição em que me vejo, mas temendo sucumbir de repente, pois o mal que me afetou o coração se tem muito agravado com a correspondência nas costas pelo lado esquerdo abaixo da clavícula, reconheci que apesar de ser casado e de ter uma filha, hoje viúva, e uma neta, meus herdeiros legítimos, e inteiramente também do meu agrado, constituindo minha família própria, e a qual sempre votei e voto o mais fervente afeto e pura amizade e pela qual aqui me fino de saudades. Me era indispensável fazer algumas declarações, e aproveitar o ensejo para recomendar a esta minha família algumas coisas que reputo importante (...)<sup>232</sup>.

Outro oficial também envolvido com a guerra contra o Paraguai foi o comandante do Corpo de Estado-Maior, Ernesto Augusto Cesar Eduardo de Miranda (1865). Entretanto, devido à sua

---

229 BLAKE, Sacramento. Dicionario bibliographico brasileiro. vol. 3. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p. 153-155. AHEX, Fês-de-oficio, pasta: III/17/15; IHGB 576 Pasta: 30. A respeito da fábrica de ferro São João de Ipanema em Sorocaba, São Paulo, Cf. SANTOS, Nilton Pereira dos. *A fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do segundo reinado (1860-1889)*. 2009, São Paulo. Dissertação de Mestrado (História Econômica) Universidade de São Paulo; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. A fábrica de Ipanema e o trabalho escravo no Brasil In: XIX Simpósio Nacional de História, 1997, Belo Horizonte.

230 Havia uma certa preferência por militares para presidir as províncias que se encontravam rebeladas ou envolvidas em alguma agitação política

231 MARINHO, op.cit. p. 107

232 Arquivo IHGB, n.576 Pasta: 30

precária saúde, regressou à corte no mesmo ano, sendo reformado no posto de Marechal de Campo. Natural de Lisboa, o coronel Ernesto Augusto esteve na direção do Hospital Militar da Corte (1858 e 1864). Antes disso, participou da pacificação da província de Minas Gerais em 1842 e, por isso, foi-lhe conferido a patente de tenente-coronel<sup>233</sup>. Em 1827, Ernesto Augusto estudou na 2ª Divisão da Escola de Aplicação do Corpo Real de Estado-Maior de Paris junto com o pensionista José da Silveira Sampaio<sup>234</sup>.

Outro ex-pensionista envolvido em pacificação de províncias foi José Bonifácio Caldeira de Andrade. Como já ressaltado no capítulo anterior, Caldeira de Andrade era filho de uma importante família proprietária de terra e escravos em Minas Gerais e prestou serviços na campanha de 1822 e 1823 na província da Bahia, fazendo parte do “beligerante exército pacificador”, por causa de seus serviços na campanha da Independência, foi agraciado com a Ordem de Cristo. Em julho de 1839, já na patente de coronel, repeliu os revolucionários farroupilhas da Freguesia de São José da Terra Firme (onde atuou como juiz de Paz entre 1829-1840), na província de Santa Catarina <sup>235</sup>.

Antes disso, teve a “fortuna” de ser um dos oficiais agraciados para se instruir na “arte da guerra” na Escola Real de Pontes e Calçadas de Paris e depois na Real Universidade de Pisa. Matriculou-se nesta última no curso de Matemática, devido ao clima ser mais apropriado ao seu estado debilitado de saúde (sofria de uma moléstia crônica, tinha graves ataques quando executava qualquer tipo de exercício)<sup>236</sup>. Obedecendo as ordens do governo regressou com seus colegas militares para o Brasil, onde lhe conferiu uma praça no Batalhão nº 14 da 1ª seção. Em 1838, foi Juiz de Paz. José Bonifácio Caldeira de Andrade teve uma longa passagem na política imperial, sendo eleito deputado em várias legislaturas da Assembleia Provincial Legislativa de Santa

---

233 AHI 439/05/01 e AHI 435/03/01 - Despacho de 26/02/1825, n. 49, de Luís José de Carvalho e Melo ao Domingos Borges de Barros. SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889. v. 1. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1940. p. 84-85.

234 AHI 439/05/01 – Despachos de Paris (“Pensionistas do Estado”, 1826). Pasta N. 15

235 Arquivo Histórico do Exército. Requerimento de José Bonifácio Caldeia de Andrade. Maço nº197/ pasta 4858.

236 Idem.



Catarina<sup>237</sup>.

Natural de Lisboa, João Vicente Gomes sargento-mor do Regimento de Artilharia de Santos (na ocasião em que foi agraciado com a pensão de estudos) foi enviado pelo governo imperial para "observar obras de engenharia" em Paris, Dijon, Genebra e Itália<sup>238</sup>. Em sua passagem por Genebra em julho de 1826, temos o seguinte relato de viagem,

Dou parte a V. Ex.<sup>a</sup> que ontem às 3 horas da tarde chegamos a esta cidade, tendo-nos demorado em Dijon três dias, não só para descansarmos, como para ver as obras do canal de Borgonha, que tem ali sem princípio: aqui pretendo demorar-me mais tempo para fazer uma viagem ao redor do lago, e ver o que há de mais remarcável relativo a minha profissão. Nesta ocasião escrevo a Paulo Barbosa para se entender com V. Ex.<sup>a</sup> sobre o recebimento e remessa de meus vencimentos e ajuda de custo que pedi neste mês, para que me sejam remetidos breve a fim de poder seguir para Itália<sup>239</sup>.

Uma informação importante que transparece do relato acima, diz respeito ao objetivo da missão do pensionário em observar as obras no canal de Borgonha. De fato, o que se verificou até acompanhado as trajetórias dos pensionários é que após a qualificação no exterior, os conhecimentos específicos adquiridos nas escolas europeias foram imediatamente praticados no Império, principalmente na construção de canais como se verá mais adiante. Conforme já apontado em outra ocasião, João Vicente Gomes residia no mesmo local que Joaquim Cândido Soares de Meireles [também pensionário de Medicina] e Paulo Barbosa, por isso, solicitou a este último que se entendesse com o representante da legação imperial em Paris a cerca de sua ajuda de custo e o envio de seu vencimento para sua próxima viagem de instrução.

Em 27 de maio de 1827 localizamos o seguinte relato escrito em Toulouse,

É do meu dever participar a V. Ex.<sup>a</sup> o progresso da minha viagem, por isso V. Ex.<sup>a</sup> perdoará se retomo alguns instantes. Parti de Paris para Nantes, onde [fiquei] 9 dias para ver o que havia de curioso, e dali passei a Rochefort, onde me demorei um dia e meio e participara Bordeaux, foi em Bordeaux que me demorei mais tempo, não só para descansar, como pela demora que teve a remessa de dinheiro de Paris, e foi a 19 que pude sair para esta cidade

---

237 Cf: <http://www.fidelis-soares.com/getperson.php?personID=I020541&tree=LITNSC>

238 AHI 439/05/01 e AHI 435/03/01 - Despacho de 26/02/1825, n. 49, de Luís José de Carvalho e Melo ao Domingos Borges de Barros.

239 AHI 439/05/01, Pasta nº 9 – Relatório do pensionário João Vicente Gomes a Visconde da Pedra Branca em 26 de julho de 1826.

[Toulouse], onde devia chegar a 21 do corrente mês, mas cheguei a 23, isto por causa de ter a nossa diligência se nutrido pela agora, e sermos obrigados a saltar para próxima<sup>240</sup>.

Logo em seguida, em junho do mesmo ano, o pensionista, agora já na patente de major, foi designado em comissão especial para conhecer o arsenal de Toulon. Enquanto se encontrava em Marselha, o major de Artilharia da Praça de Santos remeteu uma carta ao visconde da Pedra Branca solicitando que este entrasse em contato com governo francês e rogasse autorização para sua visita ao tal arsenal, assim como a devida permissão para conhecer objetos relativos da “ciência militar” em Toulon<sup>241</sup>. Em julho do mesmo ano, sua entrada referido arsenal foi autorizada.

As fontes sobre João Vicente Gomes são limitadas. Entretanto, talvez seja suficiente dizer que ele frequentou a Imperial Academia Militar por sete anos. Também atuou como lente de Matemática em Santos. Em 1842, estava na patente de coronel do Imperial Corpo de Engenheiro, pertencendo à primeira classe do exército.<sup>242</sup>

Como se pode notar, a vida profissional de Frederico, Ernesto Augusto Cesar, José Bonifácio Caldeira de Andrade, João Vicente Gomes, assim como de todos os pensionários foge à ideia moderna de um militar, isto porque a profissão militar simplesmente não existia no Império no início do século XIX. Concordando com Barreto, executando diferentes atividades, as trajetórias desses oficiais unem-se no interesse de se destacar frente à coroa. Observamos que a atuação política tem por referência a condição de súdito. Era mais importante a fidelidade à monarquia do que prestar “bons serviços” na área militar. Entretanto, é necessário ressaltar, que nem todos pensionistas foram fiéis vassalos de sua majestade imperial. Vejamos a trajetória de João Reinaldo de Verna Bilstein.

Natural de Portugal, João Reinaldo de Verna Bilstien bacharelou-se em Belas Letras, obteve conhecimento teórico e prático dos trabalhos de pontes e calçadas, e de reconhecimento de militares

---

240 Idem. Relatório do pensionário João Vicente Gomes a Visconde da Pedra Branca em 25 de maio de 1827.

241 Idem. Relatório do pensionário João Vicente Gomes a Visconde da Pedra Branca em 11 de junho de 1827

242 Cf: decreto nº 260 do 1º de dezembro de 1841, e decreto nº 159 de 25 de abril de 1842.

de campanha, tudo o que tinha particular aplicação ao serviço de engenharia, abrangendo uma parte essencial das funções que compete à mesma arma. O oficial seguiu seus estudos na Academia Militar até o 5º ano, nos quais foi aprovado e premiado, parando os estudos na época em que marchou com seu batalhão na divisão cooperadora da boa ordem. Como sargento-mor de Estado Maior do Exército, foi nomeado para ir à Europa seguir estudos militares e de engenharia nas escolas da França, e tendo-se nelas se aplicado aos ramos que formam os cursos do Corpo de Engenheiros e Estado Maior, de Ponte e Calçadas e de Estado-Maior (a fim de aperfeiçoar estudos)<sup>243</sup>.

Filho da nobreza palaciana (sobrinho da Condessa de Belmonte, Maria Carlota Verne), João Reinaldo de Verna Bilstein, desde sua passagem pela Europa, demonstrou intensa insatisfação com o tratamento que lhe era dado pela legação imperial em Paris, principalmente no que tangenciava aos privilégios. Constantemente, nos seus relatórios transparecem certo incômodo em relação ao governo, que de acordo com ele, privilegiava aos capitães de engenheiros, Paulo Barbosa e Henrique Bellegarde, com vencimentos superiores ao seu, estando ele, no entanto, na mesma patente,

Tendo sido nomeado para seguir os meus estudos em França (...) o artigo 2º das instruções que acompanham os pensionistas da Nação; que aqueles cujos vencimentos fossem superior a 50\$000 réis por mês, receberiam igualmente em França. E vendo que dois capitães do Imperial Corpo de Engenheiros, os quais se achavam em comissão na ocasião que foram nomeados, continuarão e continuam a receber os seus vencimentos, como se nele permanecessem. Vou desta maneira a presença de V. Ex<sup>a</sup> expor-lhe que sendo aqui serviço que faço, idêntico ao daqueles capitães, não há, segundo eu creio, razão alguma para a diferença dos pagamentos<sup>244</sup>

Meses depois, Bilstein, furioso reclamava junto ao visconde da Pedra Branca a cerca de uma memória sobre estradas produzida por ele, datada em 25 de dezembro de 1826, e remetida à legação para ser devidamente encaminhada a Secretária dos Negócios da Guerra. O oficial ficou aborrecido,

243 AHI 439 05 01 - Relatório de João Reinaldo Verna Bilstein, Paris, 22 de fevereiro de 1826; AHEX. Requerimento de João Reinaldo de Verna e Bilstein. Maço nº 54/ pasta 1615.

244 Idem.

devido ao silêncio que se precedeu a sua memória, a qual não teceram nenhum elogio, nem comentários, “recusando a minha consciência que ela fosse menos digna de atenção do que as de alguns dos meus camaradas, que por avisos da mesma secretaria tem sido elogiados”<sup>245</sup>. Pelo que se deixa transparecer nas fontes, a passagem de Bilstein na França foi permeada por intrigas, problemas financeiros e insatisfação. Apesar desse descontentamento com o governo, após seu retorno ao Brasil em 1828, Bilstein participou de um levante militar em Ouro Preto (MG) em 1833, que, entre várias propostas e medidas concretas, propunha a restauração de D. Pedro I<sup>246</sup>. Revolta ligada aos restauradores ou reação puramente local<sup>247</sup>, a sedição militar, que teve a participação de ex-pensionistas, evidenciou algo que já destacamos inúmeras vezes, que diz respeito ao compromisso desses homens com a monarquia.

O movimento de 1833 foi energeticamente abafado pela regência, e Bilstein, uma das lideranças do levante, foi condenado a galés perpétuas. Entretanto, sua pena foi transformada em exílio no Rio Grande do Sul, e em 1835 ele foi anistiado<sup>248</sup>.

Natural da Bahia, Joaquim Pessoa da Silva foi agraciado com a pensão de instrução em 1825, para estudar na Escola Politécnica entre os anos 1825-1826<sup>249</sup>. Imediatamente após seu

245 Idem

246 A Revolta do Ano da Fumaça, como ficou conhecida a Sedição Militar de Ouro Preto, foi um movimento promovido pelos restauradores em Minas Gerais, “aproveitando-se da ausência do presidente da província, Mello e Sousa, partidário do governo regencial, marcharam sobre Ouro Preto e assumiram o poder na então capital mineira”. Segundo Andrea Lisly, “apesar da clara continuidade dos movimentos ocorridos em 1831, houve uma mudança fundamental na Revolta do Ano da Fumaça: desta vez, os mestiços, escravos e forros foram mantidos afastados diferentemente de outros movimentos”. Cf. GONÇALVES, Andrea Lisly. No cravo e na ferradura. [www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/no-cravo-e-na-ferradura](http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/no-cravo-e-na-ferradura). Conferir também: IGLÉSIAS, Francisco. *Minas Gerais*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978, t. II, vol 2; ANDRADE, Francisco Eduardo. “Poder local e herança colonial em Mariana: faces da Revolta do ‘Ano da Fumaça’ (1833)”. In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: UFOP, 1998. pp. 127-135; GONÇALVES, Andréa Lisly *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. São Paulo: Hucitec, 2008.

247 Há uma divergência sobre a Revolta da Fumaça. Para Wlamir Silva, o movimento foi local e não estava relacionado com um movimento mais amplo dos Restauradores. Andrea Lisly Gonçalves, diferentemente de Wlamir Siva, relaciona a Revolta com os Restauradores. Cf. SILVA, Wlamir. *Usos da Fumaça: A Revolta do Ano da Fumaça e afirmação moderada na Província de Minas*. In: *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora, vol.4, nº1, p 105-118, 1998; GONÇALVES (2008), op. cit.

248 LAMCOMBE, op.cit. p. 71; ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas*. [http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes\\_civeis/revolta\\_carrancas.pdf](http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/revolta_carrancas.pdf)

249 Em sua passagem pela Escola Politécnica não nos deixou nenhum relatório, memórias ou diário. Entretanto, localizei informações a seu respeito no Arquivo Histórico do Exército. Cf: Arquivo Histórico do Exército. Requerimento de Joaquim Pessoa da Silva. Maço n. 85/pasta 2538.

regresso da Europa, Joaquim Pessoa ingressou na Academia Militar da Corte. Nesta, cursou somente o 1º ano. Já em 1830, pediu auxílio financeiro ao governo para continuar seus estudos. Teve diversas dificuldades para completar seus estudos, pois estava muito envolvido nas repressões às revoltas regenciais (principalmente a Balaiada, no Maranhão). Em setembro de 1843, devido a problemas de saúde, paralisou novamente seus estudos. E mais uma vez em 1847, solicitou auxílio ao governo para dar continuidade aos estudos na Escola Militar do Rio de Janeiro<sup>250</sup>.

## **2.1 Reformas urbanas na Corte e a contribuições dos capitães de engenheiros**

Segundo Pedro Marinho, desde o início da colonização brasileira, os engenheiros militares exerceram um papel fundamental no Brasil. Primeiro, na construção de fortificações, e depois na delimitação do território, no planejamento das cidades e em atividades relacionadas ao magistério, tais como lentes nas aulas de fortificação da Bahia e, principalmente, a partir de 1699<sup>251</sup> do Rio de Janeiro. Localizada ao mar, junto aos alagados e às elevações, a cidade do Rio de Janeiro nasceu primeiramente deixando que a natureza ditasse os lugares de ocupação. Segundo Afonso Carlos dos Santos, o Rio de Janeiro tinha todo o exotismo do Novo Mundo, conforme aparece nas memórias dos viajantes estrangeiros, a cidade possuía ruas estreitas, com um ar de insalubridade, sendo atravessada pelo comércio de escravos.

A chegada da Corte transformou a cidade na nova capital do Império, intensificando o que Maria Odila Silva Dias denominou de a interiorização da metrópole<sup>252</sup>. Desta forma, houve investimentos necessários para torná-la adequada às novas funções. Segundo cronistas da época a

---

250 Arquivo Histórico do Exército. Requerimento de Joaquim Pessoa da Silva. Maço n. 85/pasta 2538.

251 MARINHO, op. cit. p. 96

252 DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole 1808-1853. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, pp. 160-184

cidade era “feia” e “suja”<sup>253</sup>. Isto porque o Rio de Janeiro, assemelhava-se mais a uma cidade africana, em função da grande quantidade de negros que circulavam por todos os cantos. De fato, havia muitos negros na corte, constituindo mais da metade da população naquele período. É válido lembrar, que entre os séculos XVI-XIX, o Brasil foi uma das regiões das Américas que mais importou escravos africanos, sendo o porto do Rio de Janeiro um dos principais fluxos da entrada de escravos<sup>254</sup>.

Esta imagem não cabia mais à capital do império, segundo os preceitos do processo civilizador. Este ao ser trazido para o “novo mundo”, apenas iria aguçar as contradições já existente. Ai está um dos contrastes que o projeto “urbanístico” desejava transformar. Neste contexto, a atuação dos capitães de engenheiros será de inestimável importância, no sentido de viabilizar este projeto “urbanístico”, visando transformar a cidade do Rio de Janeiro. Desta maneira, a engenharia adquiriria o status de conhecimento matemático particular, aplicável a situações práticas voltadas para a exploração da natureza e a melhoria das condições materiais de existência do ser humano.

No século XIX, vemos os engenheiros militares, em especial os pensionários, envolvidos em projetos e comissões de melhoramento dos portos, construção de canais, estradas, pontes e calçadas, e responsáveis diretos pelo mapeamento de províncias. Assim, os engenheiros militares garantiram o conhecimento e o controle que se faziam necessários à administração e, conseqüentemente, à construção do Estado. O prestígio desses homens era menos por sua atuação no campo de batalha do que em atividades que envolviam um conhecimento mais aprimorado em engenharia. Retornados das universidades europeias, os capitães de engenheiros tiveram um lugar cativo no projeto de melhoramento<sup>255</sup> da cidade do Rio de Janeiro. Ilmar Mattos, adequadamente, nomeou

---

253 SANTOS, op.cit. p.30-31 (os cronistas são Loccok e Mawe )

254 Idem, p.29

255 De acordo com o Dicionario da Língua Portuguesa, datado de 1889, da autoria de Antonio Morais Silva, a definição para “melhoramentos públicos” referia-se às “obras de utilidade ou embelezamento feitas pelo Estado, pelo município, etc. para uso e gozo da população: v.g. abertura de ruas, praças, abastecimento de águas, esgotos, iluminação, viação acelerada, edificações, jardins, etc.” (Cf. SILVA, Antonio Morais. Dicionario da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Empreza Litteraria Fluminense de A. A. da Silva Lobo, 1889). Os referidos melhoramentos possuíam uma relação direta com o trabalho dos engenheiros e, por sua vez, com as obras públicas no século XIX. Além

esta intenção de *laboratório* de medidas de “modernização” e controle do espaço urbano<sup>256</sup>.

Podemos perceber este esforço observando os resultados do projeto urbanístico em meandros do século XIX. Segundo Arthur Soffiati<sup>257</sup>, no século XIX, presencia-se uma verdadeira explosão de projetos desenvolvimentistas por parte das elites rurais e urbanas. Foi um período marcado pela construção de canais de navegação, como o de Cacimbas, o do Nogueira, o Campos-Macaé. A abertura desses canais, sem dúvida, favoreceu a circulação de pessoas e de mercadorias internamente, junto à navegação de cabotagem, permitindo o escoamento da produção, sobretudo de café.

Um grande impulsionador do desenvolvimento regional, na primeira metade do século XIX, foi o capitão de engenheiros, Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde<sup>258</sup>, chefe da 4ª Seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro, que se estendia do rio Itabapoana a Saquarema. Bellegarde traçou com detalhes um diagnóstico do sistema viário, da situação dos portos, das condições dos núcleos urbanos deste extenso território e ofereceu soluções com precisas estimativas de custo. Adverte ele em seu relatório que: “Escusado é aqui mencionar qual seja a importantíssima utilidade das estradas, e as pontes, em geral, e qual sua origem e desenvolvimento, desde os felizes dias da Grécia até os nossos, e qual finalmente o lugar eminente que elas ocupam entre os elementos materiais que indisputavelmente concorrem para a ventura de um Povo”<sup>259</sup>.

Dando continuidade ao projeto de construção do canal de Campos-Macaé, o já mencionado tenente-coronel, Ernesto Augusto Cesar Eduardo de Miranda trabalhou na comissão administrativa das obras Campos-Macaé como engenheiro diretor das obras em dezembro 1845, quando então

---

disso, estes melhoramentos poderiam ser tanto “materiais”, “morais” ou “públicos”, como também “urbanos”. In: MARINHO, op. cit. p. 212

256 MATTOS, op. cit, p. 264

257 SOFFIATI, Arthur. *Propostas de desenvolvimento para o Norte-noroeste Fluminense em perspectiva histórica*. VÉRTICES, v. 7, n. 1/3, jan./dez. 2005.

258 BELLEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer. Relatório da 4ª Seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa. 1837.

259 SOFFIATI, op. cit. p. 94

Aureliano de Oliveira Coutinho era presidente da província do Rio de Janeiro<sup>260</sup>. Esperava-se a conclusão do canal para o fim de 1848 ou início de 1849, entretanto, apenas em 1861 a navegação foi liberada, embora não estivessem totalmente encerrados os trabalhos em toda a sua extensão. Segundo Ana Lúcia Nunes Penha, o canal foi motivo de polêmicas e críticas em virtude dos infortúnios causados por obra tão extensa, dispendiosa e de demorada conclusão, que teve lugar em 1872. Após sua inauguração, o canal tornou-se obsoleto em virtude da construção da E. F de Niterói a Campos a partir de 1875<sup>261</sup>. Outro ex-pensionista envolvido com construções em Macaé foi o português, José Policarpo Pessoa de Andrade, que esteve no comando das fortificações de Macaé, litoral norte-fluminense em 1850<sup>262</sup>.

Enquanto, o tenente do Corpo de Engenheiros, Galdino Justiniano Pimentel, filho de um importante proprietário de terras na Bahia, foi estudar engenharia na Escola Politécnica na França, tendo frequentado o curso de Matemática Pura e de suas aplicações principais. Em 1842, alcançou a patente de tenente-coronel do Imperial Corpo de Engenheiros<sup>263</sup>. De acordo com informações do Dicionário Bibliográfico Brasileiro Sacramento Blake, a última patente de Galdino Justiniano Pimentel foi de marechal de campo reformado. Além disso, trabalhou na fazenda de Santa Cruz como superintendente. Foi fidalgo cavaleiro da ex-casa imperial, comendador da ordem de Cristo, cavaleiro da de S. Bento de Aviz e condecorado com a medalha da campanha da independência na Bahia, e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>264</sup>.

Publicou os seguintes relatórios: Relatório da segunda seção de obras públicas da província do Rio de Janeiro (1840); Memória sobre a escavação da Lagoa de Araruama; Projeto de

---

260 PENHA, Ana Lucia Nunes. Canal Campos-Macaé: política regional e epopeia de uma obra que não vingou (1837–1875). Trabalho apresentado no Laboratório de História Econômica – POLIS do Departamento de História da UFF – em 27 de novembro de 2009 e elaborado com base nos dados empíricos de pesquisa em andamento.

261 Idem.

262 Cf: [http://www.joaodorio.com/site/index.php?option=com\\_content&task=view&id=599&Itemid=117](http://www.joaodorio.com/site/index.php?option=com_content&task=view&id=599&Itemid=117)

263 Decreto nº 251, de 28 de Novembro de 1842 - Pensionistas do Exército. Relação dos oficiais que ficam pertencendo à primeira classe do Exército, na conformidade do decreto nº 260 do 1º de dezembro de 1841, e decreto nº 159 de 25 de abril de 1842.

264 BLAKE, Sacramento. Dicionario bibliographico brasileiro. Vol. 3. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. p. 172.



arruamento da Vila de Macaé (1840); e por último, o projeto de arruamento da cidade de Cabo Frio, em 1841. O original, à aquarela, deste trabalho, assim como o precedente, esteve na exposição de história pátria em 1881<sup>265</sup>.

Em 1836, Justiniano da Silva Pimentel encontrava-se encarregado da realização dos estudos necessários à racionalização do transporte fluvial em Itaguaí, quando então Paulino José Soares de Sousa era presidente da província do Rio de Janeiro. O oficial, ao que tudo indica, efetuou um estudo detalhado sobre a evolução demográfica e econômica da jovem vila de Itaguaí. Segundo ele, o total de 36 casas existentes em 1830, tinha-se elevado a 132 naquele ano; no mesmo período, as embarcações responsáveis pelo comércio marítimo com a capital do Império, antes somente quatro, passaram para 27; a exportação de café por Itaguaí passara de 50.000 a 400.000 arrobas, aproximadamente<sup>266</sup>.

O capitão Pimentel, em seu parecer final, teria proposto a construção de duas “valas navegáveis”. Uma delas se estenderia do porto conhecido como “da Viúva” até o saco da ilha da Madeira; a outra, cuja existência já estava prevista desde a criação da vila, cobriria o percurso entre a sede municipal e o Porto do Casaca. Os custos destas obras foram orçados em mais de oitenta contos de réis, quantia que, segundo o presidente, tornava inviável sua execução com recursos do tesouro provincial<sup>267</sup>.

Acompanhando os trabalhos dos capitães de engenheiros, pode-se constatar que a expansão e abertura de novos caminhos, tanto em terras fluminenses quanto paulistas, foi balizada pela expansão povoadora relacionada diretamente ao café, que determinou a necessidade de abertura de canis e estradas ligando os municípios cafeeiros<sup>268</sup>. Desta forma, era necessário o devido

---

265 BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional e Imprensa Nacional, 1883-1902.V. 3, p. 172 .

266 MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Um atalho entre a Corte e a província do Rio de Janeiro: o canal de Itaguaí*. In: ‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006. Cf. MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Uma família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder)*; Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2005.

267 Idem, p.2

268 Idem. p.5

aproveitamento dos rios e lagoas da região através de um sistema de transportes fluviais, à semelhança do que faziam as nações “civilizadas”.

Em relação aos demais pensionistas, infelizmente, não há informações precisas sobre o que lhes teria acontecido após a viagem de instrução. Sobre João Nepomuceno da Mota sabemos que estudou engenharia na Escola Politécnica de Pontes e Calçadas. Temos informações de que, em 1826, realizou exercícios e trabalhos gráficos relativos ao estudo da geometria descritiva<sup>269</sup>. É muito provável que tenha trabalhado como engenheiro militar. Em relação ao português, José da Silveira Sampaio, sabemos que estudou na Escola de Aplicação do Corpo Real do Estado Maior. Não localizamos seus dados biográficos<sup>270</sup>. No que se refere aos pensionistas Paulo Barbosa e Henrique Luís Niemeyer Bellegarde devo dizer que serão melhor estudados no próximo capítulo.

Como vimos até aqui, as pensões de estudos, na primeira metade do século XIX, apresentaram um nítido caráter utilitarista e imediatista, uma vez que foram concedidas de forma contingente, pelo menos no que diz respeito aos militares. Seu propósito consistia em qualificar mão de obra capaz de servir aos interesses imediatos do Estado em construção.

Tal como sugerido por Tânia Bessone, analisei os engenheiros militares como um grupo social, uma parcela da sociedade que percebia sua função e importância dentro do processo político e administrativo, procurei estudá-los dentro do contexto de uma sociedade com o predomínio de uma economia fundamentada na escravidão, mas em busca da civilização.

Como se pode notar, aqui desenvolvi um estudo sócio-profissional referente aos setores da elite político-militar, visto sob o aspecto da construção do Estado Imperial, sendo promotores da “civilização”. Além disso, a atuação dos ex-pensionistas, em particular dos engenheiros militares, nos fornece algumas pistas sobre o processo de melhoramento da província do Rio de Janeiro. Melhoramento visto aqui como sinônimo de civilidade. Este processo também refletiu o caráter

---

269 AHI 439/05/01 e AHI 435/03/01 - Despacho de 26/02/1825, n. 49, de Luís José de Carvalho e Melo ao Domingos Borges de Barros.

270 AHI 439/05/01 – Despachos de Paris (“Pensionistas do Estado”, 1826). Pasta N. 8

prático das pensões de estudos no início dos oitocentos. De fato, havia uma política de incentivo educacional-profissional e o imediato aproveitamento dos pensionários luso-brasileiros pelo Estado Imperial nas mais diferentes tarefas, seja atuando como militar burocrata, e/ou engenheiro militar, e/ou político-militar.

Assim, vale dizer que, dos numerosos relatos e cartas sobre a “ciência militar” e de memórias técnicas saídas a lume no período em questão, verificou-se que se incumbiam de missões os jovens oficiais e paisanos, em sua maioria, saídos da Academia Militar do Rio de Janeiro ou de outras universidades europeias, para levar a cabo uma política mais ativa de promoção da civilização.

### Capítulo 3

#### Da universidade de Paris ao Brasil imperial: duas trajetórias militares

O que se pretende realizar neste capítulo é a análise das trajetórias dos capitães de engenharia, Henrique Luís Niemeyer Bellegarde e Paulo Barbosa da Silva, buscando observar que o termo militar, à época, não denotava necessariamente uma identidade profissional. Para isto, é imprescindível entender o que representava ser militar no século XIX. Como se construía uma carreira militar dentro de uma sociedade de corte<sup>271</sup>? Neste período histórico, temos experiências diferentes do que era ser militar no XX. Conforme observa Morris Janowitz,<sup>272</sup> a construção de uma identidade militar é marcada por uma série de normas e regras. Ele sustenta, ainda, que o militar do início do século XIX, no Brasil, representava antes de tudo um elemento da aristocracia, um estrategista que respeitava a hierarquia. A complexidade do sistema burocrático da época e a permanências oriundas de uma sociedade do Antigo Regime impediam a elaboração de um quadro específico desse grupo de oficiais. A arte de combater é um antigo feito da humanidade. A profissão militar, contudo, é uma criação recente da sociedade moderna. Segundo Huntington, o oficialato foi um produto genuíno do século XIX. Representou uma das criações institucionais mais significativas desse século. O surgimento do corpo de oficiais como organismo autônomo não pode receber, naturalmente, datas precisas. Foi um processo gradual e paulatino, construído socialmente. No entendimento de Huntington, dois fatos se destacaram nessa construção: antes de 1800 não existia o que hoje se conhece por oficialato. Em 1900, tais organismos passaram a existir praticamente em todos os principais países europeus (Prússia, França e Inglaterra).<sup>273</sup>

Tratando-se do Império brasileiro, entendemos que a categoria profissional de oficialato

---

271 Segundo Kirsten Schultz, “Essa criação de cortesia em uma antiga capital colonial foi também definida como a garantia do bem-estar dos habitantes da cidade e a “segurança pessoal e tranquilidade” dos “fiéis vassalos” do príncipe regente.”. SCHULTZ, Kirsten. *Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar umacapital colonial*. Rio de Janeiro, 1808-1821. [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/v12n24a02.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v12n24a02.pdf) p. 10

272 JANOWITZ, Morris. *O Soldado profissional: Estudo Social e Político*. Rio de Janeiro: GRD, 1967. p. 210

273 HUNTINGTON, op.cit, p.37

inexistia. A Academia Militar era marcada pelo seu caráter desmilitarizado, e esse aspecto adiou a construção de uma identidade sócio-profissional militar, que foi construída, apenas no decorrer do século XIX.<sup>274</sup> Embora verificamos um esforço de inovação refletida nas pensões de estudos no estrangeiro em 1825, os oficiais luso-brasileiros atendiam mais as necessidades da aristocracia do que ao desempenho eficiente da função militar. Mais do que a riqueza, as origens familiares e a influência pessoal e política é que detinham a indicação e a promoção de oficiais.

Concordando com Morris, Adriana Barreto, também ressalta que a categoria militar, no início do século XIX, representava uma força do Antigo Regime. Os oficiais eram, sobretudo, homens de corte, herdeiros de uma tradição militar portuguesa muito particular, estranha ao modelo moderno que associa à carreira a aquisição de conhecimentos técnicos específicos. Em geral, eram súditos da coroa e aprendiam o ofício da guerra através de serviços em qualquer região do vasto império. Essa tradição produzia um militar diferente daqueles criados pelos Estados nacionais oitocentistas<sup>275</sup>. Isso fica evidente quando observamos as trajetórias de Bellegarde e Barbosa, atentando para suas diferentes ocupações no decorrer de suas vidas. Ao mesmo tempo que estes sujeitos usufruíam de uma patente militar, também atuavam ou/e como político, engenheiro, cartógrafo, administrador, desbravador de regiões inóspitas. Segundo Claudia Alves, o militar era visto como um instrumento da civilização e da nacionalidade em regiões sem qualquer identidade com a “nação” e em que, muitas vezes, o exército constituía-se na única, ou principal fonte de criação de infraestrutura e da unidade.<sup>276</sup>

Portanto, é no sentido de entender esses homens como prestadores de serviço do Estado em constituição, que desenvolvo aqui, um estudo das trajetórias de dois estudantes de 1825: Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde e Paulo Barbosa da Silva, selecionados de um grupo de 24

---

274 CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social da Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

275 SOUZA, Adriana Barreto da. *A serviço de Sua majestade*. In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. RJ: FGV, 2004.

276 ALVES, Cláudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

pensionistas. Os selecionados não apresentam trajetórias heroicas nem radicais. Eram, sobretudo, súditos leais da monarquia, sendo Paulo Barbosa, o futuro Mordomo de D. Pedro II, e também importante membro da facção áulica (cuja principal liderança foi Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, 1º Visconde de Sepetiba, amigo pessoal do futuro mordomo)<sup>277</sup>. Suas biografias colocam-nos diante de questões importantes para se pensar a construção do Estado.

A ideia de trajetória<sup>278</sup> surge diante de nós como algo em movimento, em percurso, marcada pela deslocação. É neste sentido que busquei examinar esses indivíduos. Não se trata aqui de buscar uma história de bons e maus homens, mas de compreender os homens e sua história. Suas vidas e escritos, sugerem-nos também as possibilidades de entendimento das transformações políticas do mundo luso-brasileiro. Com atenta análise dessas trajetórias, percebemos como estes sujeitos estão inseridos em um contexto histórico ainda influenciado por valores do antigo regime. Desse modo, foram levados em consideração os espaços ou lugares de formação desses militares, tais como os valores advindos do ambiente familiar, do militar, do acadêmico e do ocupacional.

### 3.1 O perfil de dois militares luso-brasileiros

Paulo Barbosa e Henrique Bellegarde nasceram em 1790 e 1802, respectivamente. O primeiro em Minas, na cidade de Sabará, e o segundo em Lisboa. O pai deste, Cândido Norberto Jorge Bellegarde, capitão de artilharia de Marinha, desembarcou no Brasil juntamente com sua família, em 1808, acompanhando a corte portuguesa, estando, portanto, próximo ao núcleo da nobreza lusa<sup>279</sup>. Apenas dois anos após a chegada ao Rio de Janeiro, o capitão Bellegarde faleceu.

---

277 BENTIVOGLIO, Júlio. Palacianos e aulicismo no segundo reinado – a facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da Corte de D. Pedro II. <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/12694/17598>

278 SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. RJ: Editora UFRJ, 2007.

279 BRASIL. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. pp 226. Elogio Histórico do Falecido sócio correspondente O major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde recitado pelo sargento-mor Pedro de Alcântara Bellegarde, orador do [IHGB]

O príncipe D. João, 'munificent', em retribuição aos serviços prestados pelo falecido capitão, mandou assentar praça no Exército a seus dois filhos com o título de cadete<sup>280</sup>. Desta forma, esses oficiais, integrantes de uma cultura luso-brasileira, tiveram seu ingresso no Exército marcado por um título honorífico.<sup>281</sup>

Paulo Barbosa, por sua vez, era de uma importante família proprietária de terras e escravos em Sabará (Comarca do Rio das Velhas/MG). Seu pai, Antônio Barbosa da Silva (natural de Portugal), era coronel de um Regimento de Cavalaria Auxiliar e foi um poderoso fazendeiro, senhor de engenho, comerciante e possuía “uma das principais lavras do país”, sendo minerador de salitre. Atuou em várias ocasiões como vereador, ou como juiz ordinário e juiz de órfãos.<sup>282</sup>

Henrique Bellegarde teve uma educação polida, tendo estudado francês e latim. Depois de receber de sua mãe instrução primária, foi entregue aos cuidados do padre carmelita ilustrado, frei Thomé, que o instruiu nos princípios da língua latina, geografia, história e filosofia. Como já destacado, em 1811, Bellegarde assentou praça de cadete aos 9 anos de idade e, em 1818, ingressou na Real Academia Militar, onde frequentou o curso de engenharia e artilharia<sup>283</sup>. Em 1825, foi escolhido para à custa do Estado, estudar e praticar “a sua profissão”<sup>284</sup> na Europa. Durante os três anos que estudou na França, Bellegarde produziu alguns escritos, e num deles dissertou sobre as pontes suspensas na França, em conformidade com o artigo 3º das instruções postas ao decreto de 29 de janeiro de 1825. Esta instrução recomendava a produção de escritos, memórias e relatórios os quais deveriam ser regularmente remetidos para o império.

---

280 Henrique Bellegarde e Pedro de Alcântara Bellegarde. cf: SOUZA, op. cit. p.160.

281 Inicialmente é preciso observar que, desde 1757, *cadete* era um título militar concedido aos jovens que detivessem o foro de moço fidalgo da Casa Real ou que fossem filhos de oficiais militares, ou provasse nobreza notória por parte dos pais e de avós. Exigia-se para sua concessão, que o requerente reconhecesse algumas regras prescritas na lei e que estes oficiais fossem fiéis à coroa, prestando serviços em diversas regiões do seu vasto império. SOUZA, op. cit., p. 48.

282 LACOMBE, op. cit., pp.7-15. A respeito do minerador e potentado Antônio Barbosa da Silva cf. CARRARA, Angelo Alves. A administração dos contratos da capitania de MG: o contratador João Rodrigues de Macedo, 1775-1807. [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1405-22532011000100002&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1405-22532011000100002&script=sci_arttext&tlng=pt)

283

BRASIL. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, op. cit.

284 Idem.

### 3.2 Um certo Paulo Barbosa

Voltemos agora a Paulo Barbosa. Esse aprendeu as primeiras letras em Minas e assentou praça de cadete no regimento de Artilharia em 1804<sup>285</sup>. Em 1817, pediu licença do serviço militar para frequentar o curso de Matemática da Universidade de Coimbra, com todos os seus vencimentos e vantagens. No entanto, um aviso régio (19/12/1818) determinou que esta licença fosse concedida para que ele frequentasse a Academia Militar do Rio de Janeiro. De fato, ele passou pelos bancos da Academia Militar por 5 anos. Somente em 1825 obteve pensão para estudar na Escola de Minas e na Escola de Aplicação de Engenharia e Artilharia em Mertz. Juntamente com o capitão de engenheiros Henrique Bellegarde, em julho de 1827, Paulo Barbosa, visitou alguns estabelecimentos militares a pedido do governo Imperial,

Fui com o capitão Bellegarde examinar a arma de mr. Auquet<sup>286</sup>, a vista da qual podemos informar que a ela não goza, nem das propriedades da arma ofensiva, nem defensiva (...) concludo portanto que tal arma não merece a mínima atenção e que Bellegarde está de acordo comigo<sup>287</sup>

O texto acima destaca os pensionistas como prestadores de serviços ao governo e, em outra ocasião (1827), Paulo Barbosa enviou para o império um modelo de artilharia de montanha e uma memória para sistematizar pesos e medidas.

Data dessa época, a produção de um relatório elaborado pela polícia secreta francesa que acompanhava atentamente a conduta dos oficiais estrangeiros e fornecia ao governo informações minuciosas e curiosas<sup>288</sup>. Conforme dados levantados por Lacombe existente no Arquivo Nacional<sup>289</sup>, há uma nota sobre a conduta de Barbosa:

---

285 Revista do IHGB. Tomo XXXI, 2ª edição, vol. 37. p.443

286 Espécie de escudo.

287 AHI, 439 05 01 – Relatórios dos pensionistas.

288 LACOMBE, op. cit., p. 42-43

289 Relatório da Polícia ao ministro do Interior de 7 de abril de 1826 - Arquivo Nacional F7 – 6733. In: LACOMBE



Leva o título de capitão de Engenheiros, o estranho parece ter forte influência sobre as mentes de seus compatriotas que estão em Paris, mas a fiscalização a que está rodeado não dá nenhuma razão para acreditar que se ocupe de intrigas políticas<sup>290</sup>.

Ao que tudo indica, não apenas o *Padre Amaro* desconfiava da conduta política dos pensionistas em Paris, mas o próprio governo francês que encomendou o relatório e repassou ao governo imperial em 1826.

Entre os anos 1825 e 1826, Barbosa passou em “pleno” estudo na Escola de Aplicação de Engenharia e Artilharia em Mertz. Apenas em 1827, como já apontado, ele partiu em viagem de estudos para visitar os arsenais franceses<sup>291</sup>. Em maio do mesmo ano, observam-se novas viagens de instrução militar por Amsterdam e pelas cidades francesas Lille, Estrasburgo, Valenciennes e Saint Omer.<sup>292</sup>

Sem dúvida, os capitães de engenheiros retornaram do estrangeiro, em 1828, com capitais cultural e simbólico<sup>293</sup> importantes e conhecimentos específicos de sua área de atuação. Além disso, eles necessariamente partiam de uma bagagem cultural diferente daquela da elite formada em Coimbra. É nesta perspectiva que os capitães de engenheiros devem ser entendidos, levando sempre em consideração as relações de poder envolvidas na sua própria esfera social. Além disto, estes atores sociais estão sempre posicionados e a própria visão que estes possuem destas relações de poder devem ser levados em consideração.

Ora, não é meu objetivo neste trabalho julgar os resultados concretos das tentativas de inovações no campo militar, mas apontar a política de incentivo e de aproveitamento desses

---

290 Idem.

291 Arquivo Histórico do Itamaraty ( AHI) - Relatórios dos pensionários notação: 439 05 01

292 LACOMBE, op. cit.

293 No entendimento de António Teixeira Fernandes, o capital simbólico em Bourdieu, “trata-se de um “capital supremamente lábil” que faz com que as personagens públicas estejam “incessantemente colocadas perante o tribunal da opinião”. Compete ao profissional da política “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo”, dotado como está de um “poder quase mágico”, que “só se exerce se for reconhecido quer dizer, ignorado como arbitrário”. FERNANDES, António Teixeira. O Campo Político. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4619.pdf> p. 78; Cf: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. RJ: Bertrand Brasil, 2010.

estudantes – militares, e de sua prestação de serviços à coroa. Para isso, a análise de publicações, memórias e relatórios, produzidas por estes oficiais foi de inestimável importância. Sabemos que a documentação deste período é bastante indicativa de questões, que nunca foram exaustivamente exploradas pelos estudiosos deste tema. Desta forma, é importante pensar o processo de construção de documentos, sempre os interrogando. É necessário observar a motivação e os preconceitos de quem os produziu. É essencial também recuperar a dimensão humana desta história, o que ela exige de nós, além da superação de preconceitos, uma revisão conceitual, em especial, no que tange à visão dos militares e do Estado no início do século XIX.

Paulo Barbosa e Henrique Bellegarde tiveram importantes contribuições no processo civilizador do Império brasileiro. Produziram diversas memórias e estudos pioneiros sobre engenharia no Brasil<sup>294</sup>. Além do *Resumo da História do Brasil*, Bellegarde produziu também memórias sobre as pontes suspensas escrita em 1826; *Relatório da 4ª seção de Obras Públicas da província do Rio de Janeiro e Resumo das lições de geodesia*<sup>295</sup>. Além disso, foi responsável pela construção de farol em Cabo Frio e encarregado do melhoramento do porto desta região<sup>296</sup>.

Enquanto Barbosa<sup>297</sup> foi autor de várias memórias técnicas e planos, como o do abastecimento de água da corte<sup>298</sup> e de escritos relativos à fundação de Petrópolis<sup>299</sup>, no cargo de mordomo de D. Pedro II, Paulo Barbosa planejou<sup>300</sup> a criação da colônia de Petrópolis. O Paço de Petrópolis<sup>301</sup> foi

---

294 BELLEGARDE, Henrique Luís Niemeyer. *Relatório de Obras públicas da província do Rio de Janeiro*, apresentado à respectiva diretoria, 1837; *Carta geo-hidrográfica da ilha e canal de Santa Catarina*, levantada por H. L. de Niemeyer Bellegarde.

295 *Revista de Engenharia - Publicação mensal - nº 4 – ano III – Rio de Janeiro 15 de abril de 1881*. p. 63. Consultada no Arquivo Nacional - Fundo / coleção: Família Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde 1823 a 1887.

296 BRASIL. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. op. cit.

297 LACOMBE, A. J. *Paulo Barbosa e fundação de Petrópolis*. Petrópolis: Tipografia Ipiranga, 1939.

298 LACOMBE, op. cit.; Cf. *Revista do IHGB*. Tomo XXXI, 2ª edição, vol. 37. p.443

299 Idem.

300 No entendimento do próprio Paulo Barbosa, “Petrópolis deve sua existência como povoação e residência imperial a D. Pedro II, a Cândido Batista de Oliveira (em 1825, também pensionista do governo na França, em 1843, foi vice-presidente da província do Rio de Janeiro), a Koeller e a minha perseverança” LACOMBE, op. cit., p. 158

301 Por sugestão de Paulo Barbosa, inspirado, por sua vez, na russa Petrogrado: “Lembrei-me de Petersburgo, cidade de Pedro, recorri ao grego e achei a cidade com esse nome no arquipélago e sendo o Imperador D. Pedro, julguei que lhe caberia bem o nome”. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

erguido pelo mordomo e inaugurado em 1859. Posteriormente a este episódio, D. Pedro II concedeu a Barbosa o título de *pai de Petrópolis*.

O palácio foi decorado pelo pintor Araújo Porto Alegre, protegido de Paulo Barbosa. De início, a viagem para Petrópolis levava dois dias. Com construção da estrada de ferro em 1854<sup>302</sup>, reduziu-se o tempo a quatro horas. Desde 1847, a família imperial e os diplomatas estrangeiros habituaram-se a subir a serra no verão para fugir do calor e das febres que assolavam o Rio de Janeiro<sup>303</sup>.

José Murilo de Carvalho aponta que, os primeiros colonos que desembarcaram no Brasil eram todos imigrantes alemães que para cá vieram com o objetivo de trabalhar, inicialmente, na construção da estrada. Ergueram suas moradias, plantaram as primeiras hortas e, assim, deram existência real a Petrópolis. Mas não eram só alemães os responsáveis pelo trabalho duro de construir estradas, carregar pedras e madeiras e erguer as paredes do palácio de D. Pedro II; desde o início também participaram deste processo escravos vindos da Fazenda de Santa Cruz, da Casa de Correção e do Arsenal da Marinha. A esses, somam-se ainda os africanos livres, que 1853, chegaram a contabilizar mais de vinte, e não entravam na contagem do item “Pessoal”, uma vez que pertenciam à própria obra<sup>304</sup>.

Não podemos perder de vista que a colônia de Petrópolis foi erguida no contexto de civilizar o Brasil a partir de seu embranquecimento<sup>305</sup>. Vale ressaltar, que desde 1847, quando Paulo Barbosa esteve em Berlim em missão diplomática, aproveitou a ocasião para promover a organização de uma sociedade que teve por fim favorecer a emigração alemã para o Brasil, obtendo apoio daquele governo<sup>306</sup>. Por isso, houve um grande esforço no sentido de incentivar a imigração de mão de obra

---

302 Trata-se da Imperial Cia. de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis, organizada pelo negociante e banqueiro Irineu Evangelista de Souza, que graças a tal empreendimento, o Imperador concedeu-lhe o título de Barão de Mauá. O respeito do Barão de Mauá cf. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Mauá por trás do Mito*. Revista de História (Rio de Janeiro), pp.70-75, 2005. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/maua-por-tras-do-mito>

303 CARVALHO, op. cit, p.97

304 Idem, p. 361

305 Cf: SCHWARCZ, op. cit.

306 Revista do IHGB, op. cit., p. 448.

européia, especialmente a alemã, para substituir o trabalho escravo no império em meados do século XIX. A ideia era simples: a partir da experiência da colônia de Petrópolis, com o incentivo a imigração europeia, esperava-se que os proprietários de escravos seguissem o exemplo<sup>307</sup>, “era intenção de Sua Majestade”, prossegue Barbosa, “fazer uma colônia sua para animar com seu exemplo os fazendeiros”<sup>308</sup>. A política de imigração gerou entusiasmo e, em carta para D. Pedro II, o mordomo destaca: “Já tenho mais de 400 famílias arranchadas. O que era há quatro meses matas virgens, é hoje uma povoação *branca, industriosa, alegre e bendizente* de que V.M.I. em quatro anos ela rivalizará com a de São Leopoldo”<sup>309</sup>. Essas palavras expressam um desejo que foi comum a muitos letrados brasileiros desse tempo, que buscavam uma saída para a viabilização do Brasil como nação civilizada, tendo a escravidão como pano de fundo de uma realidade que se pretendeu muitas vezes ocultar. Certamente, por ser uma realidade incômoda levou muitos “homens de letras”, em particular Paulo Barbosa, a projetar o branqueamento como um processo inevitável. Reproduzia-se assim o complexo da colonização na ideologia dominante, na medida em que as elites viam a Europa como centro da civilização e, os europeus, como gente superior<sup>310</sup>. O mordomo acreditava que o Império não iria se desenvolver sem a criação de uma força de trabalho livre, e sem a europeização ou embranquecimento da população.

Longe de questões humanitárias, com a imigração europeia, Paulo Barbosa não estava propondo a abolição imediata, mas percebendo a prática escravista como uma fonte de mazelas para o projeto de um império civilizado, e passando a pensar em termos de um modelo alternativo para o desenvolvimento do Brasil, no qual a imigração europeia e os trabalhadores livres substituiriam os escravos em longo prazo.

Três anos depois de assentadas as bases que orientariam a construção da sonhada cidade

---

307 LACOMBE, *Américo Jacobina. O mordomo do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994. p.156

308 Idem. p.157

309 Idem.

310 SANTOS, op.cit.p, 140

para o imperador, o mordomo já não era o mesmo, estava afastado em viagem à Europa, sendo o seu cargo ocupado interinamente por José Maria Velho da Silva<sup>311</sup>. No entanto, o Palácio foi surgindo, ala por ala, grandioso e imponente, ficando praticamente pronto em 1856, já com Paulo Barbosa de volta à mordomia<sup>312</sup>. Ernesto de V. Magalhães (pensionário de 1825), em correspondência com o amigo Paulo Barbosa, refere-se desta maneira à cidade de Petrópolis:

Não quero acabar essa carta sem te falar um pouco na tua Petrópolis que para mim também é Paulópolis... Quem via charcos, agora, só vê belas ruas, com lojas, açougues, magníficos hotéis, o Palácio sobre a colina fazendo uma linda vista, principalmente, com a vinda do Imperador, pois sempre vem à corte esperá-lo. Ranchos de madamas, foguetes, enfim um ar de festa que faz um lindo efeito. Vindas do Hotel Bragança, do Hotel Suíço eram várias as pessoas que chegavam da cidade e queriam ser apresentadas ao Imperador. Ora a reunião de tudo isso forja uma **impressão europeia**... No verão quem não se apressa em Petrópolis não acha casas para ficar. A corte está toda lá... A Família Imperial troca nos dias de hoje Santa Cruz por Petrópolis<sup>313</sup>.

Nos anos 1860, segundo Carvalho, a cidade tornou-se uma espécie de vila *europeia*, e lá todos viviam como se estivessem “na civilização”. Durante o ano, saraus e a política maçante da corte do Rio de Janeiro; nas férias, os bons ventos temperados. Citando mais uma vez o autor *D. Pedro II: ser ou não ser*, “se não fossem os serviçais negros, que dividiam o espaço com os imigrantes alemães, “dir-se-ia que estávamos em uma nova Europa”. Neste sentido, em tudo Petrópolis pretendia ser elegante e civilizada. A civilização que D. Pedro II e sua corte almejavam era, portanto, uma exceção dentro de seu grande Império. Um modelo e uma idealização. De toda forma, os palácios compunham o cenário da realeza local.<sup>314</sup> O que fica em relevo nesse processo tratava-se de uma racionalidade “mimetista” que buscava transplantar para o espaço tropical, o que Afonso Marques chamou de “Europa possível”.

311 Filho do comerciante e Comendador Francisco Velho da Silva e de D. Josepha Ximenes Velho da Silva, José Maria Velho da Silva nasceu em Lisboa. Casado com sua prima, Leonarda Maria Velho e Motta, Dama do Paço, uma das suas filhas, Mariana Velho da Silva foi casada com Joaquim Ribeiro de Avelar, Visconde com grandeza de Ubá. José Maria foi Conselheiro do Imperador e mordomo interino da Casa Imperial. Cf. MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./FAPERJ, 2008, pp. 29-30.

312 CARVALHO, op.cit. p. 364

313 Idem, p.369. Grifo meu.

314 Idem, p.376-377

### 3.3 Paulo Barbosa e a facção áulica

Conforme podemos observar, após sua formação na Europa, a carreira político-diplomática de Paulo Barbosa teve um impulso muito significativo. Ainda na condição de pensionista do Estado na Europa, ele foi nomeado adido à legação do Brasil na Rússia, e no ano de 1829, a pedido do marquês de Barbacena, seguiu da Inglaterra para Viena, levando o contrato do segundo casamento de D. Pedro I<sup>315</sup>, por ter participado das negociações do casório foi-lhe concedido o título de oficial da Ordem Imperial da Rosa. Retornou ao Brasil em 1831, quando se vivia a Regência e “no trono um imperador ainda criança e no governo outras ideias e princípios e, no país as convulsões”<sup>316</sup>, que ameaçavam a ordem social vigente. Data-se dessa época, a nomeação de Barbosa como mordomo interino, firmando-se no governo pessoal de D. Pedro II. E, logo após a maioridade, sua efetivação no cargo.<sup>317</sup>

Conforme destaca José Murilo, as figuras mais importantes no paço, desde a abdicação até depois da maioridade, eram Aureliano Coutinho e o mordomo Paulo Barbosa da Silva. Homem inteligente e insinuante, e presidente da província do Rio de Janeiro entre 1844 a 1848, Aureliano Coutinho era um hábil político e conseguiu manter sua influência também após maioridade. Foi feito visconde de Sepetiba, em 1855, e morreu nesse mesmo ano<sup>318</sup>. Paulo Barbosa, com formação em engenharia, controlava a vida do paço e morava na Chácara da Joana, também conhecida como clube da Joana, que se tornou espaço de atuação da *facção áulica*.

É digno de nota que o termo *áulico* era empregado, no século XIX, para designar cortesão, ou aquele que acompanha a corte<sup>319</sup>. No entanto, as expressões, *facção áulica* ou *clube da Joana*<sup>320</sup>,

315 BRASIL. Revista do Instituto de História e Geografia Brasileiro, op. cit., p.447

316 Idem.

317 Idem, p. 173-174

318 CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 33

319 SILVA, op. cit, p.271

320 Faziam parte do grupo, além de Aureliano e Paulo Barbosa, Saturnino de Sousa e Oliveira, Ernesto Frederico de Verna Magalhães (pensionista de 1825), Odorico Mendes, Martinho Campos, o médico e diretor da Academia de Belas Artes, Tomás Gomes dos Santos e muitos oficiais e engenheiros dos mais distintos do país. LACOMBE, op. cit., p.126. Entretanto, na lista de Júlio Bentivoglio seriam estes os integrantes da facção áulica: Torres Homem, Francisco Carneiro de Campos, Santos Barreto, Ferreira de Melo, Manoel Soares Inácio Lisboa, Manoel Francisco de Azevedo,

foi empregada à época para designar um grupo político constituído pela nobreza palaciana presente na vida política imperial entre 1831 e 1848. Enquanto o termo *facção* surgiu no vocabulário político com o sentido de “partido, cabala, que se arroga um poder, que não tem”. Neste sentido *facção*, aparece com teor pejorativo, que “faz partido odioso no Estado”. Assim, *facção* não representava um grupo integrante do todo, mas sim que se descomprometia do conjunto e contrariava o interesse e a vontade geral em seu próprio benefício<sup>321</sup>. Foi com este sentido que a expressão era empregada em meados século XIX.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho foi um dos políticos que exercera acentuada influência sobre o jovem e ainda inexperiente imperador. Importante destacar que seu pai, de mesmo nome, foi Coronel de Engenheiro, e teve participação ativa da Independência <sup>322</sup> e, conforme que tudo indica, o grupo áulico também teve suas raízes na força militar palaciana.

A fama da existência de um grupo de palaciano influenciando na política prolongou-se por muito tempo. Na linguagem política da época, a expressão assumiu uma conotação negativa, pois, áulico seria um súdito singular que vive sob a proteção e o patrocínio do monarca. Alguns desses palacianos podiam residir no próprio palácio do monarca ou nos arredores do mesmo, como foi o caso do mordomo que residiu no palacete da Joana<sup>323</sup>. De fato, a residência do mordomo se apresentava como um importante espaço de reuniões políticas. A elegante “casa da Joana” era um local de reunião de letrados. No entanto, ela não funcionou apenas como espaço político, abrigou diversas reuniões literárias e festas, representando um importante espaço sociocultural do império<sup>324</sup>. Dentre seus visitantes regulares, podemos apontar Aureliano Coutinho, Saturnino de Sousa e Oliveira, Ernesto Frederico de Verna Magalhães (pensionista de 1825), Odorico Mendes,

---

Diogo Soares Bivar, João Antônio Rodrigues de Carvalho, Manoel Odorico Mendes, José Ferreira Campos e também Antônio Pereira Rebouças, BENTIVOGLIO, op. cit., p. 11.

321 NEVES, op. cit., p. 196

322 LACOMBE, op. cit.

323 LACOMBE, op. cit., p. 118.

324 Além de Aureliano e Paulo Barbosa, é de destacar o papel de D. Mariana de Verna no Clube. D. Mariana, muito próxima aos dois, era a camareira mor e, depois, ganhou o título de Condessa de Belmonte. Cf. SCHWARCZ, op. cit., p. 80.

Martinho Campos, o médico e diretor da Academia de Belas Artes, Tomás Gomes dos Santos, Torres Homem, Francisco Carneiro de Campos, Santos Barreto, Ferreira de Melo, Manoel Soares Inácio Lisboa, Manoel Francisco de Azevedo, Diogo Soares Bivar, João Antônio Rodrigues de Carvalho, Manoel Odorico Mendes, José Ferreira Campos e também Antônio Pereira Rebouças e oficiais e engenheiros dos mais distintos do país<sup>325</sup>.

É notório que o caráter político do *clube da Joana* chama atenção, principalmente, pela participação de importantes figuras políticas, entre outras, do já referido Aureliano Coutinho. O mesmo Aureliano chama a atenção dos contemporâneos e da historiografia ao liderar uma força política cuja influência oculta foi sentida na corte até meados de 1850. Ou seja, durante mais de uma década, ele e seu grupo estiveram, no entendimento de muitos contemporâneos, envolvidos direta ou indiretamente nos principais eventos da vida política do império, como por exemplo, o “golpe da maioria”<sup>326</sup>. Não foi por acaso que Aureliano mantinha uma estreita amizade com Barbosa. Esta amizade com o prestigioso mordomo criou a convicção da autenticidade da facção áulica, a ponto do plenipotenciário francês, conde de Ney descrever o seguinte:

É um homem cujo poder está em fase de crescimento: ignoro somente até onde ele irá ou qual será seu fim. Os ministros não tomam medidas sem consultá-lo e sua importância é de tal modo levada a sério que se pergunta jocosamente quem governa: Paulo I ou Pedro II. (...) é um homem prudente e os ataques não atingem sua probidade. Todas as redondezas da Joana estão repletas de carruagens. Seu prestígio é inegável.<sup>327</sup>

Conforme podemos observar, de fato Paulo Barbosa exerceu considerável influência no cenário político no período em questão. Era, mais que tudo, homem de confiança do monarca. Assim, amalgamados em torno de redes de parentesco, de negócios, de sociabilidades políticas e sociedades secretas, os aulicianos constituíram uma verdadeira facção do jogo político possível que, lentamente, se articulariam nas fileiras das duas principais agremiações políticas. As distinções

325 LACOMBE, op. cit., p. 126 ; BENTIVOGLIO, op. cit., p. 11.

326 BENTIVOGLIO Julio. *Demos com o colosso em terra: o ocaso de José Bonifácio e a ascensão política de Aureliano Coutinho nas páginas do jornal A Verdade*. História (UNESP. Impresso) (Cessou em 2004), v. 29, pp. 248-267, 2010. p.2

327 Idem, p.121.



partidárias, nessa altura não permitem ver a diversidade dos posicionamentos políticos encontradas. Ou seja, nem todos oficiais do exército ou da marinha eram restauradores.<sup>328</sup>

Embora existam algumas obras que tocam sobre a existência de um centro de poder e decisão da qual a nobreza palaciana fazia parte, não houve por parte dos estudos históricos recentes, o interesse em se analisar a vida e o cotidiano dentro da corte ao longo do século XIX. É lugar comum que os aulicianos exerceram intensa influência no paço. Esta premissa nos convida a pensar as relações de poder no Brasil, no seio das disputas partidárias, como também compreender a permanência da cultura política do Antigo Regime presente na sociedade de corte nos trópicos. Levando em consideração que uma sociedade de corte é inteiramente ritualizada, sobretudo, pela etiqueta, aqui compartilhamos as considerações de Elias<sup>329</sup> que analisa a sociedade de corte a partir de sua formação social, observando que as relações existentes entre sujeitos sociais, e as dependências recíprocas que ligam indivíduos uns aos outros engendravam códigos e comportamentos específicos. É certo que entre a nobreza cortesã francesa e aquela que se formou no Brasil há uma grande distância, mas também é importante não perder de vista que havia uma forte solidariedade entre o rei e os palacianos, no caso em questão, os aulicianos. Entender esse processo implica vislumbrar a corte como uma hierarquia política que se sobrepunha às demais hierarquias sociais, o que se configurava como um princípio dominante e central, uma referência capaz de se exercer em qualquer ponto na vasta cartografia das relações de poder.

Ora, no âmbito de uma cultura política de Antigo Regime, é importante apreender a problemática dos afetos e das relações de amizade como elementos inerentes aos códigos culturais da sociedade analisada. A lógica e o princípio do mérito pouco ou nada valiam, ser amigo de alguém poderoso e, mais do que tudo, ser *amigo do rei* tornava-se um aspecto decisivo para

---

328 BENTIVOGLIO Julio. *A Facção Áulica e a Maioridade: A presença de Aureliano Coutinho na transição para o Segundo Reinado*. REVISTA ESBOÇOS Volume 17, Nº 23, UFSC, 2010. pp. 187-221

329 NORBERT, Elias. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução, Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

qualquer trajetória social.<sup>330</sup>

### 3.4 *A verdade e suas verdades*

Com efeito, para ingressar na arena política e exercer o poder no Rio de Janeiro, no século XIX, era imprescindível uma atuação destacada na imprensa e nas tribunas. A escassez de espaços para o debate político fazia com que a imprensa assumisse um papel primordial, ampliado com a redução da censura a partir da inauguração da Regência. A imprensa funcionava todos os dias do ano, atingia um público muito mais amplo do que os clubes e mesmo a tribuna, alcançando outras regiões do país. Não é por acaso que os políticos se viam forçados a complementar a tribuna com a imprensa. É bem conhecida a prática comum de políticos e partidos de manterem seus próprios jornais<sup>331</sup>. Ora, boa capacidade de oralidade e escrita eram prerrogativas necessárias para o êxito na carreira política e invariavelmente para o ingresso na sociedade de corte<sup>332</sup>. Não por acaso, escrever em alguma folha ou ainda poder editá-la era condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma trajetória política. Paulo Barbosa da Silva e Aureliano Coutinho<sup>333</sup>, redatores do jornal *A Verdade*<sup>334</sup>, sabiam muito bem disso, por isso, aproveitaram intensamente a imprensa para promover a circulação de suas ideias.

Para não fugir à regra que sugere que as folhas foram criadas para combater outras, com efeito, *A Verdade*, não deixou de publicar artigos criticando períodos rivais. Como ressaltado no primeiro capítulo, a guerra de penas era uma realidade no mundo luso-brasileiro.

*A Verdade* constituiu um espaço político ideal para divulgação e defesa das ideias do *clube da Joana*. O jornal circulava às terças, quintas e sábados, contendo notícias sobre a corte, sobre as

330 BENTIVOGLIO (2010a), op. cit., p. 2

331 CARVALHO, José Murilo. *As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate*. In: José Murilo de Carvalho (org). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.119

332 BENTIVOGLIO (2010), op.cit, p.01

333 Presidente da província do Rio de Janeiro entre 1844-1848

334 A VERDADE, JORNAL MISCELLÂNICO. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1832-3184.

províncias, especialmente a do Rio de Janeiro, dados estatísticos, traduções, trechos de artigos publicados em outros jornais, sobretudo da *Aurora Fluminense*. Era publicado, inicialmente, na Tipografia Nacional, mas mudou várias vezes de tipografia<sup>335</sup>. Como bem ressaltado por Lúcia Bastos<sup>336</sup>, os jornais desse período, à medida que aumentavam sua frequência de circulação, começando como semanário, mas, às vezes, transformado em diários visavam uma informação e ação mais direta sobre os acontecimentos e refletiam um discurso muito mais ideológico e político do que cultural. Em sua maioria, as ideias do jornal eram expostas de uma forma bastante organizada. E, ao mesmo tempo que o autor explicava seu posicionamento sobre algum assunto, procurava transmitir sua opinião e ensinamentos visando influenciar o público leitor.

*A Verdade* era uma folha política afinada como os liberais moderados, que circulou entre os anos de 1832-1834, e se destinava a guerrear contra forças políticas rivais. Nele, Paulo Barbosa defendeu-se ardentemente das acusações e insultos recebidos dos seus adversários políticos, assim como, lançou muitas setas, não raro calúnias, sobre os mesmos. Por vezes, *A verdade* era alvejada ironicamente na imprensa com expressões peculiares: *A Mentira; a mentirosa e objeta Verdade; e a Verdade é filha da mentira*. A violência na linguagem foi uma das principais características dos folhetins do período, eis alguns exemplos: “*Deixe-se disto sr. Paulo Barbosa, dê-nos antes artigos das mães dos filhos que os pariu sem dor que são capazes de fazer chorar um bacalhau*”<sup>337</sup> e mais, “*Sr. Paulo Barbosa, se vossa mercê ou vossa senhoria não aprendeu mais do que isso*”, referência a presença do engenheiro nos bordeis parisienses, continua, “*lá por esses países por onde andou, restitua a pensão a quem lhe deu para melhor se instruir*”<sup>338</sup>. Esses ataques eram frequentes nas páginas do Jornal *O Martelo*<sup>339</sup> alinhado com José Bonifácio alvo preferido dos ataques da *Verdade*. Por sua vez, o periódico respondia aos ataques com acusações, e desta forma, a guerra de penas

---

335 BENTIVOGLIO (2010a), op. cit., p.3

336 NEVES, op. cit., p.43.

337 Jornal O Martelo, nº 10 em 10 de setembro de 1833. LACOMBE, op. cit., p. 64

338 Jornal O Martelo, nº 11 em 20 de outubro de 1833. LACOMBE, op. cit., p. 64

339 Idem.

agitava a arena política, assim, à época, falou-se de uma “praga periodiqueira”.

Além da guerra de penas, outras premissas foram abertamente defendidas pelo folheto. Datam deste período a defesa da imigração de colonos, vista por Barbosa, como “única solução” para “civilizar” o Brasil da barbárie representada pela escravidão. Assim, surgiu nas páginas da *Verdade*, uma proposta de incentivo à imigração europeia<sup>340</sup>. Como vimos, esse projeto, de fato foi alcançado com a criação da colônia de Petrópolis em 1845. A utilização da dicotomia civilização *versus* barbárie era amplamente disseminada por ambos elementos da elite. É importante ressaltar que tal pensamento não foi uma criação das elites brasileiras, mas sim, objeto de influência do pensamento ilustrado que se desenvolveu ao longo dos séculos XVIII e XIX, influenciando diretamente as perspectivas liberais<sup>341</sup>. Era com base nesse arcabouço teórico que se interpretavam os acontecimentos posteriores à abdicação de Pedro I.

Outro tema constantemente abordado pelo jornal, diz respeito a José Bonifácio de Andrada, naquele momento tutor de Pedro II, e por isso desafeto dos editores da *Verdade* que almejavam este posto<sup>342</sup>. Algumas acusações associavam o velho *patriarca* de práticas de desvios de verbas, entre outras<sup>343</sup>. Na prática, o que se observou foi uma exaustiva campanha política favorável à destituição de Bonifácio.

No entendimento de Julio Bentivoglio, o folheto foi utilizado, sobretudo, com o propósito de fazer campanha política contra a tutoria de José Bonifácio, sendo o principal tema do jornal. Curiosamente, após a vitoriosa campanha que destituiu de Bonifácio da tutoria de Pedro II, sob alegação que este tinha ligações com os restauradores e com as ideias antiliberais, a publicação deste folheto simplesmente foi encerrada em junho de 1834. É verdade também, que estava em questão a educação e formação do imperador<sup>344</sup>.

---

340 LACOMBE, op. cit.

341 MATTOS, op. cit. p. 172

342 BENTIVOGLIO, op. cit.

343 Idem.

344 Idem.

Embora, a publicação da *Verdade* tenha sido encerrada nesse ano, o combate na imprensa permaneceu. Em 1835, o tema mais debatido foi a benevolência de Aureliano Coutinho (naquele momento ministro da Justiça do império), em relação ao pensionista de 1825, João Reinaldo de Verna e Bilstein, condenado a galés perpétuas por ter participado como chefe mais destacado da revolta de Minas em 1833. Ora, sendo o oficial sobrinho da condessa de Belmonte, Mariana Carlota Verna Magalhães<sup>345</sup>, a punição foi transformada em exílio no Rio Grande do Sul<sup>346</sup>. Esta medida de favorecimento palaciano gerou vários protestos na imprensa.

Ao olhar os discursos apresentados nos jornais, podemos afirmar que todos esses conflitos na imprensa representaram um contínuo embate entre os diferentes grupos políticos<sup>347</sup>. Com efeito, o que estava em disputa, para além da divulgação de uma cultura política ilustrada e com resquício e valores do Antigo Regime, era um projeto político para o Estado em construção<sup>348</sup>.

### 3.5 Entre militar e administrador

Apesar dos pontos de contato existentes entre as duas biografias em exame. Ambas apresentam dimensões distintas dos desdobramentos de uma carreira militar no século XIX. Existem muitas experiências diferentes de um perfil do militar no século XIX, não sendo, portanto, possível traçar um perfil homogêneo<sup>349</sup>. No entanto, um dos traços em comum observados, é de fato, sua estreita vinculação com a coroa e a vida na corte. Vejamos, portanto, elementos iniciais que nos permitem estabelecer aproximações e distinções. Como vimos, Bellegarde e Barbosa eram

---

345 Nota 301

346 Arquivo Histórico do Exército. Requerimento de João Reinaldo de Verna e Bilstein. Maço nº 54/ pasta 1615. cf: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional e Imprensa Nacional, 1883-1902

347 MATTOS, op. cit. p. 122

348 O surgimento da opinião e de um espaço público, desde a década de 1820, possibilitaram a Imprensa se constituiu num ator político importante como um canal de pedagogia política. Cf. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

349 SOUZA, op. cit., p.171

filhos de famílias ligadas às armas, e continuaram nessa tradição com todos os privilégios que a carreira militar oferecia. É verdade que ambos viveram suas primeiras experiências militares defendendo a coroa portuguesa, eram súditos da coroa e aprenderam o ofício da guerra através de serviços prestados em qualquer região do vasto império português<sup>350</sup>. Bellegarde, por exemplo, a serviço da coroa, foi enviado a Moçambique em 1821, no posto de capitão ajudante de ordens do governador e capitão-general de Moçambique, João Manoel da Silva, para conter uma revolta nas possessões do império luso-brasileiro<sup>351</sup>. Diz ele, “chegamos a Moçambique e ficamos a bordo ainda três dias, por se achar revolucionando o país e se opor ao desembarque do governador<sup>352</sup>”.

Enquanto Paulo Barbosa, por ocasião da revolta de Pernambuco, em 1817, foi designado para seguir para aquela província, sendo o seu regimento designado para a guarda de el-rei e da real família. Mesmo no processo de independência do Brasil, os jovens oficiais tiveram colaborações importantes, apoiando o monarca a estabelecer a ordem. Em sua obra, Bellegarde destacou a participação de Paulo Barbosa da Silva (da municipalidade da vila de Barbacena, em Minas Gerais) como emissário da corte pela Independência no movimento que culminou na permanência do monarca no Brasil. Por suas participações no movimento de independência, obtiveram como prêmio o Hábito da Ordem de Cristo.

Entretanto, os serviços prestados à monarquia não eram realizados necessariamente na guerra. Mesmo nas expedições militares, apenas raramente, eles participavam diretamente no comando de combates. Como vimos, havia outras maneiras de prestação de serviços na carreira militar. Ora, o capitão de engenheiros, Bellegarde, quando chegou à corte, após sua formação em engenharia em Paris, foi promovido ao posto de major, e pouco depois, foi empregado nas obras da polícia<sup>353</sup>. Em 1829, ocupava-se em melhorar o sistema de calçadas na corte, quando então partiu,

---

350 Idem, p.164

351 Arquivo Nacional - Fundo / coleção: Família Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde 1823 a 1887.

352 Idem.

353 BRASIL. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. op. cit.

para Santa Catarina. No comando das armas daquela província, ocupou-se em vários projetos de obras civis e militares, e foi encarregado do levantamento da planta topográfica e hidrográfica da ilha Florianópolis<sup>354</sup>. Essa trajetória vai ao encontro das tipologias de um oficial militar defendidas por Adriana Barreto<sup>355</sup>. No entendimento de Barreto, pode-se traçar três tipologias possíveis para identificar o oficial no século XIX: a de combatente, a de técnico e a de administrador<sup>356</sup>.

Na categoria de combatente, a autora agrega as trajetórias mais tradicionais, as quais se organizavam a partir do campo de batalha. Elas foram percorridas por oficiais que aprenderam a serem militares e ascenderam na hierarquia do Exército combatendo rebeliões internas e defendendo a coroa em conflitos internacionais. Ora, esta prática também consistiu numa estratégia de cooptação e subordinação, principalmente, se considerarmos que logo após as prestações de serviços geralmente os oficiais eram recompensados com alguma promoção ou graça honorífica. Este estreito vínculo com a coroa, buscava transformar os oficiais em homens de corte.

Já a trajetória de técnico era construída através de prestação de serviços especializados, tais como obra de infraestrutura<sup>357</sup>. Assim, Barbosa e Bellegarde, sobretudo este último, integravam expedições militares para assumir o comando do setor de obras públicas de alguma região, em conflito ou não, trabalhando na elaboração de mapas topográficos. De fato, o exercício dessas atividades exigiam conhecimentos mais especializados, daí o nome técnico.

A terceira categoria apontada por Barreto, a de administrador, é a que mais se afasta da imagem que fazemos de um militar. Ela destaca como integrantes dessa categoria oficiais com inexpressiva atuação militar, que construíram a carreira na administração real, ocupando cargos administrativos e atuando em funções completamente alheias ao Exército<sup>358</sup>.

---

354 Idem.

355 Deve-se ser destacado que Barreto foca primordialmente nas trajetórias de um grupo gerais de 1840.

356 SOUZA, op. cit., p. 171.

357 Idem.

358 Idem.

Tendo, como horizonte de referência, o trabalho de Adriana Barreto, na tentativa de compreender esses oficiais herdeiros da tradição militar de antigo regime, chegamos a algumas conclusões: a atuação desses militares abrangia as três categorias expostas acima, de combatentes, de técnicos e de administradores, não sendo possível enquadrá-los apenas em uma categoria. De fato, o que se verificou nas trajetórias em exame, foi uma passagem gradual por essas diferentes instâncias. Guardadas as especificidades individuais, tanto Bellegarde como Barbosa trilharam por estes caminhos em períodos diferentes. No entanto, o seguinte aspecto: atuação propriamente militar progressivamente deu lugar a atividades mais voltadas para administração do Estado. Vejamos, Bellegarde foi chefe da 4ª seção de diretoria de obras públicas na província do Rio de Janeiro, que compreendia os municípios de Macacu, Maricá, Cabo Frio, Macaé, Campos, e São João da Barra. Para além da ocupação administrativa que exerceu, não se deve perder de vista, sua atuação como “homem de letras”, como se verifica no Resumo da História do Brasil que escreveu<sup>359</sup>.

A mesma análise serve para Paulo Barbosa, reservada sua especificidade. Barbosa ocupou importantes cargos políticos, por duas vezes foi eleito deputado, uma pela província de Minas e outra pela província do Rio de Janeiro, respectivamente nos anos 1834 e 1845. O referido período, sob a influência liberal, tinha como um dos líderes Aureliano Coutinho. Neste cargo, o deputado engenheiro apresentou alguns projetos relativos à instrução. O primeiro visava estabelecer no Museu Nacional do Rio de Janeiro uma Faculdade de Ciências, dando prioridade ao ensino de Química, Física, Botânica, Zoologia e Mineralogia<sup>360</sup>. Este projeto não foi aprovado, entretanto, vale ressaltar que a ideia foi pioneira do ensino superior de Ciências no Brasil<sup>361</sup>.

Outro projeto relativo à instrução chama atenção: a criação de um Liceu de Humanidades na

---

359 BRASIL. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Elogio Histórico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. pp 226.

360 LACOMBE, op. cit., p.141-142

361 Idem.



corde em 1837. O projeto era ambicioso, o liceu deveria abranger as seguintes cadeiras: grego, latim, francês, inglês, filosofia racional e moral, retórica e análise dos clássicos portugueses e declamação; geografia e história geral e, particularmente, do Brasil; aritmética, geometria e álgebra. Os estudantes que concluíssem o curso deveriam obter o diploma em bacharel em Letras<sup>362</sup>. Entretanto, e ao que tudo indica, este projeto não passou, pois, a organização do ensino secundário oficial coube ao colégio Pedro II, criado um ano depois por iniciativa de Bernardo Pereira de Vasconcelos<sup>363</sup>. Como vimos, esperava-se muito da instrução no império, sendo considerada uma forma de difundir as luzes e romper com um passado de “trevas” que caracterizava o período colonial.

Mas não foi somente em questões relativas à instrução que o deputado engenheiro estava atento. Na tentativa de “civilizar” o império, dotando-o de belas construções e edifícios, ele apresentou, ainda no ano de 1837, um projeto criando uma comissão de engenheiros e arquitetos para planificar as construções governamentais e particulares que se deveriam erguer e traçar a planta da cidade e subúrbios, bem como aprovar todas as construções de canais, pontes, cais, aquedutos, pontes e calçadas, inspecionando todas as obras públicas da corte. Embora esses projetos impressionassem, sobretudo pelo seu caráter progressista, de fato foi declarado objeto de deliberações e não teve andamento.

No âmbito militar, Barbosa trouxe ao debate político questões relativas às promoções militares, propondo que estas fossem apenas efetuadas após o exercício de três anos no posto, emenda que também foi rejeitada. Como vimos, todos os projetos de Barbosa não foram bem aceitos, exceto, o projeto de reforma eleitoral em 1845<sup>364</sup>. Ainda neste ano, o mordomo julgou ter sofrido um atentado em Petrópolis. Assustado, pediu ao imperador que o mandasse servir na Europa como ministro do Brasil se afastando da agitada arena política. Reassumiu a mordomia, em 1855,

---

362 Idem.

363 SCHWARCZ, op. cit (cap. 7)

364 LACOMBE, op. cit., 147-148

exercendo relativa influência no Paço<sup>365</sup>.

### 3.6 Escrevendo a história oficial do Brasil

Em 1834, Henrique Bellegarde publicou a segunda edição do *Resumo da História do Brasil*<sup>366</sup>, corrigindo e aumentando a que publicara na França Ferdinand Denis<sup>367</sup> em 1825. Dos vários títulos dedicados à história e à cultura luso-brasileira de Denis, o principal foi *Brésil*, do qual há duas versões. A primeira é de 1822, feita em parceria com Hippolyte Tauny, filho do pintor Nicolas Tauny, intitulada *Le Brésil: histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume*, em seis volumes de pequeno formato. A segunda versão, intitulada, *Brésil*, foi publicada em 1839 e integrou um a coleção de livros intitulada *L' Univers, Histoire et description de tous les peuples*. Esta é a edição mais famosa, traduzida para várias línguas, inclusive português, em 1844-45.

A obra debruça-se sobre descobrimento do Brasil, aborda largamente a presença dos índios tupinambás e rascunha o tema das três raças que povoaram o Brasil, antecipando-se ao que destacaria a atenção de Von Martius nos anos 1840. Além disso, o livro apresenta igualmente usos e costumes, festas e tradições de várias províncias, nem tanto por tê-las conhecido, mas pelos

---

365 Idem.

366 BELLEGARDE, Henrique Luís de Niemeyer. *Resumo de Historia do Brasil*. Imprenta. RJ, 1855. Em 1855 tem-se 4ª edição corrigida e ampliada por Pedro de Alcântara Bellegarde.

367 Natural da França, nasceu em 13 de agosto de 1798, em Paris, Denis foi um dos principais cronistas do século XIX dedicados à história e cultura luso-brasileira. Viveu quatro anos (1816-1820) no Brasil e prestou valiosos serviços a Portugal: tendo descoberto na biblioteca de Paris, a crônica de Guiné de Zurara. Dos vários títulos dedicados à história do Brasil e a cultura luso-brasileira, o principal foi *Brésil* publicado em 1837. Cf. BARATA, Carlos Eduardo de Almeida, BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo, 1999.

Segundo Lília Schwarcz, Denis chegou ao Brasil em 1816, com a “missão francesa”. À época contava com 18 anos. Passaria os primeiros seis meses no Rio de Janeiro e os dois anos seguintes na Bahia. Pensava seguir a carreira diplomática, contudo, já no país começou a fazer outros planos, que incluíram a agricultura e depois a indústria. Denis retornaria à França no final de 1819. Voltava ao velho mundo levando uma visão “maravilhosa” desse Brasil: uma espécie de revelação de sua juventude e sua grande paixão durante a vida toda. Na França escreveu um livro sobre o país, juntamente com Hippolyte, um dos filhos de Taunay - *Résumé de l'histoire du Brasil* – que seria publicado em 1825. SCHWARCZ, Lília Moritz. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos franceses na corte de d. João*. SP: Companhia das Letras, 2008. p. 50.

conhecimentos livrescos adquiridos. Denis chegou a esboçar um juízo crítico acerca da escravidão, tendo no Brasil o início da fase ascensional do tráfico Atlântico no século XIX, censurando ainda os privilégios concedidos aos ingleses nos tratados de 1810. Atentou, por outro lado, para os benefícios da missão artística francesa chefiada por Lebreton<sup>368</sup>.

Ferdinand Denis também foi considerado um precursor do romantismo brasileiro. Já, em 1826, no *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal, Suivi du Resumé de l'histoire littéraire du Brésil*<sup>369</sup>, recomendava aos escritores brasileiros a buscar temas originais, em vez de glorificarem as fábulas gregas. Comentando a obra de Denis, Guilhermino César, tradutor do *Resumé* (1978)<sup>370</sup>, escreveu: “Veio devassar a terra com seus próprios olhos. Por três anos percorreu parte do país, demorando-se, principalmente na Bahia, onde enriqueceu sua experiência de rapaz. Conviveu com a mocidade baiana. Amou. Sofreu na solidão”.

Sabemos que a versão do *Resumo de História do Brasil* de Bellegarde foi utilizada como manual de história no colégio Pedro II<sup>371</sup> e, posteriormente, foi adotado pelo governo como compêndio<sup>372</sup> escolar para a instrução pública em todo o império. Existe uma controvérsia no que tange autoria do *Resumo da História do Brasil*. Segundo Gilberto Luiz Alves, a obra resultou de uma tradução literal de *Resumé de l'histoire du Brésil* de Ferdinand Denis, realizada pelo militar Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde. De acordo com o próprio Bellegarde, não se tratava

---

368 VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos P. Das. *Dicionário do Brasil Joanino 1808-1821*. RJ: Objetiva, 2008. p.160

369 A respeito de Denis, como “pai dos estudos brasileiros na França”, e a perpetuação desta leitura

Cf [http://bndigital.bn.br/francebr/ferdinand\\_denis\\_port.htm](http://bndigital.bn.br/francebr/ferdinand_denis_port.htm)

370 DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. Tradução Guilhermino César. In: CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do modernismo. 1. A contribuição europeia: crítica e história literária*. São Paulo, Edusp, 1978. p. 41

371 ALVES, Gilberto Luiz; CENTENO, Carla Villamaina. *A produção de manuais didáticos de história do Brasil: remontando ao século XIX e início do século XX*. Revista Brasileira de Educação v. 14 nº. 42 set./dez. 2009. p. 472; Cf. TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. *A disciplina da História no império brasileiro*. Revista HISTEDBR Online, Campinas, n.17, p. 1 - 10, mar. 2005. p. 7.

372 Deve-se destacar que, no século XIX, no Brasil, o termo *compêndio* era empregado para designar livro produzido com finalidades de ensino, cuja significação, nos dicionários da época consultados, refere-se ao tipo de livro caracterizado por ser uma compilação de textos de vários autores, não uma produção original. SILVA, Antonio de Moraes. op.cit.

propriamente de uma tradução literal, pois o texto em português foi corrigido e comentado<sup>373</sup>. No entanto, no entendimento de Pedro de Alcântara Bellegarde, a obra era de autoria de seu irmão, Bellegarde, este “escrito sobre o que publicara em França Ferdinand Denis, a que, por isso, deu modestamente o título de tradução”. De todo modo, essa confusão é resultado da tradução para o português feita por Bellegarde, na qual ele complementou, corrigiu e inseriu novos temas na sua 2ª edição, em 1834.<sup>374</sup>

Para maiores esclarecimentos, citemos a advertência do próprio Bellegarde na primeira página do livro:

Havíamos, em nossa primeira publicação deste Resumo, vertido *algumas* páginas do Epitome francês de Mr. Denis, razão por que, em desengano de consciência, a apelidamos tradução; agora, porém, melhor investigando a cerca dos poucos fatos que daquele escritor trasladamos, nos chegamos a convencer de que, sem embargo das numerosas correções que por então lhes fizemos, ficavam eles os menos circunstanciados de todo o primeiro original, e *comporemos* a integra desta segunda edição, que damos ao público.<sup>375</sup>

Desta maneira, e valendo-se, do valioso esclarecimento de Bellegarde, temos indícios significativos de que a tradução de *Resumé de l’histoire du Brésil*, resultou em uma nova versão da publicação de 1825, base de referência de Bellegarde para construir seu Resumo da História do Brasil. Trata-se de uma publicação de 282 páginas, com uma intenção muito bem definida: escrever a História oficial do Império do Brasil. A dissertação buscava informar e instruir os brasileiros do passado do Brasil. O autor estava preocupado em reunir e classificar fatos notáveis da história brasileira para conhecimento de seus contemporâneos. Esse livro também foi utilizado como uma importante referência sobre a História do Brasil por autores como Abreu e Lima em seu compêndio da História do Brasil em 1845.<sup>376</sup> Bellegarde publicou seu Resumo aos 29 anos, quando o Rio de

---

373 ALVES, op. cit.

374 BRASIL. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, op. cit.; Em outros trabalhos, como de Maria Aparecida Leopoldino, o livro é citado sendo de autoria de Bellegarde. A Primeira edição de Resumo de História do Brasil é de 1831.

375 BELLEGARDE, op. cit. grifo meu.

376 NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *A história para uso da mocidade brasileira*. In: José Murilo de Carvalho (org). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.45-65

Janeiro estava em plena efervescência devido à abdicação. Escrito sob o impacto da mudança política e dos sentimentos que emergiram com as novas experiências de um país independente.

Desta forma, a obra representou um indício da importância conferida à divulgação e ao conhecimento de uma história que se pretendia nacional. Certamente, com a publicação do *Resumo*, uma das primeiras obras de história após a independência, o prestígio do jovem Bellegarde, por suas ações como engenheiro militar se ampliaram. E o fato do jovem Bellegarde participar da rede de relações do poder intelectual e político, contribuiu para motivar adesões e congratulações pelo seu *Resumo*.

Narrativa comprometida com a exaltação da monarquia constitucional, o *Resumo da História do Brasil*, diferentemente do *Resumé de l'histoire du Brésil* que tinha uma postura muito crítica em relação a esta questão. Neste particular, a obra de Bellegarde se propôs afirmar o império em pé de igualdade com as nações europeias, assim, a questão da escravidão é completamente silenciada. Sendo o elemento negro (a classe perigosa) intencionalmente excluído apesar de ser parte importante da formação da *nação*<sup>377</sup>. Esta perspectiva diminuiu muito o papel cultural e econômico dos escravos africanos, visto que o autor não estabelece nenhuma relação da escravidão como um dos elementos chaves da economia no império.

Como sócio correspondente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro<sup>378</sup>, o engenheiro Bellegarde<sup>379</sup> refletiu os anseios e interesses de um grupo ligado aos interesses do Estado. Com o intuito de forjar a imagem de uma nação, era necessário construir um saber sobre o passado, pois naquele momento este era considerado um dos caminhos mais acertados para que o Brasil se reconhecesse em sua unidade. Ao expor a razão da tarefa que empreendera, o autor expressou a

377 Sobre nação ver Graham, Richard. *Construindo uma nação no Brasil no século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado*. Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1, pp. 11-47, 2001.

378 Embora a produção do *Resumo de História do Brasil* se apresente numa fase anterior à fundação do IHGB. A obra teve como referência a literatura histórica existente à época, baseada em autores estrangeiros, como Robert Southey. Cf. GASPARETO, Alerte M. *A pedagogia da nação nos livros didáticos de história do Brasil no CPII 1838-1920*. p. 5

379 Após sua morte em 1839, o seu irmão, Pedro de Alcântara Bellegarde a pedido do IHGB produziu um *elogio histórico* em memória do Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde.

esperança de ver sua obra colocada a serviço da formação dos estudantes brasileiros: “fico feliz se nossos jovens compatriotas acharem neste livro auxílio a seus primários estudos, único incentivo que a tal publicação nos animou”.<sup>380</sup>

“Herdeiro muito próximo de uma tradição iluminista”, fundado em meio ao processo de consolidação do Estado Nacional, e engajado na tarefa de compor um perfil para a “nação brasileira”. O recém-fundado estabelecimento “científico” (1838) ou, na expressão de Manoel Salgado<sup>381</sup>, “grêmio de letrados”, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desempenhou um importante papel no que se refere à pesquisa, coleta, seleção, classificação e divulgação de fontes da nossa história<sup>382</sup>. No entendimento de Lúcia Maria Paschoal, no século XIX, outros adjetivos também foram utilizados para caracterizar o Instituto: “reduto intelectual”, “herdeiro muito próximo da tradição iluminista”, “guardião da história oficial” e “tipo de associação sábia”.<sup>383</sup>

A composição interna do IHGB revela um grupo recrutado nos setores mais importantes da sociedade. O perfil dos sócios<sup>384</sup> era desde políticos, proprietários de terras e negociantes de grosso trato até literatos ou pesquisadores de renome. Assim, de acordo com Lilia Schwarcz, o Instituto tinha como função a consagração de uma elite local e de uma história basicamente regional<sup>385</sup>. Assim, o Instituto, cumpria diferentes papéis; para alguns, significava um local de projeção intelectual, para outros, um espaço de promoção pessoal.

380 ALVES, op. cit., p. 472.

381 GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Entre as Luzes e o Romantismo. In: Estudos sobre a escrita da História. Org. GUIMARÃES, Manoel Salgado. RJ, 7 Letras, 2006.*

382 GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade Imperial. O Instituto Histórico Geográfico. RIHGB, 156 (B88), 1995. p. 460*

383 Idem.

384 Segundo Lilia Schwarcz havia quatro perfis dos sócios do IHGB: os *efetivos* para os quais residência na capital federal e a produção de trabalho sobre história, geografia ou etnografia do Brasil eram exigidos, abonando a capacidade literária do autor; aos *correspondentes* era requerida ou a mesma condição de idoneidade intelectual ou a oferta de um valioso presente destinado ao IHGB; aos *honorários*, que teriam condição, além de “idade de proveta”, o “consumado saber e distinta representação” e, por último, os sócios beneméritos, eram os sócios efetivos que por serviços relevantes viriam se tornar merecedores de tais distinção. A posição de presidente honorário era cativa do imperador. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.104

385 Idem, p.104.

Henrique Bellegarde fazia parte da categoria sócio correspondente do IHGB<sup>386</sup>, cuja função no instituto consistia na produção de um trabalho sobre história, geografia ou etnografia do Brasil, etc.<sup>387</sup>

Manoel Salgado se debruçou em importantes reflexões em torno de como se pensou a escrita de uma história nacional no Brasil, no século XIX, e que vieram à luz nas páginas da Revista do IHGB, os quais ele denominou de “textos fundadores”. Sua análise tem como temática central a concepção de modelos para a escrita da história do Brasil. Segundo ele, os “textos fundadores” anunciavam um tema central da Revista, ao longo de todas as duas décadas posteriores à sua fundação, a saber: a necessidade de um conhecimento mais sistemático das populações indígenas que ocupavam o território nacional. Esta questão, aliás, foi um traço marcante na obra de Bellegarde. Curiosamente, a classificação da Primeira Época do Resumo de História do Brasil compreende o conhecimento da população indígena do território brasileiro, tema que estava na agenda temática e de interrogações da Revista que buscava estudar as “origens dessas populações”.

O conhecimento acerca da primeira época, aquela que aparece mais “obscura” porque ainda não tinha sido submetida às regras existentes para a escrita da história, a partir de uma matriz científica<sup>388</sup>. Desta forma, a posse de um “passado histórico” seria a garantia da capacidade do povo indígena de fazer parte da tradição ocidental. O resgate de um passado tornava-se uma maneira de “provar” a possibilidade de “conversão” à civilização, ou, ao contrário, a sua condenação a um estado de barbárie<sup>389</sup>.

Em consonância com as perspectivas do IHGB, a história contada no Resumo da História do Brasil não poderia ser diferente de uma fala oficial, com vista a construir uma história nacional, elaborando um passado no qual a conquista da América seria o marco da origem. Bellegarde datou

---

386 Os membros da família Jacob Niemeyer e Pedro de Alcântara Bellegarde constam na célebre lista dos sócios fundadores do IHGB.

387 SCHWARCZ, op. cit, p.105.

388 GUIMARÃES. op. cit. p. 117

389 Idem.

uma histórica local, branca e europeia, que encontrou na descoberta portuguesa do país a origem da *nação*. Por considerar uma fonte riquíssima, sobretudo no que se refere à questão de se pensar o Brasil, no início do XIX, buscamos analisar, nas linhas que se seguem, os temas sobre os quais Bellegarde lança luz e que considera como elementos importantes para formação do Brasil.

Neste sentido, análise do *Resumo da História do Brasil* tem como proposta verificar no discurso de Bellegarde questões de cunho civilizador nos trópicos. Ao que tudo indica, este compêndio foi bastante lido, sobretudo, pelo corpo discente e docente do Imperial Colégio Pedro II, apresentando diversos padrões de civilidade que estavam inseridos no projeto de civilização do império<sup>390</sup>.

Utilizando-se desta discussão para pensar o caso do Primeiro Reinado brasileiro, tem-se a noção de ideal civilizatório enfatizado por Afonso Carlos Marques dos Santos. O autor trabalha com a ideia de um projeto civilizatório na cidade do Rio de Janeiro que teve seu início com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808, e foi se modificando, ao longo do século XIX, de acordo com as mudanças políticas e sociais no Brasil e em consonância com os ideais de civilização da Europa. Neste sentido, para Afonso Marques dos Santos, a cidade do Rio de Janeiro era um laboratório da civilização, onde o projeto político de constituição de um império luso-brasileiro, em 1815, e a partir de 1822, o projeto político de construção de um Estado-Nação, estavam associados a um projeto civilizatório, com moldes na Europa, principalmente na França. Uma tentativa de formar nos trópicos o que Afonso Marques dos Santos denominou de “Europa possível”<sup>391</sup>.

Com efeito, o modelo de civilização europeu era visto como uma maneira possível de fazer “progredir” ou tirar do “atraso” o Brasil. Entretanto, a consciência de uma suposta superioridade (de

---

390 BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. *A civilização moralizante da ficção de Joaquim Manuel de Macedo. Saeculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [20]; João Pessoa, jan/ jun. 2009. p.2

391 SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.



comportamento, ciência, tecnologia e arte) europeia de civilização, passa a servir às nações colonialistas e, por conseguinte, à classe superior para grandes segmentos do mundo não-europeu, como justificativa de seu domínio em “terras primitivas”, tendo em vista que “o processo de civilização nas principais nações europeias era considerado por essas sociedades como já terminado”. Então, cabia a estas nações, porta-estandartes da civilização em marcha, transmitir aos demais povos não-europeus uma civilização existente ou acabada<sup>392</sup>.

Henrique Bellegarde era um autor, que por ser membro da elite imperial, estava no campo de ação do projeto civilizatório. Os livros em geral eram uma das grandes vias de divulgação das ideias relativas a esse projeto e, no âmbito dessas, encontram-se as de Bellegarde, que por ser parte da elite e, por se saber parte desse projeto civilizatório, escreveu *Resumo da História do Brasil* com a intenção de expor tal ideal civilizatório para a sociedade fluminense.

Esta proposta, a meu ver, está estritamente vinculada com um modelo de *nação* que se desejava construir ao longo do século XIX. Ao mesmo tempo, o *Resumo da História do Brasil* reflete as inquietações do autor e, portanto, de um tempo no qual o império brasileiro buscava se afirmar como uma nação civilizada. Neste sentido, serão destacadas as passagens que demonstram este aspecto. Para isso, é importante perceber a organização delas e dos capítulos do livro. Conforme segue abaixo, o livro segue uma periodização rigorosa.

Em primeiro lugar, a análise do próprio título do livro sugere de imediato várias questões, pois, se por um lado, o livro pretende ser um resumo da História do Brasil, por outro, a leitura do mesmo não demonstra este objetivo. Nele, a história do Brasil se inicia com a conquista da América pelos portugueses, neste sentido, o descobrimento é visto como marco da origem da história do Brasil. Naturalmente, não é por razões meramente didáticas que a periodização da história brasileira se inicia com o “descobrimento” do Brasil, o que pressupõe uma existência do objeto Brasil antes mesmo do processo de conquista e colonização do território pelos portugueses. Assim, buscava-se

---

392 ELIAS, op.cit., p.64

apresentar o Brasil num espaço politicamente demarcado no século XIX, tomado como um dado que, projetado no passado, tornava-se o referencial fundamental para a própria história<sup>393</sup>.

Temos indícios significativos de que a escrita de história do Brasil nos oitocentos, presente nas páginas de *Resumo de História do Brasil*, tinha como finalidade produzir um discurso destinado a formar a ideia de que os “brasileiros” partilhavam um passado comum. Forjando, claramente, uma identidade nacional.

Em segundo lugar, essa tentativa de construir uma identidade brasileira produziu um dilema, mesmo que não tenha sido formalizado como um problema, mas atravessou e configurou as primeiras escritas sobre o passado nacional, a saber: como ser brasileiro sem deixar de ser filho da civilização<sup>394</sup>. Neste particular, observando o debate no campo letrado, que se iniciou do século XIX, sobretudo no IHGB, as doutrinas raciais versus modelo igualitário da Ilustração fizeram parte de uma problemática antiga de se pensar o termo brasileiro.

Redigido nas primeiras décadas do século XIX, a obra de Bellegarde exemplifica claramente a postura de construir uma história oficial para a ex-colônia portuguesa. Podemos observar isto na preocupação do autor em dividir a obra em épocas. Ao todo, Bellegarde define seis diferentes épocas históricas. Embora essa divisão temporal do livro tenha sido questionada posteriormente pelos sócios efetivos do IHGB, na 4ª edição feita Pedro de Alcântara Bellegarde (1855), a organização inicial se manteve<sup>395</sup>.

A Primeira Época é intitulada: *O Brasil antes da conquista*. Bellegarde inicia esta época dissertando sobre as diferentes nações indígenas que habitavam a América antes da conquista portuguesa, com ênfase especial aos tupis e tupinambás. Descreveu o modo de vida, religiosidade, governo, sociedade, costumes e língua na cultura Tupi. Classificou e construiu um “mapa”

---

393 SANTOS, op.cit., p.91

394 GUIMARÃES (2006), op.cit, p.84

395 IHGB, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Elogio Histórico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. Recitado por Pedro de Alcântara Bellegarde, orador do [IHGB] p. 226

geográfico a cerca da localização dessas nações, ressaltando os descolamentos a partir da conquista portuguesa: “**Carijós** provenientes do sul; **Tamoios** eram senhores de toda a costa compreendida entre o Cabo de São Tomé e Angra dos Reis; **Goytacazes** estavam situados no Rio de Janeiro<sup>396</sup>. **Tupinambás** localizados na Bahia; **Tupiniquins** habitavam as regiões do Rio de Janeiro e Bahia; **Aimorés** habitavam o interior do Brasil (provinham das hordas habitantes das áridas planícies de Pernambuco, Ceará e Piauí) e os **Botocudos** descendiam desta raça; **Papanazes** habitantes de Porto Seguro e Espírito Santo; **Ubirajarás** habitavam o interior do Brasil; **Caetés** habitantes de Pernambuco. Tinham reputação de muito cruéis; **Potiguaras** habitavam o Rio Grande do Norte, Paraíba e Maranhão<sup>397</sup>.

Ao narrar a história das nações indígenas, Bellegarde se coloca dentro da narrativa, por exemplo, quando utiliza a primeira pessoa na expressão “nosso território” e se diferencia dos *outros*, os indígenas (povos *selvagens* errantes que viviam apenas do que a natureza oferecia<sup>398</sup>), com isto, estabelece hierarquias. Utilizando como parâmetros os avanços “técnicos” das nações indígenas e as noções europeias de civilização x barbárie (estado atrasado da *civilização*) ou (portugueses x selvagens ou primitivos). Este aspecto é muito bem ilustrado na seguinte passagem:

Os próprios *selvagens* os contemplavam como *irracionais* (aimorés), por ignorarem a maneira de se construir uma cabana, e não saberem adornar-se com as ricas plumas cujo uso se encontrava em todas as outras tribos (...), pois um povo *bárbaro* que habita as margens dos rios, não pode ignorar por muito tempo a arte de nadar. Faziam os aimorés pior uso da carne humana do que os antropófagos de que temos falado.<sup>399</sup>

O autor parte de uma visão civilizadora europeia e “sendo o estado de civilização tão diverso entre os conquistadores e conquistador”. Utiliza constantemente a expressão *hordas* para se referir aos indígenas ou a *nações bárbaras*, no entanto, ambigualmente em outras passagens, se refere aos tupis especificamente como nação, cujo império expandiu e dominou os tapuias.<sup>400</sup>

396 BELLEGARDE, op.cit.; pp. 26-27

397 Idem

398 BELLEGARDE, op. cit, p. 8.

399 Idem, pp. 31-32.

400 Idem, p. 8.

Na segunda época, *O Brasil conquistado pelos portugueses*, o autor trata de assuntos como: o descobrimento e colonização do Brasil; a viagem de Cabral; a exploração do pau brasil; a narrativa da história de Magalhães e outros viajantes; a povoação de S. Vicente, Pernambuco e Bahia; a nomeação do 1º Governador Geral; a fundação de São Paulo; o estabelecimento de Villegagnon, sua expulsão e fundação do Rio de Janeiro; a divisão do Brasil e dos governos; e a morte d'el rei D. Sebastião.

Neste capítulo, o que fica em evidencia é, sobretudo, a guerra que culminou na dominação dos povos indígenas pelos portugueses, bem como a luta lusitana para estabelecer seu domínio efetivo na região conhecida pelos tupinambás como Pindorama, posteriormente, nomeada de Brasil. O autor pontua, ainda, as estratégias da coroa portuguesa para tal empreendimento.

Como se pode notar, Bellegarde nos fornece dados acerca da forma violenta como se deu a dominação portuguesa, mesmo que o faça não intencionalmente, visto que segundo ele, este feito representou um acontecimento notável e heroico. Desta forma, o extermínio dos nativos foi necessário, pois se tratava, sobretudo, de povos selvagens, quiçá, incivilizáveis, que praticavam inclusive rituais canibais, ou seja, eram povos *primitivos*.

De fato, este tipo de formulação, não simpática aos indígenas, contrastava com o mito do “bom selvagem” presente nos relatos dos viajantes. Bellegarde analisou a ex-colônia portuguesa através das pesadas lentes portuguesas (cristãs) que denunciavam a antropofagia indígena, vista como extremo ato bárbaro dos selvagens. São dignas de menção, as observações que fez Manuela Carneiro a cerca da diferença entre canibalismo e antropofagia que existia no século XVI. Segundo ela, os canibais eram povos que se alimentavam de carne humana, e muito distinta era a situação dos tupis que comiam seus inimigos por vingança<sup>401</sup>. Essa postura pode ser observada na passagem abaixo:

(...) e por toda a parte se acham provas irrefragáveis de que o estado selvagem em que

---

401 SCHWARCZ, op. cit., p.253.

viviam estes Povos reunia vantagem que a civilização só pode oferecer no fim dos séculos<sup>402</sup>.

Assim, a imagem do indígena era de um elemento redimível, apenas, mediante a catequese, que o retiraria da sua posição de 'selvagem errante', para inseri-lo no interior da *civilização*. Como podemos observar, esta perspectiva tinha um cunho evolucionista e no mais determinista. Tal postura pode ser melhor exemplificada a partir da análise da seguinte passagem:

Durante as cerimônias religiosas que tiveram lugar na ocasião da posse (dos conquistadores), os tupinambás se comportaram exatamente como os europeus, imitaram seus gestos e devoção, o que fez pensar que alcançariam facilmente o cristianismo; mas o futuro mostrou como seria custosa essa conversão, que marchou sempre para a violência, porque outros interesses mais do que os da religião, influiriam sobre este objeto<sup>403</sup>.

Para Bellegarde, seria possível e mesmo necessário, trazer os “selvagens” para o cômodo da civilização, incutindo-lhes as noções de religiosidade e propriedade. Essa noção dos indígenas selvagens que os associavam à infância da humanidade, como indivíduos recém-saídos do estado de natureza, ou ainda presos a ela, também foi partilhada por diferentes autores como Adolfo de Varnhagem<sup>404</sup>. Sem marcas visíveis de historicidade, segundo parâmetros da cultura histórica oitocentista, os indígenas pareciam se encontrar num eterno presente, por isso, constituíam um enigma a ser decifrado<sup>405</sup>.

A Terceira Época, *O Brasil sob o domínio espanhol*, lança luz sob a dominação espanhola na América portuguesa, e a instabilidade política que este episódio ocasionou: os frequentes ataques dos franceses no norte do território vieram culminar com a fundação da França Equinocial. Aborda também o estabelecimento dos holandeses em Pernambuco e os esforços das autoridades locais para reprimir tais ocupações. São narrativas excessivamente factuais dos feitos militares ibéricos na

---

402 BELLEGARDE, op. cit., p. 71.

403 Idem, p.45.

404 TURIN, Rodrigo. *A “obscura história” indígena: In: Estudos sobre a escrita da História*. Org. GUIMARÃES, Manoel Salgado. RJ, 7 Letras, 2006. p.93

405 Idem, p. 87

guerra contra os franceses e holandeses.

Em linhas gerais, a Quarta Época intitulada: *O Brasil livre do jugo da Espanha*, dedica-se a narrar cronologicamente os acontecimentos do século XVIII, a saber: o Brasil livre do jugo da Espanha; restauração de Portugal e lealdade de Amador Bueno; Tomada do Maranhão pelos franceses e sua expulsão; Levantamento de Vieira contra o domínio dos holandeses em Pernambuco; ataque da Bahia pelos holandeses; primeira e segunda batalhas de Guararapes; expulsão total dos holandeses; título de principiado conferido ao Brasil; povoações de Santa Catarina, Alagoas, Minas Gerais, Piauí, Mato Grosso, Goiás e São Pedro; fundação e tomada da colônia da Sacramento; descobrimento de minas de ouro; guerra dos emboabas; expedições de Duclerc e Dugauy; tratados de Utchet; minas de diamante; levantamento das missões jesuíticas do Uruguai; paz com a Espanha; transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro; administração do marquês de Pombal; Restauração de São Pedro; expedições de Cevallos contra o Brasil; conspiração de Tiradentes; guerra de 1801; conquista das sete Missões do Uruguai; e guerra contra a França.

Algumas narrativas chamam atenção, no que tange à preocupação do autor com o rigor “acadêmico” para se escrever história, eis a seleção:

O respeito que desejamos guardar à ordem cronológica dos fatos, obriga-nos agora a interromper a História dos descobrimentos devido aos Vicentistas, para relatarmos outros sucessos não menos interessantes<sup>406</sup>.

Na Quinta Época, *O Brasil sede da monarquia portuguesa*, enfatiza muito as guerras e a política (normalmente com informações exatas dos números de soldados feridos ou mortos e prisioneiros de guerra). Este aspecto me pareceu excessivamente cansativo, visto que tornou a leitura exaustiva.

Quanto à abordagem histórica dominante prevalece um predomínio da história política

---

406 Idem, 45.

escrita no século XIX. Temas como independência e seus diferentes agentes, as conspirações em Minas; o descobrimento, a transferência da corte portuguesa para o Brasil, etc. foram trabalhados no livro. No entanto, as marcas das luzes setecentistas (observação e classificação) ainda se faziam presentes em pleno século XIX e num quadro político agora alterado em virtude da independência proclamada em 1822. Contemplamos desta forma, tanto influências da Ilustração do século XVIII, com seu projeto de formular uma razão explícita para o devir, bem como elementos do Romantismo/historicismo do século XIX, que concebia a História como ciência empírica dos fatos. Essas heranças intelectuais marcaram as reflexões dos primeiros letrados envolvidos em se pensar a história do Brasil a partir da independência<sup>407</sup>. Assim, alguns valores da ilustração foram reafirmados ainda que submetidos a novas demandas.

Por último, a Sexta Época, *O império do Brasil constitucional e independente*. Este capítulo inicia-se com a exaltação da independência do Brasil, vista como “um dos espetáculos que mais se enlevam na história das nações”. *Heroica revolução, a mais preciosa da América*, que conseguiu a “regeneração de um povo nobre”, promovida pelo “príncipe libertador” e “defensor perpétuo do Brasil”<sup>408</sup>, são apenas alguns adjetivos que o autor utiliza para caracterizar o processo de independência e o constitucionalismo presente nesse “novo” império.

Os temas tratados neste último capítulo são: Reunião da Assembleia Constituinte; Movimentos em diferentes províncias; A incorporação de Montevidéu ao Brasil; Dissolução da Constituinte; Constituição oferecida pelo Imperador; Segunda revolução em Pernambuco; Atentado na Bahia; Seca no Ceará; Reconhecimento da Independência; Matança no Rio de Janeiro; Fim da campanha no Sul e Separação de Montevidéu.

Sendo contextualizado adequadamente, o *Resumo da História do Brasil*, nos fornece informações de como estava sendo processada e pensada a construção do Estado Imperial. Desta

---

407 GUIMARÃES, Manoel op. cit., p. 70

408 BELLEGARDE, op. cit. p. 225-226.

forma, tentar ler as fontes nas entrelinhas (o não escrito) ou ainda como um espelho deformado<sup>409</sup> nos ajuda a decifrar questões que estavam na ordem do dia: forjar imaginário social, visando construir uma memória de império brasileiro grandioso e civilizado. Para além disso, esta proposta incluía um projeto mais amplo, de formar e educar o Povo<sup>410</sup>, principalmente, no Rio de Janeiro, que funcionou como laboratório deste projeto. Esta produção simbólica de memórias está intimamente relacionada com institucionalização do poder do monarca.

Assim, descrever circunstancialmente os fatos, destacando a atuação dos principais personagens, apresentava-se fundamental para a imagem que se pretendia difundir do Estado. Certamente, para Bellegarde foi a herança portuguesa a base para a construção do império do Brasil, no qual D. Pedro I representou o *herói* no processo de independência. Essa tradição portuguesa se apresentou como ponto-chave para construção de uma nova nação nos trópicos, por isso, ela não devia ser negada ou esquecida<sup>411</sup>. De fato, Bellegarde apontou a importância da tradição portuguesa na formação do Brasil, destacando, sobretudo, as continuidades. Essa postura favorável à herança portuguesa aparece enunciada,

Entre os espetáculos que mais enlevam na História das Nações, se distinguirá sempre a Independência do Brasil. A heroica revolução desta, a mais precisa porção da América, conseguindo a regeneração de um Povo, ardente e nobre, curvando por três séculos ao rigor colonial, apresenta singular circunstância de ter o chefe aquele mesmo príncipe, a quem por direito indisputável, tinha de primeiro caber à coroa do tríplice império<sup>412</sup>.

Dentro deste panorama, a produção simbólica do império estava voltada para institucionalizar o poder monárquico, no intuito de construir um imaginário social de nação, de acordo com o ideal civilizatório existente na Europa. Isso forma nos trópicos, o que Marquês dos Santos denominou de *Europa possível*.<sup>413</sup>

409 GINZBURG, Carlo. *Relação de força, retórica e prova*. SP: Companhia da Letras, 2002.

410 MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema*. A formação do Estado Imperial. 5ª edição. SP: Hucitec, 2004.

411 NEVES, op. cit.

412 BELLEGARDE, op. cit. p.224-225

413 SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A Academia Imperial de Belas Artes e o Projeto Civilizatório do Império. In: PEREIRA, Sonia Gomes (org.). *180 Anos de Escola de Belas Artes. Anais do Seminário EBA 180*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997: 127-146.



Civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais. Como se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelas as mesmas etapas de “desenvolvimento cultural” europeu.

Neste particular, à luz do texto de Norbert Elias, podemos trabalhar com a ideia de civilização. Segundo ele, o termo *civilização* refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, do desenvolvimento dos conhecimentos científicos, das ideias religiosas e dos costumes. Este conceito expressa uma consciência de superioridade da classe alta europeia em comparação com outros povos que seus membros consideravam mais “simples” ou mais “primitivos”<sup>414</sup>.

Elias, que diz que “civilização descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente para frente”.<sup>415</sup> Ainda dentro desta ideia da civilização não como um estado, mas como um processo, Norbert Elias diz que ela é

um processo que deve prosseguir. (...) Ele absorve muito do que sempre fez a corte acreditar ser – em comparação com os que vivem de maneira mais simples, mais incivilizada ou mais bárbara – um tipo mais elevado de sociedade: a ideia de um padrão de moral e costumes, isto é, tato social, consideração pelo próximo, e numerosos complexos semelhantes.<sup>416</sup>

Desta forma, Elias identifica tal conceito na autorregulação dos indivíduos no que se refere às suas pulsões e afetos, condição necessária para a convivência do indivíduo consigo e com os outros sujeitos. A conformação da sociedade moderna se relaciona com um controle externo mais pautado no consenso do que na violência física, em decorrência da necessidade de expansão do poder social entre os grupos sociais, evitando-se o conflito latente entre estes.

O fato de Bellegarde pertencer à “boa sociedade” e fazer parte da elite política, não significa

---

414 ELIAS, op.cit. 23

415 Idem, p. 24.

416 ELIAS, op. cit. p. 62.

que apoiava irrestritamente tal civilização que se desejava importar. Pelo contrário, ele criticava a sociedade, sobretudo, o “desumano tráfico da escravatura”<sup>417</sup>. Muitas vezes, porém, contradizia-se, o autor, denominando os costumes coloniais (que ele chama de “antigos”) e do povo como bárbaros, enquanto valorizava os da elite e os recém-importados da Europa, chamando-os civilizados.

Lido e comentado pela *boa sociedade* do império, o multifacetado Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde não foi somente militar, mas também engenheiro, escritor e “homem de letras”. Isto porque, na sociedade brasileira em meados do século XIX, homens como Bellegarde ocupavam diversas funções, acumulando “profissões”. Assim, atuou em diversos âmbitos tanto na construção como na divulgação do projeto civilizatório do império.

No final do século XIX, o nome de Bellegarde foi praticamente esquecido no meio letrado. Não se fez quase nenhuma menção a sua obra, ofuscada talvez pela de Varnhagen. Analisado em seu tempo, Bellegarde foi um homem fiel às ideias de sua época. Como militar letrado, cumpriu com aquilo que ele se propôs a divulgar – as ideias de civilização, amparada nos valores cristãos. Estes dois ideais somam-se à grande capacidade descritiva que ele possuía e, neste quesito, ele foi bem sucedido.

De fato, é necessário perceber que o *Resumo da História do Brasil* foi uma produção de seu tempo, e por isso, muito influenciado pelo iluminismo francês e pela ideia de civilização. Refletindo em ações concretas, a partir da construção de um imaginário social, que buscava enfatizar na figura do Estado imperial uma vanguarda, capaz de salvaguardar os valores de civilidade europeia nos trópicos. Procurando transformar um Brasil exótico, escravocrata, em uma “nação” civilizada, por meio de implementação de medidas concretas, como publicações de memórias, livros, e também através incentivo educacionais que, sem dúvida, foram cristalizados nas pensões de estudos no estrangeiro em 1825.

---

417 BELLEGARDE, op.cit., p.23.

## **Considerações finais**

Dado o exposto, podemos concluir, a partir da análise das duas trajetórias, que a política de incentivo do governo imperial de concessão de pensões de estudos, de fato, contribuiu para a construção do Estado, com o fim prático de formar e qualificar oficiais e homens de letras para atuarem no Estado. A maior parte dos oficiais e paisanos agraciados com as pensões de estudos, pelo imperador D. Pedro I, atuaram, posteriormente, como políticos, engenheiros, administradores e “homens de letras” na sociedade imperial, mas permaneceram vinculados de alguma forma ao campo militar, visto que gradualmente haviam sido promovidos na carreira militar. Só para citarmos um exemplo, as últimas patentes de Bellegarde e Barbosa confirmam esta premissa, de major e a de brigadeiro, respectivamente, em 1828 e 1842. Por fim, em Henrique Luis Niemeyer Bellegarde, Paulo Barbosa da Silva, João Antônio Pereira da Cunha, Ernesto Frederico de Verna Magalhães e Eustáquio de Melo Mattos, debruçamo-nos em exemplos máximos, do que José Murilo chamou de topo da burocracia Imperial que necessariamente se fundia com a elite política.

Vimos até aqui que a participação dos ex-pensionistas na administração pública, ou seja, na burocracia do Estado, foi um fenômeno significativo. Absorvidos na engrenagem maior de uma política de Estado, empenharam-se ativamente os engenheiros militares, os agentes diplomáticos e os militares de carreira na construção do Estado Imperial. Desde século XVIII, como já sinalizado no primeiro capítulo, a coroa portuguesa investiu nas viagens científicas, agraciando com pensões e viagens de estudos muitos naturalistas luso-brasileiros (recrutados junto à intelectualidade acadêmica Coimbrã) que colocaram seus conhecimentos científicos para razão do Estado, sacrificando a História Natural em favor de uma colonização mais racional nas possessões ultramarinas. Desta forma, as viagens científicas no século XVIII estavam associadas com as razões de Estado. Ora, esta prática também consistiu numa estratégia de cooptação e subordinação dos

letrados para tarefas científicas. Esta estratégia, ao que tudo indica, também foi lançada por pelos imperadores D. Pedro I (38 pensões de estudos entre 1824 a 1828) e D. Pedro II (60 pensões de estudos entre 1842 a 1880<sup>418</sup>) que financiaram diversas pensões de estudos durante seus respectivos reinados.

Assim, a concessão de pensão de estudos consistiu numa prática de antigo regime. Observamos continuidade dessa prática durante o século XIX. Quatro anos depois de proclamada a independência do Brasil (1825), aproximadamente, vinte quatro pensões de estudos foram concedidas por decreto de D. Pedro I, mas agora para militares. Assim, foi possível perceber que a cultura de pensões de estudos do Estado se manteve no recém-fundado império brasileiro, embora não se tenha verificado uma regularidade com políticas específicas. De fato, devido à carência de funcionários em diversos ramos da administração do Estado, houve a necessidade de nomear indivíduos para se instruírem no estrangeiro, a fim de que adquirissem conhecimentos práticos e conseqüentemente os aplicassem na burocracia do Estado. Neste sentido, nossa hipótese inicial foi confirmada.

---

418 Dados de acordo com a documentação consultada no Arquivo Histórico do Itamaraty: AHI 439/05/01; AHI 210/01/11; AHI 299/02/01; AHI 299/04/11; AHI 444/02/28; AHI 303/04/01; AHI 300/02/13; AHI 303/04/09; AHI 225/04/08; AHI 304/01/07; AHI 300/02/16; AHI 300/03/12; AHI 435/04/10; AHI 292/03/12; AHI 418/01/03; AHI 435/04/10.

## Referências

### I – Documentos Oficiais

#### Arquivo Histórico do Itamaraty

Correspondência (avisos, ofícios, bilhetes) entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e o da Guerra. (1822-1831)

Avisos e ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros à Legação Imperial na França (1822-1831)

BRASIL. *Coleção de Leis e Decretos de 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: 1885.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional e Imprensa Nacional, 1883-1902.

Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação diplomática. Ano VII, nº 12, 2008.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Tomo II, L – Z. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789.

\_\_\_\_\_. *Diccionario da lingua portugueza composto por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 4ª edição, reformada, emendada, e muito acrescentada pelo mesmo autor: posta em ordem, correcta, e enriquecida grandes números de artigos novos e dos synonymos por Theotónio José de Oliveira Velho Tomo II, F – Z. Lisboa: Impressão Régia, 1831.

#### Arquivo Histórico do Exército

Arquivo de fés-de-ofícios do Ministério da Guerra

Arquivo de requerimentos ao Ministério da Guerra

#### Arquivo Nacional

AN IG3 04 (Fundo/coleção: Série Guerra cobre os anos de 1824 a 1832)

Revista de Engenharia - Publicação mensal - nº 4 – ano III – Rio de Janeiro 15 de abril de 1881. p. 63. Consultada no Arquivo Nacional - Fundo / coleção: Família Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde 1823 a 1887.

#### Biblioteca Nacional

BELLEGARDE, Henrique Luís de Niemeyer. Relatório da 4ª Seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa.

\_\_\_\_\_. Carta geo-hidrográfica da ilha e canal de Santa Catarina, levantada por H. L. de Niemeyer Bellegarde.

A VERDADE, JORNAL MISCELLÂNICO. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1832-3184.

### **Real Gabinete Português de Leitura**

BELLEGARDE, Henrique Luís de Niemeyer. *Resumo de Historia do Brasil*. Imprensa. RJ, 1832.

### **Instituto de Histórico e Geográfico Brasileiro**

BRASIL. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Elogio Histórico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. Recitado por Pedro de Alcântara Bellegarde, orador do [IHGB] p. 226

CAMPOS, Frederico Carneiro de. Relatório apresentada à Assembleia Legislativa provincial da Paraíba do Norte. Pernambuco, Typ. de Santos & Cia, 1845.

\_\_\_\_\_. Planta da cidade do Rio de Janeiro organizada do Arquivo militar pelos oficiais. F. Carneiro de Campos, A.J. de Araujo, M.F.C. de Oliveira Soares e A.L. de Abreu. [Rio de Janeiro] : Arquivo militar, 1858.

### **Outros:**

APPENDICE ao Padre Amaro, *Jornal Politico, Histórico e Litterário*. Tomo II. London: Impresso por R. Greenlaw, 1827.

BARROS, José Vilela. Memória ou Exposição do método de plantar, e colher no Brasil a Mandioca, e fabricar a sua farinha; e dos mais produtos, e usos desta raiz com a aplicação do mesmo método ao fabrico da farinha das batatas“ ["Memórias de correspondentes"]. In: Academia Real das ciências de Lisboa (1821b)

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 a 1840. *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do IHGB*, Tomo X, 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1870.

OLIVEIRA, Cândido Bastita de. *A escravatura no Brasil e a época provável de sua extinção*. São Petersburgo, 1842, 1 Volume; *Elogio histórico do marquês de Paranaguá*, recitado na sessão ordinária do Instituto histórico de 4 de março de 1847. **Revista do Instituto Histórico Geográfico**

**Brasileiro**, tomo IX, 2º ed., 1869, pp. 398-408.

## II - livros e artigos

ALVES, Cláudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no império*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

ARIAS Neto, José Miguel. “A Formação do Estado Nacional e as Forças Armadas”. In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH*, Rio de Janeiro, 2006.

ARRUDA, José Jobson de A. *Uma colônia entre dois Impérios. A Abertura dos Portos 1800-1808*. Bauru: EDUSC/Cátedra Jaime Cortesão, 2008.

AULER, Guilherme. *Os Bolsistas do Imperador*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Tribuna de Petrópolis, 1956. (Cadernos do Corgo Seco).

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida, BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo, 1999.

BAUER, Carlos e JARDILINO, José Rubens L. *Apontamento sobre uma história recente: gênese e desenvolvimento da universidade brasileira*. **Rhela**, volume 7, ano 2005.

BENTIVOGLIO Julio. *A Facção Áulica e a Maioridade: A presença de Aureliano Coutinho na transição para o Segundo Reinado*. REVISTA ESBOÇOS Volume 17, Nº 23, UFSC, 2010.

\_\_\_\_\_. *Demos com o colosso em terra: o ocaso de José Bonifácio e a ascensão política de Aureliano Coutinho nas páginas do jornal A Verdade*. História (UNESP. Impresso) (Cessou em 2004), v. 29, pp. 248-267, 2010

BERSTEIN, Serge. **Culturas políticas e historiografia**. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda; QUADRAT, Samantha (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. RJ: FGV, 2009.

BERTRAND, Michel. *De la familia a la red de sociabilidad*. In: **Revista Mexicana de Sociologia**. Num.2. vol. 61. abril-junho de 1999. In: LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais – a família Ferreira Armond (1751-1850)*. Niterói, 2010.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 3ª ed e 1ª reimp.. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. *A civilização moralizante da ficção de Joaquim Manuel de Macedo*. *Saeculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [20]; João Pessoa, jan/ jun. 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. RJ: Bertrand Brasil, 2010.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação diplomática. Ano III, nº 4, 2004.

Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação diplomática. Ano VII, nº 12, 2008.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *D. Pedro II: Ser ou Não Ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate*. In: José Murilo de Carvalho (org). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século, André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj, 1998.

CAVALCANTE, Berenice. *José Bonifácio: razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CASTRO, Celso. *O espírito Militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2002.

COSTA, Wilma Peres. *O Império do Brasil: dimensões de um enigma*. Fórum- Amanack Brasiliense, nº 01, maio 2005.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Em Busca de Identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CRUZ, Ana L. R. B. . As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História. Questões e Debates*, Curitiba, v. 19, n. 36, p. 61-98, 2003.

DAZZI, Camila Carneiro. *Relações Brasil-Itália na Arte do Segundo Oitocentos: estudo sobre Henrique Bernardelli: 1880 a 1890*. 2006. 3007f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. Tradução Guilhermino César. In: CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do modernismo. I. A contribuição europeia: crítica e história literária*. São Paulo, Edusp, 1978.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Aspectos da ilustração no Brasil”. In: DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DONATO, Heraâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. 2ª ed., rev. e ampliada. São Paulo:



IBRASA, 1996.

DUARTE, Cristina Ferreira. *Da Real Academia à Escola Militar: A Profissionalização das Armas e a Consolidação do Ensino Militar no Brasil, 1810-1855*. Dissertação de Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UERJ, 2004. P. 68.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. volumes 1 e 2.

\_\_\_\_\_, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FERNANDES, Tânia Maria Dias. “A escrita diária de uma ‘viagem de instrução’”. In: *Escritos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 17-42, 2007.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz: *História e Prosopografia*. X Encontro Regional de História – ANPUH RJ- História e biografias – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2002.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993;

\_\_\_\_\_. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, v. 6 n. 1. jan. – jun. 2000.

FREIRE, Laudelino. *Um Século de Pintura: Apontamentos para a história da pintura no Brasil de 1816-1916*. Rio de Janeiro: Typ. Röhe, 1916.

GINZBURG, Carlo. *Relação de força, retórica e prova*. SP: Companhia da Letras, 2002.

GORESTEIN, Riva. Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: GORESTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1993.

GRAHAM, Richard. *Construindo a Nação do Brasil*. Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1. p. 11-47, 2001.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. A fábrica de Ipanema e o trabalho escravo no Brasil In: XIX Simpósio Nacional de História, 1997, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_. *Mauá por trás do Mito*. Revista de História (Rio de Janeiro), pp.70-75, 2005.

GUIMARAES, Lúcia Maria Paschoal. *Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*. In: José Murilo de Carvalho (org). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade Imperial. O Instituto Histórico Geográfico*. RIHGB, 156 (B88), 1995.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Entre as Luzes e o Romantismo*. In: Estudos sobre a escrita da História. Org. GUIMARÃES, Manoel Salgado. RJ, 7 Letras, 2006.

IZECKSOHN, Vitor. *Recrutamento militar durante a guerra do Paraguai*. In: Nova História Militar brasileira. org: Castro, Celso Castro; Izecksohn, Vitor; Kraay, Hendrik. RJ: FGV, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado*. RJ: Biblioteca do Exército, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial - sua desagregação”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, Vol. 1, *O Progresso de Emancipação*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

JANOWITZ, Morris. *O Soldado profissional: Estudo Social e Político*. Rio de Janeiro: GRD, 1967.

LACOMBE, A. J. *Paulo Barbosa e fundação de Petrópolis*. Petrópolis: Tipografia Ipiranga., 1939.

\_\_\_\_\_. LACOMBE, op. cit.; Cf. Revista do IHGB. Tomo XXXI, 2ª edição, vol. 37.

\_\_\_\_\_. *Os Chefes do Executivo Fluminense*. Petrópolis: Ministério da Educação e Cultura Departamento de Assuntos Culturais Museu Imperial, 1973.

LAPA, José Roberto do Amaral. Um Agricultor Ilustrado do século XVIII. In: Idem. *Economia Colonial*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 a 1840. *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do IHGB* Tomo X, 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1870.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: Um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado 1842 – 1889*. RJ: AN, 2007.

MARINHO, Pedro. *Ampliando o Estado imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista - 1874-1888*. Rio de Janeiro: SBHC, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MAXWELL, Kenneth. A Geração 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: Idem. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. *Um atalho entre a Corte e a província do Rio de Janeiro: o canal de Itaguaí*. In: ‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

\_\_\_\_\_. Uma família no Império do Brasil: os Cardoso de Itaguaí (um estudo sobre economia e poder); Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2005

MOTA, Jeová. *Formação do oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./FAPERJ, 2008

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

\_\_\_\_\_. *A história para uso da mocidade brasileira*. In: José Murilo de Carvalho (org). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NOGUEIRA, Dênio. *Raízes de uma Nação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema colonial (1777-1808)*. 6ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

OLIVEIRA, José Carlos de. *A cultura científica e a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Revista da SBHC, Nº 7, 1997.

PANDOLFI, Fernanda Carla. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público da Política e opinião pública no final do Primeiro Reinado*. Dissertação de Mestrado (História). UNESP, 2007.

PARRON, Tâmis Peixoto. *Política do tráfico negreiro: o Parlamento imperial e a reabertura do comércio de escravos na década de 1830*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 29, nos 1/2/3, Jan-Dez 2007.

PERREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense . Niterói , 2007.

RAMINELLI, Ronald. *Ciência e colonização\_ Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Tempo, Revista do Departamento de História da UFF, vol. 3, nº 6, dez. 1998.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

PENHA, Ana Lucia Nunes. *Canal Campos-Macaé: política regional e epopeia de uma obra que não vingou (1837– 1875)*. POLIS do Departamento de História da UFF – 2009.

PENHA, Ana Lúcia Nunes. *Economia e política na construção do Canal Campos-Macaé (1835-1875)*. Niterói. Tese de Doutorado em História. Universidade federal Fluminense/PPGH. (Ana Lucia Nunes Penha defenderá sua tese em 22/05/2012).

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Os portugueses na formação da nação brasileira - o debate historiográfico desde 1836*. *Ler História*. nº 38, Lisboa: ISCTE, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Liberdade em construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro*

*Reinado*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira/FAPERJ, 2002

ROUSSO, Henry. “O arquivo ou o indício de uma falta?” In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A Academia Imperial de Belas Artes e o Projeto Civilizatório do Império. In: PEREIRA, Sonia Gomes (org.). *180 Anos de Escola de Belas Artes. Anais do Seminário EBA 180*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997

\_\_\_\_\_. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. RJ: Editora UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. A Cidade do Rio de Janeiro: de laboratório da civilização à cidade símbolo da nacionalidade. In: *A Visão do Outro: seminário Brasil – Argentina*. Op. cit. p. 149-174.

\_\_\_\_\_. Ciudad, civilización y proyecto em Rio de Janeiro (1808-1906). *Estudios Sociales*, Op. cit., p, 55-68.

SANTOS, Nilton Pereira dos. *A fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do segundo reinado (1860-1889)*. São Paulo, 2009.

SANT' ANNA, Sabrina Marques Parracho; BOSISSIO, Rafael de Almeida Daltro. Inovações tecnológicas e transferências tecnocientíficas: a experiência do Império brasileiro. RJ: CHDD; FUNAG, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *O sol do Brasil. Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHULZ, John. *Exército na Política. Origens da intervenção Militar 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.

SCHULTZ, Kirsten. Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821.  
[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/v12n24a02.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v12n24a02.pdf)

SILVA, Wlamir. *Usos da Fumaça: A Revolta do Ano da Fumaça e afirmação moderada na Província de Minas*. In: **Lócus: Revista de História**. Juiz de Fora, vol.4, nº1, p 105-118, 1998.

SODRÉ, N. W. *A História Militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOFFIATI, Arthur. *Propostas de desenvolvimento para o Norte-noroeste Fluminense em perspectiva histórica*. VÉRTICES, v. 7, n. 1/3, jan./dez. 2005.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

\_\_\_\_\_. A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro. In: Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay. (orgs). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

STEPHEN H. e KLEIN, Herbert S. As consequências econômicas da independência brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, n 33, julho 1992.

TENGARRINHA, José. *Os Comerciantes e a Imprensa portuguesa da primeira emigração*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. *A disciplina da História no império brasileiro*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.17, p. 1 - 10, mar. 2005.

TURIN, Rodrigo. *A “obscura história” indígena: In: Estudos sobre a escrita da História*. Org. GUIMARÃES, Manoel Salgado. RJ, 7 Letras, 2006.

VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos P. Das. *Dicionário do Brasil Joanino 1808-1821*. RJ: Objetiva, 2008. p.160